



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO DA CUNHA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLOGÍGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**ARTHUR MASTROIANI MÁXIMO DE LUCENA**

**REASCENSÃO DA RÚSSIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL E SUA INFLUÊNCIA  
POLÍTICA NO CONTINENTE ASIÁTICO: PROJEÇÃO DA AGENDA DE  
SEGURANÇA RUSSA NA ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI  
(2001-2018)**

**JOÃO PESSOA  
2019**

**ARTHUR MASTROIANI MÁXIMO DE LUCENA**

**REASCENSÃO DA RÚSSIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL E SUA INFLUÊNCIA  
POLÍTICA NO CONTINENTE ASIÁTICO: PROJEÇÃO DA AGENDA DE  
SEGURANÇA RUSSA NA ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI  
(2001-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI - UEPB), como requisito de defesa para título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite

**JOÃO PESSOA  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L935r Lucena, Arthur Mastroiani Maximo de.  
Reascensão da Rússia no cenário internacional e sua influência política no continente asiático [manuscrito] : projeção da agenda de segurança Russa na Organização para Cooperação de Xangai (2001-2018) / Arthur Mastroiani Maximo de Lucena. - 2019.  
116 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2019.  
"Orientação : Prof. Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite , Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."  
1. Rússia. 2. OCX. 3. Neoeurasianismo. 4. Segurança. 5. Política externa. I. Título  
21. ed. CDD 327

ARTHUR MASTROIANI MÁXIMO DE LUCENA

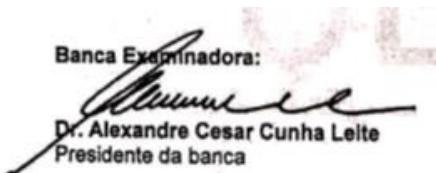
REASCENSÃO DA RÚSSIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL E SUA INFLUÊNCIA  
POLÍTICA NO CONTINENTE ASIÁTICO: PROJEÇÃO DA AGENDA DE SEGURANÇA  
RUSSA NA ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI (2001-2018)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito total à obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Política Internacional.

Aprovada em: 23/08/2019.

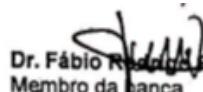
**BANCA EXAMINADORA**

Banca Examinadora:  
  
Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite  
Presidente da banca

---

Prof. Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite (Orientador)

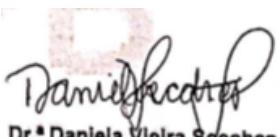
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre  
Membro da banca

---

Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Dr.ª Daniela Vieira Secches  
Membro da Banca

---

Profa. Dra. Daniela Vieira Secches

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

Aos meus pais, Neci e Mastroiani, por sempre acreditarem em mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha querida mãe, que me preparou para vida e sempre me incentivou a seguir adiante, sem olhar às adversidades.

Agradeço ao meu pai, Mastroiani, que mesmo não estando presente fisicamente, sempre me influenciou a acreditar em meus sonhos.

Agradeço a todos os funcionários e corpo docente do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, que me capacitaram em mais um degrau acadêmico e tornar meu sonho em realidade.

Agradeço aos professores que compuseram a banca de avaliação, tanto em nível de qualificação como de defesa, Dmitri Félix do Nascimento, Fábio Nobre e Daniela Vieira Secches e pelas sábias palavras de crescimento.

Agradeço à professora Cristina Carvalho Pacheco por ter me proporcionado uma experiência sem precedentes no estágio docência e compartilhar sua atuação de tantos anos em excelência como professora.

Agradeço em especial ao meu orientador Alexandre Cesar Cunha Leite, que além de ter paciência em minhas dúvidas e explicar todas elas com clareza, me fazer perceber a importância de entender não apenas a função da profissão professor, mas também a de educador.

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar como a política externa russa, no âmbito da Organização para Cooperação de Xangai, na área de segurança, sugere o interesse russo em exercer um papel de liderança estratégica regional na Ásia Central. Para isto dá o seguinte problema de pesquisa: como a agenda de segurança russa, no âmbito da Organização para a Cooperação de Xangai, entre 2001 e 2018, reforça uma busca de liderança regional do país na Ásia Central? Para isto, serão discutidos quatro pontos principais, a saber: a) analisar a política externa russa na temática de segurança na Ásia Central, como forma de projeção de liderança regional a partir dos seguintes temas: terrorismo, migração ilegal, problemas de fronteira e tráfico de drogas; b) contextualizar o processo de criação da Organização para Cooperação de Xangai, bem como a importância do papel russo em sua criação; c) Avaliar a atuação da Rússia no âmbito da OCX, com foco na área de segurança, entre os anos 2001 a 2018 e os desafios enfrentados por este Estado na busca de projeção de liderança estratégica regional na Ásia Central; e d) analisar como o discurso neoeurasiano expansionista é instrumentalizado pela Rússia para reforçar a sua política no âmbito da OCX. Será feito o uso da abordagem qualitativa, com estudo exploratório e instrumentalização do estudo de caso da Organização para Cooperação de Xangai, bem como a utilização de estatística descritiva para dar robustez ao estudo proposto.

**Palavras-chave:** Rússia – OCX – neoeurasianismo – segurança – política externa

## **ABSTRACT**

This thesis aims to analyze how the Russian foreign policy, in Shanghai Cooperation Organisation, in security area, it suggests Russia's interest in exercising a strategic regional leadership role in Central Asia. Thus, we have this research problem: How the Russia's security agenda, in Shanghai Cooperation Organization's area, between 2001 to 2018, reinforce a search for regional leadership of the country in Central Asia? For this, it will be debated four main points: a) analyze the Russia's foreign policy on security theme in Central Asia, as a way of projecting regional leadership from the following themes: terrorism, illegal migration, border issues and drug trafficking; b) contextualize the process of creating the Shanghai Cooperation Organisation, as well as the importance of the Russian role in its creation. c) evaluate Russia's activities within the scope of the SCO, focusing on the security area, between 2001 and 2018 and the challenges faced by this State in the search for strategic regional leadership projection in Central Asia; and d) analyze how expansionist neoeurasianism by Russia to strengthen its policy within the framework of SCO. The qualitative approach will be used, with an exploratory study and instrumentalization of the case study of the Shanghai Cooperation Organisation, including the use of descriptive statistics to give toughness to the proposed study.

**Keywords:** Russia – SCO – neoeurasianism – security – foreign policy

## Sumário

LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	12
CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	13
1 NEOEURASIANISMO E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	20
1.1 Geografia política e geopolítica: Conceitos gerais .....	20
1.2 Eurasianismo Clássico: concepção e influência na política russa .....	24
2 FORMAÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA RUSSA NOS GOVERNOS PUTIN .....	37
2.1 A construção de uma “nova” Rússia no século XXI .....	38
2.2 Política Externa e importância da Ásia Central .....	45
3 ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI: ESTUDO DE CASO E INFLUÊNCIA RUSSA NA ÁSIA CENTRAL.....	67
3.1 Organização para Cooperação de Xangai: ideia e concepção em segurança internacional .....	67
3.2 Migração ilegal, terrorismo, tráfico de drogas e problemas de fronteira: interesses mútuos dos “Shanghai Eight” .....	77
3.3 Geopolítica russa e o comércio chinês: mudança de balança de poder na OCX? ....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	100
REFERÊNCIAS .....	104

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### **Figuras**

Figura 1 - Teoria do Poder Marítimo de Mahan de 1890.....	22
Figura 2 - Teoria do poder terrestre de Mackinder de 1904.....	23
Figura 3 - Mundo multipolar. Quatro zonas – grandes espaços.....	33
Figura 4 - Reação Russo-Eurasiana contra a globalização unipolar. Contraestratégia.....	33
Figura 5 - Exportação de armamentos russos para a China em bilhões de US\$ (1992-2016).....	58
Figura 6 - Estrutura Burocrática OCX.....	70
Figura 7 – Nova rota da seda (OBOR).....	74
Figura 8 – Linha Temporal OCX (1996-2018).....	75
Figura 9 – Alianças terroristas ramificadas no Afeganistão.....	79
Figura 10 – Variação utilizada no GTI.....	82
Figura 11 - Grupos terroristas mais letais em 2017 (1998-2017).....	83
Figura 12 - Principais fluxos de tráfico de heroína (2012-2016).....	88
Figura 13 - Principais fornecedores de petróleo para China, 2015-17.....	92
Figura 14 – Liderança Estratégica Russa e Chinesa na Ásia Central.....	98

### **Gráficos**

Gráfico 1 - Total de empregados (estimativa da OIT).....	39
Gráfico 2 - Matrícula escolar primária.....	39
Gráfico 3 - Índice de incidência de pobreza.....	40
Gráfico 4 - Expectativa de vida ao nascer.....	40
Gráfico 5 - Taxa de crescimento do PIB Federação Russa.....	42
Gráfico 6 - Encargos do FMI à Rússia.....	42
Gráfico 7 - Exportação russa e da UE de combustíveis fósseis e minérios aos países da CEI.....	54
Gráfico 8 - Forças Armadas Rússia – China – EUA.....	59
Gráfico 9 - Despesas Militares (% do PIB).....	60
Gráfico 10 - PIB (atual US\$).....	60
Gráfico 11 - Investimento do PIB no setor militar (2005-2016).....	61
Gráfico 12 - Principais países impactados pelo terrorismo (2017).....	80

Gráfico 13 - Eventos terroristas nos membros OCX (2017).....	81
Gráfico 14 - Migração Ilegal – Principais impactados na OCX (2017).....	84
Gráfico 15 - Plantio de ópio e apreensão no Afeganistão.....	87
Gráfico 16 - Comércio bilateral chinês: Importação de produtos de combustíveis fósseis e minerais.....	92
Gráfico 17 - Principais investidores em Gastos militares dos países membros da OCX.....	97

## **Mapas**

Mapa 1 – Extensão Geográfica OCX.....	72
---------------------------------------	----

## **Quadros**

Quadro 1 - Eurasianismo Clássico e Neoeurasianismo Expansionista.....	35
Quadro 2 - Geografia, Política, Geopolítica e Neoeurasianismo Expansionista.....	35
Quadro 3 - Política Externa Russa Putin-Medvedev-Putin (2000-2019).....	49
Quadro 4 – Grau de Institucionalização da OCX.....	76

## **Tabelas**

Tabela 1 - Investimento do PIB no setor militar em Bilhões US\$ (2005-2016).....	61
Tabela 2 - Principais países impactados pelo terrorismo (2017).....	80
Tabela 3 - Eventos terroristas nos membros OCX (2017).....	81
Tabela 4 - Migração Ilegal – Principais impactados na OCX (2017).....	85
Tabela 5 - Plantio de ópio e apreensão no Afeganistão.....	87
Tabela 6 - Comércio bilateral chinês: Importação de produtos de combustíveis fósseis e minerais.....	93
Tabela 7 - Principais investidores em Gastos militares dos países membros da OCX.....	97

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALC	Acordo de Livre Comércio
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CEE	Comissão Econômica Eurasiática
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMPRC	<i>Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China</i>
FR	Federação Russa
GDP/PIB	<i>Gross Domestic Product / Produto Interno Bruno</i>
GTI	<i>Global Terrorism Index</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISIS	<i>Islamic State of Iraq and Syria</i>
OBOR	<i>One Belt, One Road</i>
OCX/SCO	Organização para Cooperação de Xangai / <i>Shanghai Cooperation Organization</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU/NU	Organização das Nações Unidas / Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTSC	Organização do Tratado de Segurança Coletiva
PER	Política Externa Russa
RSPP	Russian Union Of Industrialists And Entrepreneurs
SI	Sistema Internacional
SIPRI	<i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
UE	União Europeia
UEE	União Econômica Eurasiática
UM	União Monetária
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WTO	<i>World Trade Organization</i>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar a política russa no âmbito da Organização para Cooperação de Xangai, com foco na área de segurança, com o interesse<sup>1</sup> russo em exercer um papel de liderança estratégica<sup>2</sup> regional na Ásia Central. Para isso, será feito a análise da política externa russa a partir da influência teórica neoeurasiana nos governos de Vladimir Putin.

É significante destacar que antes de aprofundar na temática principal da pesquisa, sobre a política em segurança da Rússia nos governos Putin, fez-se necessário entender este processo evolutivo de reorganização da FR (Federação Russa) domesticamente.

Desta forma, foi realizada uma exposição de como transcorreu esta estruturação russa pós-Guerra Fria, em que o país teve seus primeiros contatos com a democracia e com o sistema capitalista em sua economia<sup>3</sup>.

Tomando o governo Putin como referência, quando o governante assume o poder em 2000, confrontou-se este com governos anteriores, em que se destacaram características que se mantiveram no país como política de Estado, contextualizando sobre a posição de Stalin ainda durante a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Gorbatchev nos anos de 1980 e Boris Yeltsin na década posterior. Reforço, todavia, que não se trata um estudo comparado, apenas uma análise histórica e evolutiva de características que se mantiveram nos governos mencionados.

Neste contexto histórico com a descrição de políticas de Estado nos governos russos, realizou-se um levantamento da evolução teórica entre o eurasianismo clássico e o neoeurasianismo como complemento explicativo da política na Rússia.

A partir desta compreensão de reorganização doméstica que a Rússia passou e características de políticas estatais que se mantiveram na Federação Russa (FR), é discutido o

---

<sup>1</sup> O interesse russo aqui mencionado está ligado diretamente ao âmbito político, em que se observa a tentativa de exercer uma liderança estratégica na região da Ásia Central.

<sup>2</sup> “A liderança estratégica é [conceituada] como a habilidade de influenciar outras pessoas a tomar, de forma voluntária e rotineira, decisões que aumentem a viabilidade em longo prazo da organização, ao mesmo tempo em que mantêm a estabilidade financeira em curto prazo” (Glenn Rowe, 2002, p. 9-10). Além disso, possui as características de: a) tomar decisões baseadas em valores próprios; b) supervisionar atividades de curto e longo prazo; c) formular estratégias de impacto imediato, bem como metas de longo prazo; d) controlar estrategicamente o âmbito financeiro; e e) utilizar tipos de pensamento linear e não linear nas decisões estratégicas tomadas.

<sup>3</sup> Democracia, bem como liberalismo e capitalismo na FR possuem uma conotação diferenciada. Após Vladimir Putin assumir o poder, com a depressão econômica e social que o país passou nos primeiros governos democráticos, a Rússia tomou uma postura mais pragmática. Ao mesmo tempo em que abriu seu mercado ao capital internacional, reforçou as empresas nacionais, com maior controle das privatizações, resultando assim em uma abertura liberal mais restritiva. Esta postura foi resultado das políticas de Estado centralistas e com forte atuação nos assuntos domésticos.

processo de formação de política externa russa nos governos Putin, iniciados nos primeiros anos do século XXI.

É importante ressaltar que devido ao grande número de acordos bilaterais que a Rússia concretizou na virada do século, bem como o interesse acadêmico do presente trabalho estar voltado para um segmento específico de análise, a discussão seguirá para uma verificação do interesse russo no que tange a Ásia Central. Com isso, foi realizada uma pesquisa cuja metodologia constitui em um estudo de caso, a saber: a atuação russa em uma Organização Internacional que tem como objetivo principal a promoção da segurança de seus membros permanentes, a Organização para Cooperação de Xangai (OCX).

A OCX foi criada em 2001, a Rússia e seus países membros (China, Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão, Tadziquistão, Paquistão e Índia<sup>4</sup>) iniciaram a discussão e formularam políticas em diversas temáticas envolvendo tópicos de interesse mútuos em segurança<sup>5</sup>. Para a dissertação, elencam-se quatro tópicos principais, a saber: a) terrorismo; b) tráfico de drogas; c) migração ilegal; e d) problemas de fronteira. A justificativa da escolha destes quatro temas em segurança diz respeito a maior recorrência na literatura do tema, bem como documentos oficiais de atores internacionais (estatais e não estatais) destes tipos de problemas enfrentados pelos países da OCX, o que acarreta em maior bibliografia histórica para análise documental e de dados.

Após este detalhamento da OCX na discussão proposta, a pesquisa avançou para o argumento do interesse russo em projetar-se pela sua política externa na região da Ásia Central, partindo de uma verificação de discurso da teoria neoeurasiana. À luz desta teoria, que possui forte discurso antioccidentalista, buscou-se verificar de que forma a Rússia instrumentaliza este discurso dentro da OCX como forma de projeção regional.

Tendo como referência a agenda de segurança russa dentro da OCX, bem como a intenção de projeção regional na Ásia Central, definiu-se o seguinte problema de pesquisa: de que forma a agenda de segurança russa no âmbito da Organização para a Cooperação de Xangai, entre 2001 e 2018, reforça uma busca de liderança estratégica regional do país na Ásia Central, a partir da teoria neoeurasianista expansionista?

---

<sup>4</sup> Paquistão e Índia tornam-se membros plenos apenas em 2017, após densas conversas com os primeiros membros permanentes, principalmente Rússia e China, que detém maior peso político dentro da OCX (Almeida, 2017)

<sup>5</sup> No documento oficial sobre a Convenção de Xangai sobre Combate ao Terrorismo, Separatismo e Extremismo da OCX, todo e qualquer problema em segurança é tratado de forma prioritária na organização internacional. O ponto de partida é o tripé securitivo (terrorismo, separatismo e extremismo), mas todos os subtópicos vinculados a estas três características destacadas pela OCX, que afete a integridade da segurança dos Estados Membros, são combatidos (SCO, 2001).

Para o âmbito político doméstico da Rússia, foi feita a contextualização por meio de um histórico de como o país foi caracterizado nesta área durante a URSS e seus resquícios no governo Putin, além do entendimento do desenvolvimento democrático, a legitimidade do governo e a atuação dos segmentos sociais entre *eslavófilos*<sup>6</sup>, ocidentalistas e eurasianos<sup>7</sup>. (Segrillo, 2012).

Adicionado à análise do âmbito político, utilizou-se a ferramenta de análise de política externa de Hermann (1990), com o intuito de melhor compreensão das alterações da política externa russa pelo fator de reestruturação doméstica, ou seja, qual o impacto do novo contexto interno russo e seu impulso no direcionamento da política externa, bem como o papel do neoeurasianismo neste processo político (Hermann, 1990).

Para o campo econômico, discutiu-se a importância das trocas comerciais que a Rússia possui no mercado energético asiático, mais uma vez com foco no governo Putin.

Para a esfera do poder militar, verificou-se como a Rússia ainda mantém esse mercado ativo e de lucratividade, partindo de uma explicação da relação bilateral que mantém com a China. Tendo a compreensão de que Putin busca uma projeção regional na Ásia Central, esta análise do poder militar e a relação com os chineses trará à tona os obstáculos que a Rússia possui para fortalecer ou não esta projeção referida anteriormente.

No que concerne à metodologia implementada, utiliza-se análise qualitativa e o estudo exploratório no direcionamento da pesquisa proposta, conforme definição de Richardson (1999), do qual tem-se o interesse de entender consequências ou crenças de um fenômeno. Além disso, para o objeto proposto, será instrumentalizado pelas ferramentas de estudo de caso<sup>8</sup>.

Como complemento, emprega-se a estatística descritiva para apresentação, ilustração e análise dos dados do Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, CIA *Factbook* e SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*), com o intuito de proporcionar

---

<sup>6</sup> Expressão russa usada para identificar o segmento da população mais tradicionalista e conservadora, que apoia costumes históricos russos, que permeiam os períodos da Guerra Fria e momentos também anteriores a este. Representam a maioria da população.

<sup>7</sup> De acordo com Segrillo (2012) os ocidentalistas são a minoria da população que defende que a Rússia deveria estar mais inserida nos debates ocidentais e que deveriam firmar mais acordos econômicos também com os mesmos, para dinamização da economia do país. Já os eurasianos seria o segmento da sociedade que se considera pertencente tanto da Europa quanto da Ásia (Segrillo, 2012). Todavia, não há uma mensuração exata para destacar a quantidade da população russa dividida entre eslavófilos, ocidentalistas e eurasianistas, mas devido ao governo Putin de Estado centralista, conservador, tradicionalista, pragmático e de controle político doméstico, como a Rússia se apresenta no século XXI, bem como apoio da população estar aderente ao governo, acaba influenciando este posicionamento analítico de que os eslavófilos caracterizam-se como uma quantidade expressiva da população.

<sup>8</sup> Como será usado o instrumento de estudo de caso para análise mais apurada sobre o objeto de análise proposto, com consequência, o método usado será o dedutivo.

maior robustez ao argumento econômico envolvendo a Rússia e demais Estados que estarão associados à FR, contextualizando dados de PIB (Produto Interno Bruto), bem como investimentos econômicos nos setores energéticos e militares.

Nesta perspectiva metodológica, aplicando no presente trabalho, realiza-se a análise da política externa da Rússia pela sua agenda de segurança, com o estudo de caso da Organização para Cooperação de Xangai. Com isso, pela abordagem do estudo exploratório, investiga-se a premissa que a OCX é um meio de atuação que a Rússia utiliza para aplicar sua agenda de segurança na Ásia Central, proporcionando ao país maior relevância regional. Além disso, por meio da teoria neoeurasianista, insere-se o argumento geopolítico que a teoria evoca.

Com relação à bibliografia usada para abordar o método e o estudo de caso proposto, utilizou-se a abordagem apresentada por Prodanov e Freitas (2013), Berg (2001), Venesson (2008), Henriques, Leite e Teixeira Júnior (2015), discutido a seguir.

Sobre estudo de caso, utilizou-se para a pesquisa a ótica de análise do geral ao específico, empregando leis, teorias ou princípios considerados como verdades indiscutíveis para explicar casos particulares com base racional, com intuito de verificar hipóteses. Como a racionalidade é um dos principais objetivos do método, a razão pode levar ao verdadeiro conhecimento como ciência, ou seja, “Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão, (...) [e] usa o silogismo, a construção lógica para, a partir de duas premissas, retirar uma terceira (...), denominada conclusão” (Prodanov e Freitas, 2013, p. 27).

Nas ciências sociais, o uso deste método é mais restritivo em comparativo com as exatas, visto que é mais utilizado como uma tautologia, ou seja, permite a conclusão em formas diferentes partindo de um mesmo raciocínio (Prodanov e Freitas, 2013).

Desta forma, pode acontecer do estudo ou pesquisador usar o método dedutivo e o indutivo<sup>9</sup> ao mesmo tempo, em algumas circunstâncias que a teoria usada pode levar a discussão das duas abordagens, o que não é a proposição do presente trabalho, que possui seu foco no dedutivo. Todavia, é importante destacar que os dois métodos, conforme afirma Berg (2001), apresentam frutos satisfatórios na pesquisa da ciência social (Berg, 2001).

---

<sup>9</sup> É o método responsável pela generalização, partindo de uma análise particular. Ao contrário do método dedutivo, este parte da análise de um fenômeno específico com o objetivo de chegar em uma lei geral, utilizando a observação e experimentação como instrumentos de pesquisa e avaliando assim a relação entre dois fenômenos para sua generalização, advindo da realidade concreta (Prodanov e Freitas, 2013).

Com relação ao instrumento utilizado, houve a necessidade de seu uso por representar na sua cadeia causal metodológica eventos particulares partindo de um princípio, teoria e leis mais gerais. Como será aplicada na Organização para Cooperação de Xangai, investigou-se a cadeia causal que a Rússia aplica para instrumentalizar a OCX como projeção regional na Ásia Central. Uma citação sobre este tipo de instrumento resume bem sua função: “Estudos de caso são essenciais para descrever, categorizar, gerar tipologias e hipóteses e, por fim, explicar manifestações de fenômenos a partir do estudo de eventos selecionados, úteis para lançar luz sobre uma classe de fenômenos” (Henriques, Leite e Júnior, 2015, p. 13).

Os estudos de caso são utilizados para avaliar teorias, formular hipóteses e explicar acontecimentos particulares por construções causais. O grande desafio então seria descobrir, a partir da análise específica, um conhecimento generalizável e que tenha relação com outros casos, já que o fenômeno analisado empiricamente seria a amostra de ocorrências maiores (Venesson, 2008).

No objeto proposto, a partir da OCX, procura-se verificar na prática o uso da Organização pela Rússia como instrumento de poder para projeção regional na Ásia Central.

Sobre a importância acadêmica e social na escolha do objeto nomeado, a temática envolvendo a Rússia e sua influência de política externa na Ásia Central, deu-se pelo interesse de pesquisar a grande incógnita que a Federação Russa representa no Sistema Internacional do século XXI e seu direcionamento da política externa com influência do neoeurasianismo, no âmbito da posição da Rússia modificada pela democracia e no contemporâneo.

Além disso, há pouco estudo a nível nacional voltado especificamente ao tema, pois a teoria neoeurasiana de Aleksandr Dugin é entendida negativamente pelos governos ocidentais, já que há uma postura antioccidentalista<sup>10</sup> nas ações de política externa, o que contribui academicamente na expansão de compreensão do objeto proposto e corrobora em uma interpretação sob a ótica da FR.

Com o histórico da Guerra Fria, dividindo o eixo bipolar mundial com os Estados Unidos, a Rússia passou de uma potência internacional reconhecida pelo seu poderio militar e ideal socialista, com a antiga URSS, para um país emergente economicamente e menor prestígio nas trocas comerciais (Freire, 2015; Manuel, 2018).

---

<sup>10</sup> O antioccidental aqui é entendido pela postura da teoria neoeurasiana de ir contra o tipo de globalização defendida pelos países ocidentais, em que se exclui os países do Terceiro Mundo dos lucros do capitalismo. Como o ocidente, segundo a teoria neoeurasianista, defende uma globalização unipolar, a ideia é a realização de um movimento de contra-estratégia na promoção de uma globalização multipolar.

Esta mudança de posicionamento da Rússia de um mundo bipolar para o multipolar fez com que houvesse o interesse pela compreensão deste processo de queda e reascensão de poder internacional da Rússia e como o país construiu seus interesses de política externa nesse novo contexto, com foco mais uma vez na Ásia Central (Freire, 2015; Manuel, 2018).

Além disso, mesmo a Rússia passando por problemas domésticos no processo de democratização e maior participação na economia de mercado, ainda possui alta relevância no Sistema Internacional, mesmo que seja entendido como um Estado em ascensão. Apenas para apresentar alguns dados, a Rússia possui 1,2 milhão de efetivos em suas forças armadas, 14.000 ogivas nucleares, aproximadamente 62.500 armas nucleares, possui uma expansão territorial de 17.075.400 km<sup>2</sup> (dando acesso ao país a grande parte da eurásia e do *heartland*<sup>11</sup>) e teve uma recuperação econômica expressiva entre 1992 a 2006 (aumentou seu PIB gradativamente de -14,5% à 8,1%) (CIA *Factbook*, 2015; IBGE, 2018; Bandeira, 2008; Segrillo, 2012).

Em sua estrutura, a dissertação encontra-se dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo é introduzida a discussão de evolução teórica envolvendo o eurasianismo clássico até o neoeurasianismo contemporâneo, principalmente o defendido por Aleksander Dugin. Neste capítulo, detalharam-se como os teóricos eurasianistas e neoeurasianistas influenciaram ideologicamente os governos russos, seja na URSS ou na fase democrática.

No segundo, analisa-se a política externa russa na temática de segurança da Ásia Central, como forma de projeção de liderança estratégica regional a partir das temáticas que envolvem sua agenda de segurança, com apresentação aos problemas de terrorismo, migração ilegal, problemas de fronteira e tráfico de drogas. Este capítulo realiza a contextualização histórica das políticas de Estado que se mantiveram quando Putin assumiu o poder, dialogando assim com o primeiro de cunho teórico, e como a Rússia formou seu processo de reascensão<sup>12</sup> no cenário internacional pela sua política externa.

O capítulo três possui duas seções principais. A primeira contextualiza o processo de criação da Organização para Cooperação de Xangai, bem como a participação russa de

---

<sup>11</sup>A noção de *Heartland* entendida como área-pivô, terra central, região-eixo ou coração continental. É o conceito-chave que constitui a teoria do poder terrestre [...]. Tal conceito foi desenvolvido por Mackinder (2004) para designar o centro base da grande massa eurasiática que coincidia geopoliticamente com as fronteiras russas do início do século (Mackinder, 2004; Mello, 1999).

<sup>12</sup>Foi inserido o termo “reascensão” para ilustrar a Rússia como tendo uma retomada de projeção de liderança estratégica no cenário internacional, com foco específico na Ásia Central, em sua agenda de segurança. A primeira “ascensão” seria com relação à URSS, quando dividia o eixo bipolar mundial com os Estados Unidos como potência.

concepção desta Organização Internacional, com caráter descritivo-analítico. A segunda parte verifica a atuação da Rússia no âmbito da OCX, com foco na área de segurança, entre os anos 2001 a 2018 e os desafios enfrentados por este Estado na busca de uma projeção de liderança regional na Ásia Central.

Também é avaliado como o discurso neoeurasiano é instrumentalizado pela Rússia para reforçar a sua política em segurança no âmbito da OCX e de que forma auxilia em uma maior projeção regional na Ásia Central.

O capítulo três, dessa forma, dialoga entre a política externa russa de Putin e sua atuação dentro da Organização para Cooperação de Xangai. Como a temática em segurança russa está presente na agenda do país, uma organização internacional focada na resolução de problemas em segurança, e que a Federação possui peso político e decisão alto, faz com que exista uma ligação direta entre os dois vetores.

Os três capítulos elencados encontram-se integrados em uma cadeia causal ao longo de todo o texto. Para isto, discutiu-se analiticamente a política doméstica replanejada no governo Putin, a importância do mercado energético e a manutenção deste para conseguir atuar em sua agenda de segurança com poder militar.

## 1 NEOEURASIANISMO E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Este capítulo tem como finalidade discutir as principais contribuições teóricas que o eurasianismo clássico e neoeurasianismo expansionista de Alexander Dugin trouxeram como norteador intelectual da política russa ao longo de sua história, principalmente no período pós Revolução Russa, os anos que sucederam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) até ao contexto mais contemporâneo com a transição do regime russo para governos democráticos no final do século XX.

Desta forma, tendo como base a evolução histórico-teórica que o neoeurasianismo expansionista traz, são apresentadas as características da teoria que influenciaram o pensamento russo de Estado forte e centralizador, com ideal ora nacionalista, ora universalista, visualizando a Rússia como ator internacional relevante no Sistema Internacional<sup>13</sup>.

Importante destacar que o capítulo, em sua estrutura, encontra-se dividido em três seções principais, a saber: a) Geografia política e geopolítica (conceitos gerais), ou seja, correntes teóricas que influenciaram de forma direta o modo de pensar do eurasianismo clássico; b) Eurasianismo Clássico (concepção e influência na política russa), apresentando suas características basilares que influenciaram o intelecto da política russa durante a URSS, e c) O novo eurasianismo ou neoeurasianismo expansionista pós URSS, em que se discursará a mutação do eurasianismo clássico em várias vertentes neoeurasianistas, tendo a corrente expansionista de Dugin como norteadora do pensamento russo contemporâneo, contextualizando assim com a política de Vladimir Putin que será melhor detalhada no capítulo posterior.

### 1.1 Geografia política e geopolítica: Conceitos gerais

Iniciando a discussão pela geografia política, é certo que desde a Grécia Antiga que o envolvimento da geografia e da política eram discutidos pelas cidades-Estado, ou seja, na gênese da organização social moderna, e ao longo do processo evolutivo estatal, até sua

<sup>13</sup> Há uma coincidência de agendas entre a política externa adotada pela Rússia e a agenda do Alexandre Dugin em defesa de sua teoria neoeurasianista expansionista. Nem sempre estas agendas entram em concordância, como exemplo da boa diplomacia de Putin à China e a reaproximação russa ao Ocidente no período do governo de Dmitri Medvedev. Este último, alvo de críticas de Dugin (2016) por causas das inclinações ocidentais de seu governo (clara inconsistência geopolítica da Federação Russa em sua visão), afirmava que tal postura de Medvedev era “uma tentativa para desinformar o Ocidente e ganhar tempo para o regresso legal de Putin ao assento presidencial” (Nunes e Silva, 2018, p. 22; Dugin, 2016).

concepção mais formal com o Tratado de Vestfália na Europa, a geografia e a política continuaram associadas (Castro, 2005; Costa, 2008).

O termo geografia política foi empregado formalmente apenas em 1897, com a obra “Geografia Política”, de Friedrich Ratzel, que trouxe à academia estudos que organizavam os conceitos da própria geografia política e o envolvimento desta com o território (Vesentini, 2013).

Sendo classificado como um organismo<sup>14</sup> territorial, o Estado era visualizado por Ratzel como o responsável por vincular a sociedade com o solo, ou território, por meio de políticas territoriais. Para isto, eram desenvolvidos pelo Estado políticas de defesa, segurança da sociedade e organização do território como um todo com a sociedade (Becker, 1988; Vesentini, 2013).

Na prática, o entendimento deste vínculo entre a sociedade e o território partia da visão do solo e, depois, do Estado, ou seja, o espaço determina como o Estado estabeleceria suas políticas para a sociedade. O Estado era visto como um organismo, tanto no sentido de ser constituído de elementos naturais como de seres humanos, consequentemente, estava sujeito às leis de sobrevivência e da evolução, necessitando, consequentemente, de um espaço vital para sua existência, e as políticas estatais, que formalmente garantiam isso, tornam-se necessárias (Castro, 2005).

Esta explanação primária sobre geografia política e as características estatais ao tema que Ratzel explorou, dando seguimento ao conhecimento, Rudolph Kjéllen, um cientista político sueco, publica em 1905 um artigo chamado “As grandes potências”, apresentando pela primeira vez a expressão “geopolítica” à academia (Moraes e Fernandes, 1990).

Diferentemente de Ratzel, Kjéllen entendia o Estado de forma distinta, pois este trazia uma concepção de visão de mundo mais ideológica. Para o autor, a interpretação do espaço partia do Estado, e não o oposto, e as políticas estatais adotadas deveriam trazer consigo estratégias para obtenção de poder sobre determinado território. Desta forma, como cada Estado buscava este objetivo, haveria disputa de poder no âmbito internacional, pois haveria uma busca de dominação, em um jogo de assimetria, o que muito se assemelhava nesta concepção com a teoria realista das relações internacionais (Moraes e Fernandes, 1990; Vesentini, 2013).

---

<sup>14</sup> Importante destacar que o termo “organismo” usado por Ratzel não era utilizados para fins biológicos, era um termo romantizado pelo autor para associar ao Estado características que envolviam elementos naturais e humanos.

Formalmente a expressão “geopolítica” foi apresentada no início do século XX, mas teorias geopolíticas surgiram antes disso, como é o caso da teoria do poder marítimo de Mahan (2012), apresentada em 1890, e da teoria do poder terrestre de Mackinder (2004), de 1904 (Mahan, 2012; Mackinder, 2004).

Sobre a teoria do poder marítimo, Mahan (2012), que era norte-americano, acreditava na importância dos mares na política nacional de um país. No entendimento do autor, a terra era um obstáculo físico e o mar era uma planície aberta para exploração. Consequentemente, o país que conseguisse controlar os mares via poderio naval e seus mercados conseguiriam explorar as riquezas do mundo como um todo (Mahan, 2012; Bonfim, 2005; Mello, 1999; Kaplan, 2013).

Mahan (2012) explana quatro fatores principais que alicerçavam a sua teoria do poder marítimo, a saber: a) posicionamento da não continentalidade, ou seja, não ter o ideal de ficar preso ao território; b) ter posições estratégicas no país para expandir seu território (como ocorreu na história de formação dos Estados Unidos de expansão ao leste e, consequentemente, acesso facilitado aos mares); c) ter uma ligação vital com o mar a nível social, psicológico e de caráter nacional e d) ter uma política de governo voltada para o mar (Mahan, 2012; Bonfim, 2005; Mello, 1999; Kaplan, 2013).

Como ilustração, abaixo segue a Figura com entendimento do que seria o poder Marítimo de Mahan (2012), tendo como ponto de partida os Estados Unidos:

**Figura 1: Teoria do Poder Marítimo de Mahan de 1890**



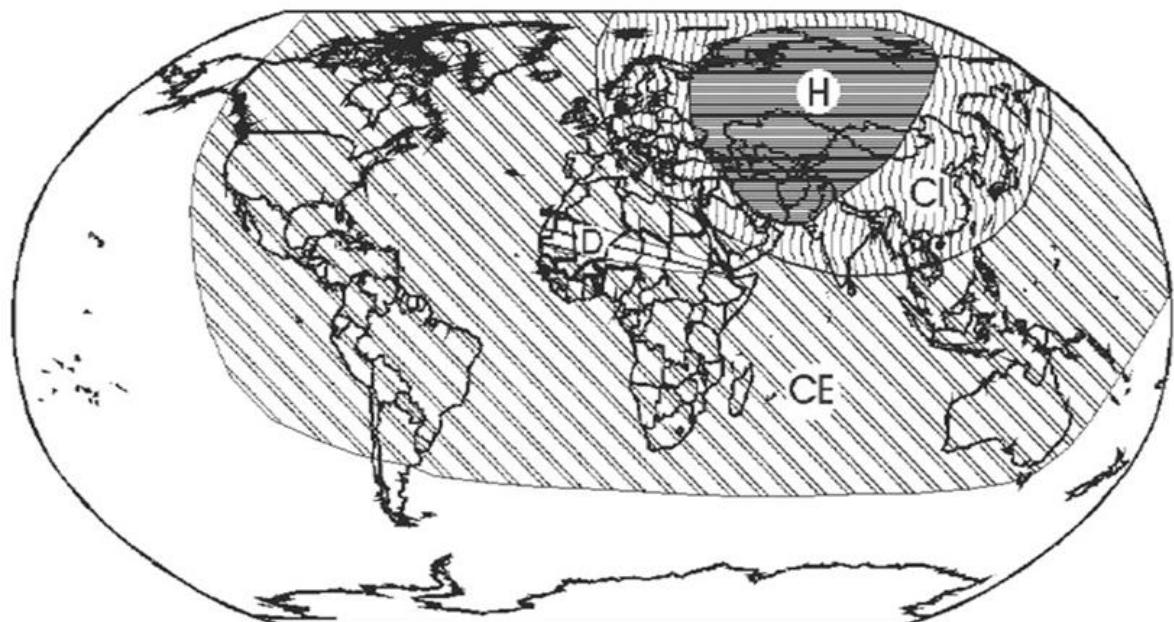
Fonte: Mahan (2012) e Bonfim (2005).

Com relação a segunda teoria citada anteriormente no âmbito geopolítico, a teoria do poder terrestre do britânico Mackinder (2004) tinha uma perspectiva contrária ao defendido por Mahan (2012) no sentido da importância do espaço geográfico para obtenção de poder pelo Estado. Segundo o autor, defendia que a grande massa populacional do mundo era centrada nos espaços continentais da África, Europa e Ásia, o que chamava de Ilha Mundo. Esta Ilha Mundo, em sua mais parte concentrada no hemisfério norte, teria em seu núcleo uma sub-região, que o autor denominou de *Heartland* (Mahan, 2012; Mackinder, 2004; Kaplan (2013); Bonfim, 2005; Mello, 1999).

Esta massa territorial do *Heartland*, que em grande parte é formado atualmente pela Federação Russa, seria a chave principal para obtenção de poder, visto que quem controlasse o *Heartland*, consequentemente teria acesso à Ilha Mundo, ou seja, praticamente o controle do poder mundial. Ao assegurar a defesa das extremidades da Ilha Mundo (da parte Ocidental caracterizado pela Inglaterra e a Oriental, pelo Japão), conseguiria consequentemente, controlar o mundo todo. O detentor deste poder, após o processo de dominação da Ilha Mundo e das extremidades Ocidental e Oriental, o próximo passo seria dominar o que chamava de ‘crescente insular’, que se estendia do continente americano até a Austrália (Bonfim, 2005; Smith, 1996; Kaplan, 2013).

Para compreensão do que Mackinder (2004) discutia, abaixo segue figura do que representa a Ilha Mundo e o *Heartland* para o autor (Mackinder, 2004).

**Figura 2: Teoria do poder terrestre de Mackinder de 1904**



**Fonte:** Mackinder (2004) e Bonfim (2005).

A visão realista que Mackinder (2004) proporcionou no início do século XX trouxe algumas contribuições à história das relações internacionais, entre elas destacam-se: a) visualização do fim a era colombiana e o surgimento de um sistema político diferenciado mundialmente, não apenas voltado à Europa, como era feito até então pelos principais autores ocidentais; b) uma visão embrionária do que seria a globalização e a mundialização; c) a visualização de uma nova ordem mundial, que poderia surgir por alianças (a exemplo da Rússia e Alemanha e dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial caso isso ocorresse) e d) relação entre Estados Unidos, Rússia e China, com o deslocamento do poder no Sistema Internacional do Atlântico para o Pacífico (Mackinder, 2004; Mello, 1999).

Em suma, tanto a geografia política como a geopolítica, em sua concepção, contribuíram para o entendimento do espaço e da representatividade do poder para a compreensão da teoria eurasianista clássica, teoria esta de importância relevante para formação do pensamento político e cultural na Rússia e que veio influenciando sua política ao longo dos anos, culminando contemporaneamente no neoeurasianismo expansionista de Dugin, objetivo do presente capítulo.

### *1.2 Eurasianismo Clássico: concepção e influência na política russa*

Idealizado por S. Trubetzkoy (1925, 1929), P.N. Savitskii (1931) e P. P. Suvchinskii (1928), seus principais pensadores, o eurasianismo clássico emergiu na Rússia pós-Revolução de 1917, devido ao seu caráter nacionalista e de individualidade que a Rússia representava até então aos tomadores de decisão do país neste momento. Principalmente nas décadas de 1920 e 1930, este movimento acadêmico e social que veio a ser posteriormente visto como teórico surgiu com a compreensão da Rússia como uma civilização separada do restante do mundo, ou seja, o país era entendido não como pertencente à Europa, nem tampouco a Ásia, resultando assim em um aspecto individualista (Shlapetokh, 1997; Moore, 2014; Simões, 2017; Trubetzkoy, 1925, 1929; Savitskii, 1931; Suvchinskii, 1928).

Em uma conjuntura pós-Revolução Russa e, consequentemente, após a Primeira Guerra Mundial, com o crescimento constante do comunismo e a concentração do poder na elite totalitária do país, os defensores do eurasianismo clássico tinham a ideia de nacionalismo muito forte (Simões, 2017).

Com isso, pelo menos no primeiro momento, teve uma resposta crítica ao comunismo, pois o regime trazia consigo alguns problemas políticos que precisavam ser criticados, segundo a teoria, discutidos a seguir (Simões, 2017).

Como a ideia do comunismo era se expandir, o movimento eurasianista queria que o nacional fosse colocado em primeiro lugar, o que entrou em conflito com a elite russa que se encontrava no poder. Trubetzkoy (1925, 1929), por exemplo, defendia o mais profundo sentimento da população russa e dos outros países que ajudaram a construir o então Império de forma unificada, fazendo assim com que se defendesse esta individualidade e nacionalidade do país (Bassin, 2008, Silvius, 2014; Trubetzkoy, 1925, 1929).

Importante destacar que os eurasianistas, principalmente na década de 1920, não eram contrários totalmente ao regime comunista, mas eram sim críticos a ele. Com a defesa da unidade dos povos eslavos e não eslavos, os eurasianistas viam a Revolução como necessária ao país, mas que deveria ter o cuidado de não se desviar muito do ideal nacionalista, já que existia a ideia de expansão para fora da Rússia, além de concentrar-se em um Estado forte e centralizador neste aspecto (Bassin, 2008; Silvius, 2014).

O controle excessivo do governo na vida cotidiana das pessoas, principalmente no âmbito político e intelectual, fez com que os eurasianistas não aceitassem o regime em sua totalidade. Na verdade, defendiam que o indivíduo e o Estado deveriam ter um envolvimento ortodoxo e de *sobornost*, ou seja, negar o individualismo idealizado pelos ocidentais e fortalecer a cooperação entre as pessoas na sociedade que tinham interesses comuns, rejeitando grupos de oposição a este ideal. Ou seja, o Estado poderia ser forte e centralizador, mas não ao ponto de retirar este interesse comum na sociedade, o que na prática era a visão de identidade individual russa que separava este das demais nações (Simões, 2017).

Ainda na década de 1920 cogitou-se um golpe de Estado entre os eurasianistas contra a elite soviética que detinha o poder na URSS. A ideia era de continuar o regime totalitário, com partido único de Estado e manter as pessoas que defendiam o nacionalismo soviético, porém, modificando apenas o topo da hierarquia contrária a este pensamento (Delanty, 2019).

O golpe em si fracassou e ao longo dos próximos anos, principalmente pós 1926, e, mais claramente na década de 1930, os eurasianistas diminuíram as críticas contrárias ao regime da URSS unindo-se a ele, visualizando assim mais homogeneidade do que discrepâncias ideológicas (Delanty, 2019; Simões, 2017).

A mudança de pensamento dos eurasianistas ocorreu porque notou-se a transformação marxista dentro da URSS, que mesmo com alcance internacional, era primariamente

nacionalista, resultando assim na aceitação do totalitarismo soviético. E de fato, isto aconteceu com o passar dos anos, em que se pôde perceber a ascensão do nacionalismo russo no sistema da URSS no seu discurso político e econômico (Shlapetokh, 1997).

O exemplo da ascensão do ideal nacionalista que pôde ser visualizada foi quando se firmou o “socialismo num só país”, inserido à Rússia de Stalin em oposição clara aos países Ocidentais (Shlapetokh, 1997, p. 133). Com isso, o pensamento eurasianista contribuiu não apenas para a unificação do nacionalismo russo e marxismo soviético, mas também na adoção da estratégia geopolítica de dominação e busca de poder, muito influenciado pelo que Mackinder (2004) propôs no início do século XX, já que a Rússia era detentora de uma grande parte do *Heartland* (Mackinder, 2004; Shlapetokh, 1997).

Apresentada a defesa do nacionalismo russo pelo pensamento eurasianista e sua importância política na teoria, cabe avaliar detalhadamente este conceito para compreensão do que a corrente teórica entendia como nacionalismo.

Dentre os vários conceitos debatidos na academia envolvendo o fenômeno do nacionalismo, devido à teoria eurasiana estar associada às concepções clássicas da geografia política e geopolítica, utiliza-se então o conceito de nacionalismo geográfico como norteador para o debate.

O conceito na geografia explora que “qualquer corrente política que procure expressar, articular e promover os interesses de uma nação pode ser definida como nacionalista” e que pode ter duas abordagens, a primordialista e a modernista (Gil, 2014, p. 167).

A abordagem primordialista sustenta que os laços do grupo na sociedade advêm da raça, do sangue, costumes ou religião e são mais fortes que outros grupos, mesmo no nível ideológico ou de classe social. Comparando esta primeira abordagem com a sociedade russa, mesmo que por décadas, a ideologia socialista tenha existido no país, os laços tradicionais que a abordagem primordialista defende estavam presentes no país (Gil, 2014; Hérnandez, 2018).

Já para a abordagem modernista, o nacionalismo como fluido e em constante mutação da identidade nacional é a consequência da manipulação da identidade nacional como meio de obter poder. Esta perspectiva ou abordagem, também pode ser associada à Rússia durante os anos que a URSS existiu com a ideologia socialista, em que se observou a institucionalização da etnicidade no país (Araújo, 2018; Hérnandez, 2018; Gil, 2014).

Em suma, para as duas abordagens nacionalistas, ambas se enquadram no caso russo durante o regime socialista soviético<sup>15</sup>.

Além das duas abordagens nacionalistas apresentadas, também há três expressões que o termo pode se difundir, a saber: a) pelos membros da nação, identificado pela atribuição cívica, territorial ou por questões étnicas; b) o patrimônio social, político, cultural e econômico, condicionando as aspirações destas áreas da classe dominante da sociedade; e c) a extensão geográfica, ou seja, a distribuição territorial do grupo étnico ou por membros de outras regiões na categoria de império (Araújo, 2018; Gil, 2014).

Com isso, a “geografia é (...) como uma parte essencial da identidade nacional, e o nacionalismo é apresentado como uma doutrina intrinsecamente geográfica que procura dotar uma comunidade humana autodefinida com um substrato espacial definido e soberano” (Gil, 2014, p. 168).

No caso russo, pelo conceito nacionalista que a geografia evoca, suas fronteiras têm mudado ao longo de sua história, resultando em uma realidade nacional em constante mutação e complexa. Nesta imersão de redefinição de fronteira e de identidade nacional, durante a URSS o eurasianismo veio adotar sua postura de ideal nacionalista de fato, já discutido anteriormente (Moore, 2014; Nunes e Silva, 2018; Shlapetokh, 1997).

Neste direcionamento do conceito geográfico sobre nacionalismo e sua aplicação à realidade russa para o eurasianismo, esta corrente teórica também veio incorporar um discurso incisivo contra a onda ocidentalista que já tinha força no início do século XX (Nunes e Silva, 2018).

Para um entendimento mais amplo do que significava o ocidentalismo, principalmente o europeu dentro da Rússia, é importante evidenciar sua postura no Sistema Internacional como um todo.

A Europa Ocidental, devido aos avanços tecnológicos com o advento da Revolução Industrial, era entendida como o berço do constitucionalismo, do liberalismo, do institucionalismo parlamentar e do mundo democrático, em que a sociedade tinha uma postura mais individualista enquadrado numa categoria judicial. Na Rússia, mesmo que em menor número, existia e ainda existe uma parcela da população que aceita esses valores Ocidentais e almeja sua aplicação dentro da Rússia, mas que não possuem influência tão alta na Federação Russa nos governos de Putin, por causa da posição dos eslavófilos (Gil, 2014; Segrillo, 2012).

---

<sup>15</sup> Importante destacar que o nacionalismo aqui exposto não tem o mesmo significado que a identidade nacional da Federação Russa. Devido ao seu tamanho e pluralidade em território e sociedade, há diversas identidades russas, o que não é o foco do objeto posto.

Por outro lado, indo totalmente contra o pensamento ocidental, os eslavófilos, que representavam a maior parte da população russa no século XX, rejeitavam os preceitos ocidentais de democracia, constitucionalismo, liberalismo ou institucionalismo parlamentar e caminhavam em defesa dos costumes russos e suas raízes na singularidade nacional, não necessitando assim de reformas liberais europeias. Além disso, tinham uma postura assertiva sobre o papel do Estado como forte e centralizador, bem como na união dos povos eslavos, o que ia de encontro como movimento eurasianista. (Gil, 2014; Hernández, 2018).

Importante destacar também que os eslavófilos percebiam a democracia ocidental e seu modo de viver como uma máscara que proporcionava o aumento das desigualdades e exploração social, bem como a corrupção da moralidade, do uso excessivo do materialismo e a visão dos interesses pessoais superiores aos interesses nacionais. Zapater (2005) conclui:

O pensamento eslavófilo, mais reacionário do que conservador, fez um apelo tácito ao nacionalista, ao introspectivo, ao defensivo e ao religioso que atraíria muitos dos mais proeminentes intelectuais russos da época (Anderson, 1967: 230). Diante da defesa ocidental da Liberdade, concebida como uma soma de racionalismo, individualismo e cosmopolitismo, opunha-se a tal ideia como um agregado de conhecimento espiritual, coletivismo e nacionalismo (Zapater, 2005, p. 27).

Em suma, percebe-se que o movimento eurasianista, resultando em uma teoria pelos seus formuladores (Trubetzkoy 1925, 1929; Savitskii, 1931; Suvchinskii, 1928), trouxe à tona para a Rússia, principalmente na década de 1920 e 1930, o fortalecimento do papel da Rússia no Sistema Internacional e do fortalecimento do nacionalismo, estendendo seu ideal pelo regime socialista soviético com o passar dos anos. Além disso, defendia a posição do Estado como forte e centralizador, a importância da união dos povos eslavos, da defesa da tradição e conservadorismo, e por fim rejeitando consigo os ideais ocidentais que mascaravam problemas políticos e econômicos na sociedade (Shlapetokh, 1997; Moore, 2014; Simões, 2017; Trubetzkoy, 1925, 1929; Savitskii, 1931; Suvchinskii, 1928).

É certo afirmar que tal pensamento ficou inserido na política russa durante a URSS e contribuindo como influência direta no final do século XX com a dissolução do regime soviético e a transição do país para o período democrático com Gorbatchev, Yeltsin e por fim em Vladimir Putin na virada do século, que será o foco do capítulo posterior<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> O eurasianismo clássico após a URSS estabelecer-se no Sistema Internacional não teve grandes mudanças de direcionamento teórico, visto que as características de Estado forte e centralizador, bem como políticas em defesa do conservadorismo, tradicionalismo e nacionalismo russo como governo se mantiveram.

### 1.3 *O novo eurasianismo ou Neoeurasianismo Expansionista pós URSS*

Com a dissolução da URSS já no fim do século XX, trouxe à Rússia uma crise de identidade<sup>17</sup> para a sociedade, visto que as investidas para uma política e economia com características ocidentais (economia mais liberal, pluripartidarismo e democracia) foram conturbadas por um processo rápido que não teve seu amadurecimento respeitado (Martins e Francisco, 2018; Castells, 1999; Rocha, 2019).

Neste cenário, é possível destacar alguns pontos sob a ótica da Rússia que ocasionaram uma instabilidade em sua identidade, a saber: a) sua etnia ficou fragilizada, visto que as regiões do Cáucaso, Moldávia, Chechênia e Tajiquistão, por exemplo, ficaram sem sua influência direta, perdendo espaço no Sistema Internacional; b) o controle de recursos energéticos ficou mais difícil nas regiões que antes pertenciam a URSS; c) a violação dos direitos humanos em antigos espaços soviéticos que traziam uma visão negativa à Rússia no Sistema Internacional, principalmente a onda terrorista na Ásia Central; e d) a instabilidade de suas fronteiras. (Brugnara, 2015; Martins e Francisco, 2018).

Segundo Simões (2017), estes acontecimentos abriram espaço para um pensamento saudosista e de resgate na Rússia que trazia consigo os velhos costumes antiocidentais, bem como uma tendência imperialista repaginada<sup>18</sup>, abertura de espaço a novas ideologias e estratégias geopolíticas reformuladas. É neste meio que novos pensamentos eurasianistas emergiram, conhecido como correntes neoeurasianistas (Simões, 2017).

A geopolítica em si, mesmo sendo entendida como uma ciência reacionária burguesa neste momento de crise pós URSS, era compreendida pelos russos como uma saída fértil para construção de um novo cenário de expansão do país, em busca de poder. Sobre o neoeurasianismo, este surge como um novo fôlego para reencontrar a identidade nacional e questionar sobre qual o papel da Rússia neste novo Sistema Internacional (Bassin, 2008; Silvius, 2014).

---

<sup>17</sup> Não há um consenso sobre a definição de identidade na história contemporânea. Dentre os vastos conceitos no campo social, político, psicológico e econômico, identidade para o neoeurasianismo no presente estudo será o que Castells (1999) evoca sobre identidades coletivas (identidade legitimadora, de resistência e de projeto), ambas em construção da identidade na sociedade pelas relações de poder (Castells, 1999; Rocha, 2019).

<sup>18</sup> O imperialismo citado não tem caráter expansionista de dominação física como defendia a URSS, mas sim como expansão ideológica da corrente neoeurasianismo no mundo. É certo afirmar que o socialismo da URSS também possuía peso ideológico nos países em que se estabeleceu, mas o imperialismo de fato na corrente “neo” não tem caráter de dominação geográfica.

O neoeurasianismo como novo movimento intelectual trouxe consigo quatro grupos principais distintos de entendimento eurasianista, neste momento histórico, que são os ocidentalistas, civilizacionistas, geoeconomistas e expansionistas<sup>19</sup> (Brugnara, 2015).

A primeira delas, os ocidentalistas, concebido por Dmitri Trenin, como o próprio nome evoca, tinha o ideal que para uma Rússia mais desenvolvida e progressista, esta deveria adotar características Ocidentais de expansão, com a abertura do mercado de forma mais liberal, defesa da democracia e da liberdade, que na prática refletiu-se inicialmente nas políticas *perestroika*, *uskoreine* e *glasnost*<sup>20</sup> de Gorbatchev (Freire, 2009; Martins e Francisco, 2018).

Para a vertente civilizacionista, de Gennady Zyuganov e Nikolai Nartov, defendia a criação de um Império russo propriamente dito dentro do espaço antes pertencente à antiga URSS, descartando os valores ocidentais e a defesa da necessidade de uma geopolítica mundial, com a Rússia no centro deste processo (Brugnara, 2015).

Sobre a terceira citada, a geoeconomicista, idealizado por Vladimir Kolosov e Nikolai Mironenko, via a Rússia na concepção do *Heartland*, ilustrado pela teoria de Mackinder (2004), com posição estratégica para cooperação econômica entre alguns eixos importantes do globo, como o Ocidente, principalmente Europa e Estados Unidos, bem como a China e a região Ásia-Pacífico. Desta forma, a Rússia desenvolveria uma “política de cooperação” entre esses eixos citados no Sistema Internacional, transnacionalizando sua economia com esses polos geoeconômicos estratégicos (Mackinder, 2004; Brugnara, 2015).

Por fim, os expansionistas, uma a vertente que será norteadora da discussão neoeurasianista, tem como principal pensador Alexander Dugin. Em comparativo com as outras vertentes citadas, tem características mais conservadoras, nacionalistas, antiocidentais e com visão imperial mais abrangente. Por ter esse tipo de postura, tende a um alinhamento da Rússia com outros países orientais e/ou estratégicos com interesses comuns (Brugnara, 2015; Dugin, 2014, 2016).

Dugin (2014, 2016) e seus apoiadores, além das características citadas anteriormente, afirma que a Rússia tem uma missão de reprimir as forças externas Ocidentais com a contenção dos espaços marítimos, além da necessidade de sua expansão territorial devido à

---

<sup>19</sup> Existiam mais correntes neoeurasianistas neste período histórico, mas as que se baseavam em sua gênese na obra de Mackinder foram essas cinco principais (Brugnara, 2015).

<sup>20</sup> “... as políticas de reestruturação (*perestroika*) da economia, de aceleração (*uskorenie*) e de abertura (*glasnost*), [indicava] um curso reformista que visava a transformação política e o desenvolvimento econômico, quer a nível interno quer na política externa, não foram capazes de alterar práticas profundamente enraizadas, afastando dos seus objetivos iniciais” (Freire, 2009, p. 29).

necessidade de espaço vital para segurança nacional. Na prática, observa-se que Dugin visa aplicar tanto a teoria de Mackinder (2004) e Mahan (2012), formulada no início do século XX, com a idealizada por Karl Haushofer durante os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial (Dugin, 2014, 2016; Mahan, 2012; Mackinder, 2004; Bonfim, 2005; Mello, 1999; Simões, 2015; Kaplan, 2013).

Especificamente sobre Karl Haushofer, importante destacar que o teórico alemão teve influência direta nas políticas nazistas de Adolf Hitler, com o desenvolvimento da teoria das Pan Regiões para a Alemanha. Geoestrategicamente, buscava espaço vital na direção dos meridianos para conter ameaças externas e obter poder marítimo e terrestre. As Pan Regiões defendidas pelo autor são a Euráfrica, Pan-América, Pan-Rússia, Pan-Ásia (Bonfim, 2005; Mello, 1999).

Com isso, não apenas o poder marítimo e terrestre são essenciais na nova geopolítica adotada por Dugin (2014, 2016), como também o reordenamento de influência política aplicada em Pan-Regiões, em que a Rússia teria o papel principal neste processo. (Bonfim, 2005; Dugin, 2014, 2016; Mello, 1999).

Desta forma, a busca do poder russo é justificada por essa necessidade de expansão e contenção de forças ocidentais, o que o autor classifica como forças “atlantistas”. Indo em direção contrária à unipolaridade norte americana pós dissolução da URSS, visa a criação no Sistema Internacional de um ambiente multicultural e multilateral (Brugnara, 2015).

Com o fim da URSS, muito se questionou sobre como os Estados Unidos exerceria sua unipolaridade no Sistema Internacional, tendo sido cogitado até o “Fim da História”, conforme argumentado por Fukuyama (1989). Com o advento da globalização e dos processos industriais de multinacionais ao redor do mundo, Dugin (2014, 2016) trouxe uma resposta antagônica a este processo econômico global em réplica ao Ocidente (Dugin, 2014, 2016; Fukuyama, 1989, Simões, 2017).

Mais que o advento econômico liberal que a globalização traz, segundo Dugin (2014, 2016), o mesmo evoca um fenômeno unidirecional que tenta universalizar a cultura ocidental nos demais países do mundo, perpetuando não apenas na economia, mas na política, identidades e sociedades como um todo. Por ter uma característica unidimensional, acaba sendo classificada pelo autor como uma globalização unipolar (Bassin, 2008; Hernández, 2018; Dugin, 2014, 2016).

A solução seria então criar uma globalização multipolar, visto que o Sistema Internacional é preenchido por Estados autônomos que podem cooperar entre si,

reorganizados por Federações Continentais, resultando assim em um sistema multipolar diverso, num complexo sistema étnico, religioso, cultural, administrativo, econômico e político integrado. Em outras palavras:

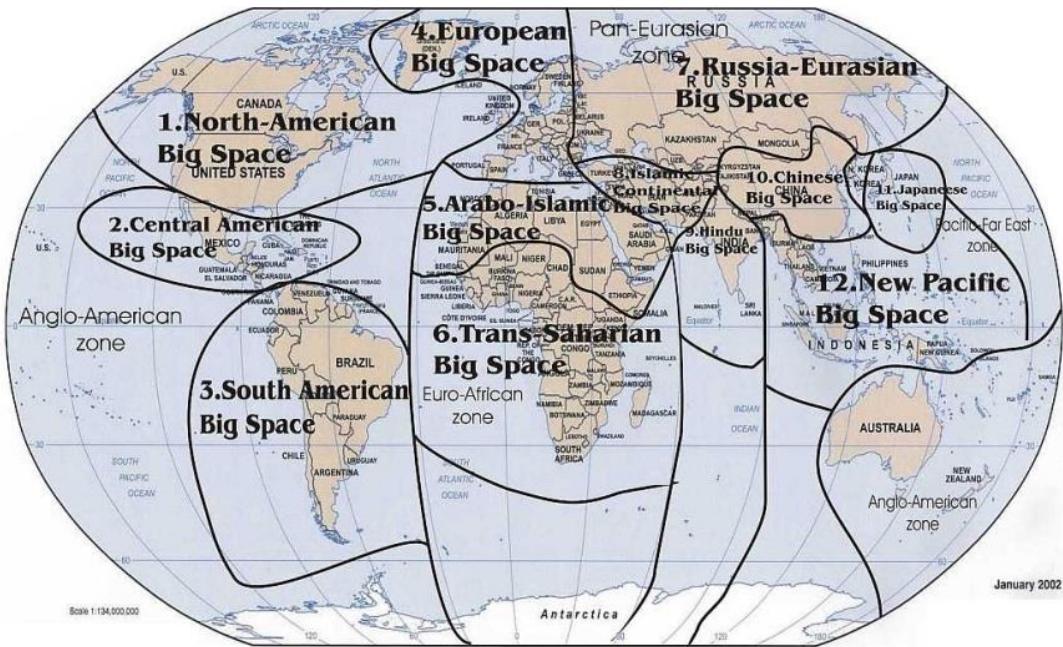
(...) o Eurasianismo acaba por ser um conceito global revolucionário (...), uma nova plataforma de entendimento mútuo e cooperação para um largo conglomerado de diferentes poderes: Estados, nações, culturas e religiões que rejeitam o suposto universalismo do Atlantismo, existindo no seu próprio contexto, mas permitindo a existência de espaço para todos, incluindo para os Estados Unidos, cujo seu pólo de influência seria o continente americano (Simões, 2017, p. 102-103).

Contextualizando mais detalhadamente em relação à globalização multipolar, nesta proposta neoeurasianista expansionista, o mundo seria dividido em quatro macrorregiões ou zonas (Zona Anglo-Americana; Zona Euro Africana; Zona Pan-Eurasiana e Zona do Extremo Oriental Pacífico) e cada uma possuiria várias áreas de convergência, chamados de “grandes espaços”. Na prática, seria a nova realidade do mundo multipolar, com economia mais aberta e zonas de influências de mercados mais igualitários. No caso da Rússia, ela teria um papel importante como ator no Sistema Internacional em fortalecer a “globalização multipolar” e teria parcerias estratégicas no globo por meio de sua política externa (Dugin, 2014, 2016).

Neste sentido, o neoeurasianismo expansionista não aceita o antigo modelo de centro-periferia. Defende que o mundo seria constituído por uma gama de espaços vivos com relativa autonomia e com abertura para conexão do tipo multipolar. Estes espaços vivos não seriam Estados-Nação em si, mas sim uma coligação de Estados identificados como Federações Continentais, conforme já citado anteriormente e clara influência do teórico alemão Karl Haushofer. Para Dugin (2014, 2016), cada uma destas áreas teria características econômicas multipolares, com diferenciação de fatores administrativos, culturais, religiosos e étnicos (Dugin, 2014, 2016; Manuel, 2018).

Como pode ser visto nos dois mapas abaixo (figuras 3 e 4), percebe-se a divisão do mundo nas quatro macrorregiões (Zona Anglo-Americana; Zona Euro-Africana; Zona Pan-Eurasiana e Zona Pacífico Extremo Oriental). Além disso, é percebido também os grandes espaços que as compõem e as zonas de influência, tendo a Rússia com papel importante neste novo processo chamado de “globalização multipolar”. Segue:

Figura 3 - Mundo multipolar. Quatro zonas – grandes espaços

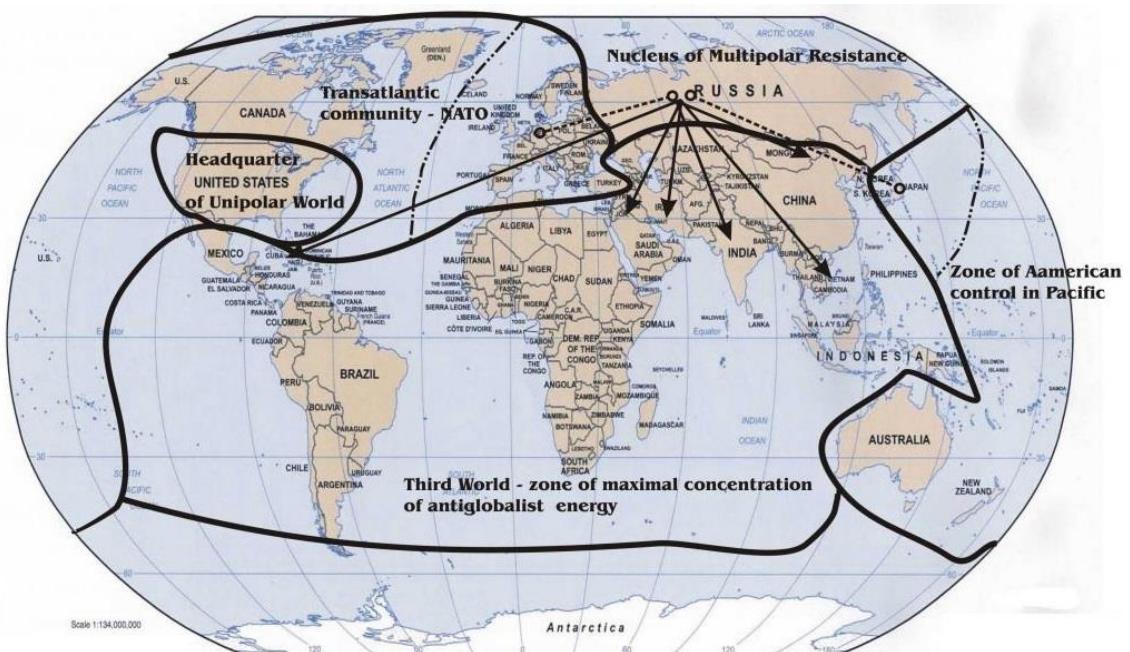


Legenda: 1. Grande espaço da América do Norte; 2. Grande espaço da América Central; 3. Grande Espaço da América do Sul; 4. Grande espaço Europeu; 5. Grande espaço Árabe-Islâmico; 6. Grande espaço Trans-Saariano; 7. Grande espaço Russo-Eurasiano; 8. Grande espaço Continente Islâmico; 9. Grande espaço Hindu; 10. Grande espaço Chinês; 11. Grande espaço Japonês; 12. Grande espaço Novo Pacífico. Tradução livre.

Fonte: Dugin (2014)

Abaixo segue mapa com relação ao movimento de contra estratégia eurasiana:

Figura 4 - Reação Russo-Eurasiana contra a globalização unipolar. Contra estratégia



**Legenda:**

- Linhas mais importantes de fratura do espaço pró-atlantismo-globalista;
- Raios de parceria estratégica com países do Terceiro Mundo;
- Eixos cruciais de alianças da geopolítica eurasiana com “espaços emergentes” – Grande Europa e Japão livre.

**Fonte:** Tradução livre a partir de Dugin (2014).

Desta forma, o neoeurasianismo expansionista oferece o entendimento de como a Rússia pós URSS deve agir e oferece respostas da continuidade histórica que o Estado russo deve proporcionar ao Sistema Internacional. Com esta posição antioccidental, até sobre a forma que a globalização é instrumentalizada pelos países ocidentais, a Rússia seria o principal centro desta nova Ordem Mundial, visto que os russos possuem características únicas que os distinguem dos demais estados e possui flexibilidade em sua relação com os outros atores internacionais, pois traz o discurso multipolar.

Finda a explicação fundamental do que é o neoeurasianismo, principalmente o expansionista de Dugin, bem como seu surgimento e aplicabilidade no Sistema Internacional, cabe entender alguns aspectos do que a teoria evoca com relação a alguns conceitos básicos reformulados do eurasianismo clássico, a saber: a) o novo significado da Eurásia; b) onde está a Eurásia, e c) qual o lugar a Eurásia no mundo.

Para o neoeurasianismo expansionista, a Eurásia é mais do que sua extensão territorial envolvendo os continentes europeu e asiático, tendo a Rússia em seu centro de comando, como era visto no eurasianismo clássico. Envolve também uma posição ideológica contrária ao atlantismo ocidental e aceita qualquer país que compartilhe desta visão antioccidental ao movimento neoeurasiano (Bassin, 2008; Nunes e Silva, 2018; Silvius, 2014).

Sobre onde está a Eurásia, mais uma vez o neoeurasianismo se desprende do entendimento clássico. Dugin (2014) defende que além do porte físico que a região traz (ao norte com a Rússia, a oeste com a Europa, ao Sul com a Ásia Central e a leste para China e Pacífico), tem o instrumento político que acarreta em uma nova ideologia espacial, política, econômica e Cultural, se estendendo em todo o mundo que compartilhe dos mesmos ideais (Bassin, 2008; Brugnara, 2015; Dugin, 2014; Silvius, 2014).

Por fim, com relação ao lugar da Eurásia no mundo, o neoeurasianismo expansionista de Dugin (2014, 2016) possui uma visão a nível mundial, ou seja, não isolacionista como na vertente clássica, por meio da divisão do globo em macrorregiões. Na prática, o papel da Rússia não seria mais nacionalista exclusivista e identificar apenas seu papel individual num mundo pós URSS, mas sim ser representante de um movimento antiatlantista, além de suas fronteiras como Estado ou da própria Eurásia clássica. O novo eurasianismo traz a ideia

multilateral, agregando civilizações, culturas, filosofia e geopolítica estratégica que pode ser exercida a qualquer ator internacional que compartilhe dos mesmos interesses e ideais (Bassin, 2008; Brugnara, 2015; Dugin, 2014, 2016; Shlapetokh, 1997).

Em suma, para melhor entendimento das diferenças entre eurasianismo e o neoeurasianismo expansionista de Dugin, segue quadro abaixo com a diferenciação:

**Quadro 1: Eurasianismo Clássico e Neoeurasianismo Expansionista**

Âmbito	Eurasianismo Clássico (Trubetskoy, Savitskii e Suvchinskii)	Neoeurasianismo Expansionista (Dugin)
Político	Nacionalista + marxismo soviético	Universalista
Econômico	Isolacionista Imperial	Multilateralista
Sociedade	Eslava (Costumes, cultura e sociedade comuns)	Costumes, cultura e sociedade comuns que compartilhem do mesmo interesse, não necessariamente eslava
Significado do Ocidente	Identificado pela Europa Ocidental	Identificado pelos Estados Atlantistas (liderado pelos Estados Unidos)
Geográfico	Europa oriental, Rússia, Ásia Central (países pertencentes à URSS)	Pan Regiões (Zona Anglo-Americana; Zona Euro-Africana; Zona Pan-Eurasiana e Zona Pacífico Extremo Oriental)
Geopolítico	Centralista (Mackinder)	Universalista (Mackinder, Mahan, Haushofer)

**Elaboração própria a partir de Bassin (2015), Brugnara (2015), Dugin (2014), Shlapetokh (1997), Nunes e Silva (2018).**

Além do quadro comparativo anterior, como complemento, segue abaixo também a influência da geografia política e da geopolítica no neoeurasianismo expansionista, em que se percebe as características principais dos autores Ratzel, Kjéllen, Mahan (2012), Mackinder (2004) e Haushofer:

**Quadro 2: Geografia política, geopolítica e neoeurasianismo expansionista**

Geografia Política/Geopolítica	Característica Neoeurasianista?
Política de defesa, segurança e organização do território	Sim
Visualização do Estado como organismo (elementos naturais e humanos)	Sim
Estado como mecanismo de poder	Sim
Influência teórica do poder terrestre (Mackinder)	Sim
Influência teórica do poder marítimo (Mahan)	Sim
Influência teórica das Pan-Regiões e espaço vital (Haushofer)	Sim

**Fonte: elaboração própria, com base em Mahan (2012), Mackinder (2004), Bonfim (2005), Castro (2005),**

**Costa (2008), Moraes e Fernandes (1990).**

Diante do exposto da contextualização teórica envolvendo a geografia política, geopolítica, eurasianismo clássico e neoeuranismo expansionista, no próximo capítulo será debatida a evolução da política externa russa, com foco nos governos de Vladimir Putin na virada do século e suas medidas reformistas, medidas estas que desencadearam em uma reascensão russa no cenário internacional, unindo a teoria neoeurasianista proposta por Dugin (2014, 2016) com uma nova agenda de segurança viabilizada pela Rússia no século XXI (Dugin, 2014, 2016).

Desta forma, será debatida a nova agenda de segurança russa, bem como o envolvimento do mercado energético russo neste processo, para que assim seja argumentado o estudo de caso envolvendo a Organização para Cooperação de Xangai no último capítulo e os quatro temas principais em segurança propostos no presente trabalho (migração ilegal, tráfico de drogas, terrorismo e problemas de fronteira).

## 2 FORMAÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA RUSSA NOS GOVERNOS PUTIN

Tendo como ponto inicial de análise da Federação Russa quando Vladimir Putin assumiu o poder (em maio de 2000), será tomado este governo como base para direcionamento explicativo do posicionamento russo no processo de formação da sua política externa. Para isto, será dada uma contextualização histórica de como se sucedeu o processo de organização doméstica do país, com as investidas políticas de Yeltsin enquanto presidente da Rússia nos anos de 1990 e o que Putin tomou para seu governo em seguida. Desta forma, serão argumentados os superávits do comércio energético no país, processo de controle da inflação, investimento em políticas sociais e por fim, o novo direcionamento de política externa para um Estado forte e centralizador, com economia capitalista mais pragmática.

A importância de apresentar esta transição do país russo diz respeito principalmente a sua recuperação econômica, melhora do âmbito social e maior poder de projeção regional na Ásia, com a retomada da Rússia nas suas relações internacionais, particularmente no que concerne a Ásia Central.

Para isto, o capítulo encontra-se dividido em duas seções principais. A primeira com exposição mais sucinta, voltada para uma contextualização do entendimento do Estado russo no início do século XXI, em que se observou a reestruturação<sup>21</sup> doméstica da Federação Russa nos primeiros anos do governo Putin.

A segunda seção, feita de forma mais abrangente e analítica, procura compreender e analisar a projeção russa no cenário internacional, as políticas de continuidade envolvendo os governos de Vladimir Putin (2000/2008) – Dmitri Medvedev (2008/2012) – Vladimir Putin (2012/2019) e as características de política externa adotadas, com foco para a Ásia, destacando duas variáveis correlacionadas, que seria a importância do mercado energético aos russos e a implementação de sua agenda de segurança, tanto no plano doméstico como no internacional. Esta análise tem como cerne a Ásia Central, que implicará na contextualização inicial do estudo de caso voltado à Organização para Cooperação de Xangai (OCX), com maior detalhamento no capítulo três.

---

<sup>21</sup> No presente trabalho, ‘reascensão’ e ‘reestruturação’ possuem conceitos diferentes. O primeiro possui o entendimento da retomada russa de projeção de liderança estratégica no cenário internacional, com foco específico na Ásia Central, em sua agenda de segurança. Já reestruturação tem caráter mais doméstico da FR, com as investidas políticas no país para adaptar-se a nova realidade democrática pós 1991.

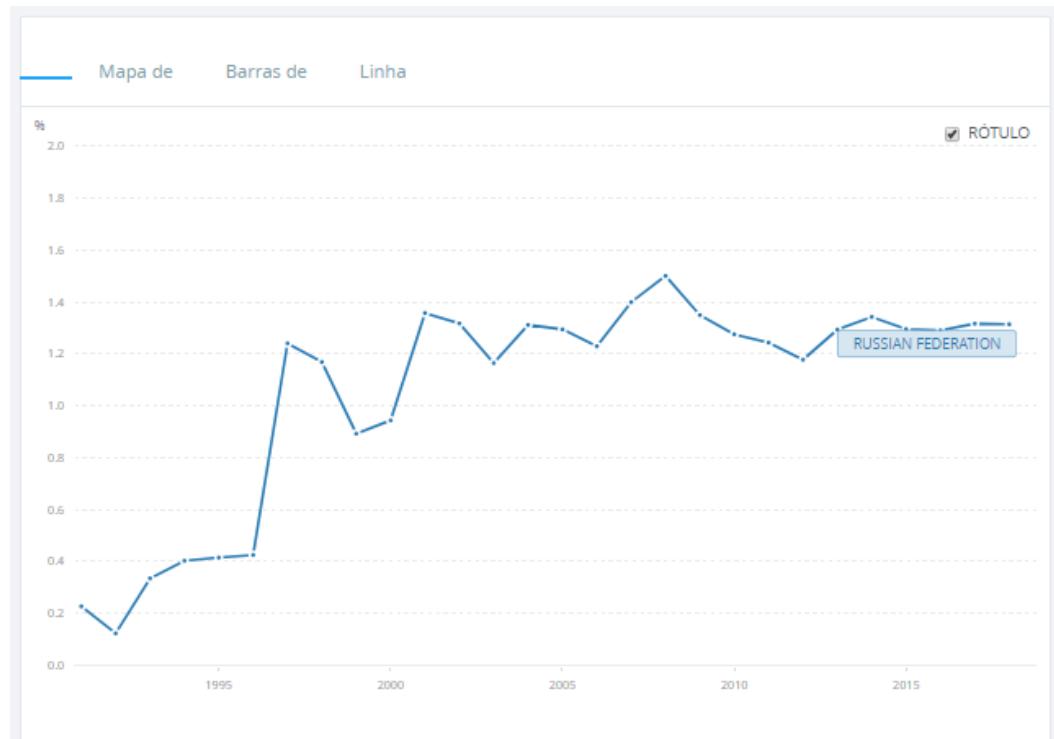
## *2.1 A construção de uma “nova” Rússia no século XXI*

No final da década de 1990, Vladimir Putin tornou-se Primeiro Ministro da Rússia, contando com aliados fortes no governo ainda durante a gestão de Yeltsin na Presidência. A pressão popular, bem como a elite de esquerda do país, já que Yeltsin possuía uma política ocidentalista em sua gênese, fez com que o mesmo renunciasse, abrindo espaço para um novo governante assumir o poder (Adam, 2013; Segrillo, 2010).

Os esforços de Yeltsin para ajustar a economia e a qualidade de vida do país, principalmente a necessidade do capital externo, só foram concretizados apenas quando Putin assumiu o poder (como presidente em maio de 2000), aumentando assim a popularidade do governante. Medidas como o controle da inflação, a valorização do preço do petróleo e o investimento social foram características do início do governo de Putin, mas que na prática eram frutos da política anterior de Yeltsin, que durante sua gestão não conseguiu o retorno esperado. No final de 1990 e início dos anos 2000, Putin conseguiu usar esta melhora econômica e social interna ao seu favor, aumentando sua popularidade e fortalecendo sua legitimidade como governante (Freire (2015); Haas (2010); Manuel (2018); Segrillo, (2012); Guimarães (2016)).

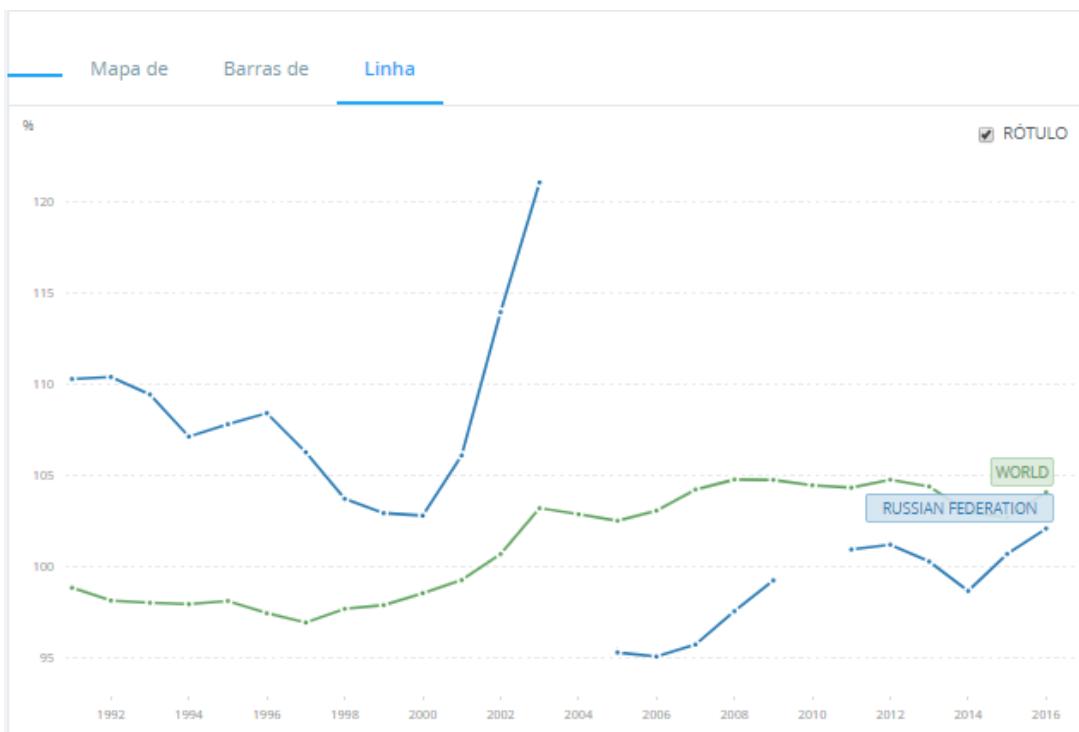
Sobre a melhora social que pôde ser observada após Putin assumir o poder, segue abaixo alguns gráficos com indicação de acesso à educação, oferta de emprego, índice de pobreza nacional e expectativa de vida ao nascer, todos do Banco Mundial:

**Gráfico 1: Total de empregados (estimativa da OIT<sup>22</sup>)**



Fonte: World Bank (2019)

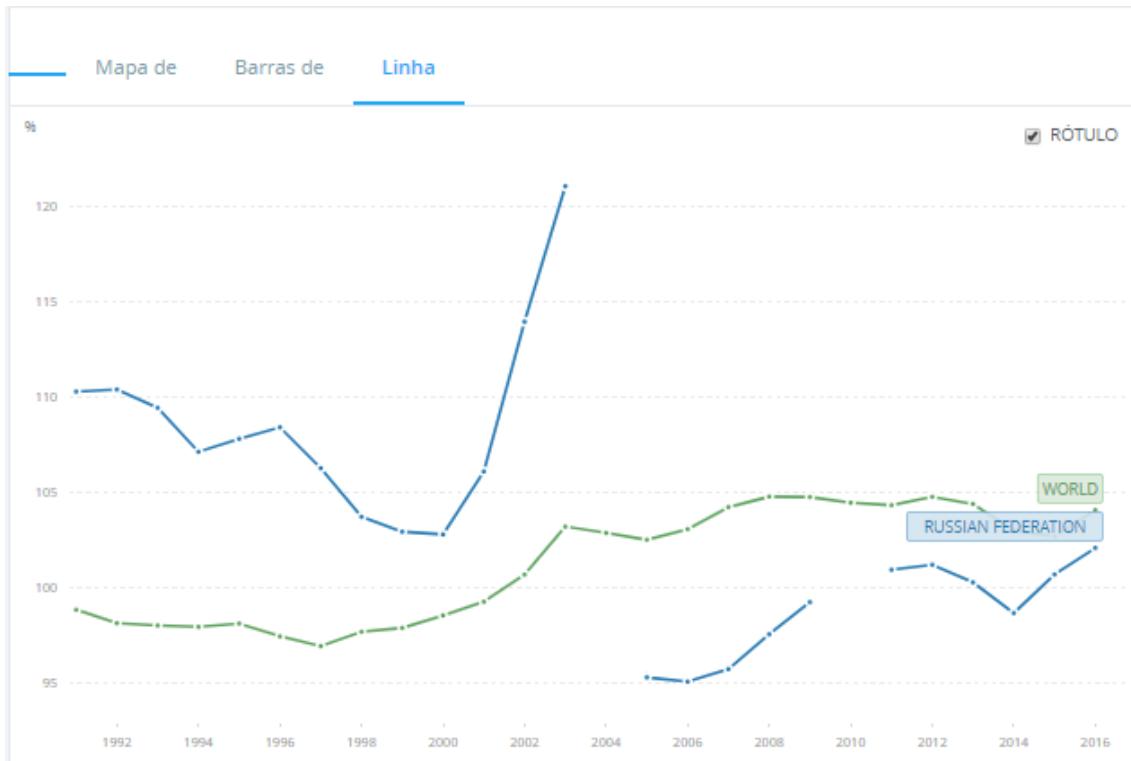
**Gráfico 2: Matrícula escolar primária**



Fonte: World Bank (2019)

<sup>22</sup>Organização Internacional do Trabalho.

**Gráfico 3: Índice de incidência de pobreza**



Fonte: World Bank (2019)

**Gráfico 4: Expectativa de vida ao nascer**



Fonte: World Bank (2019)

Como pode ser visto nos gráficos, após o ano de 2000, os índices de empregados, matriculados na escola primária e expectativa ao nascer aumentaram em comparativo aos anos de 1990, ao mesmo tempo em que o índice de pobreza diminuiu no mesmo período.

Com base nisto, uma primeira diferença que se observa entre os dois governos (Putin e Yeltsin) é em relação ao tipo de política adotada. Enquanto Yeltsin estava focado numa política ocidentalista e liberal, baseado em práticas capitalistas de forma acelerada e pulando etapas de desenvolvimento econômico industrial (setores primários, secundários e terciários), Putin, por outro lado, esteve direcionado a uma política mais fechada, respeitando os limites econômicos da Rússia e não dando abertura em demasiado ao mercado para não ocorrer dependência estrangeira muito elevada (Medeiros, 2011; Segrillo, 2012).

Além disso, Putin era a favor de medidas mais centralistas, com o Estado sendo um forte interventor na economia e nos assuntos externos (ideia de *gosudarstvennost*<sup>23</sup> presente na história da Rússia). Neste sentido, a sociedade russa eslavófila<sup>24</sup> a favor destas práticas estatais (os quais era a maioria da população), davam legitimidade ao governo de exercer este poder, liderado por Putin<sup>25</sup> (Segrillo, 2012).

A diferenciação de um governo para outro é constatado quando se analisa o crescimento do PIB na Rússia na virada do século XXI, que foi resultado do aumento do preço do petróleo que favoreceu a balança comercial do país. Também foi verificado o cumprimento do pagamento das dívidas da Rússia perante o FMI (Fundo Monetário Internacional). Putin fez com que as contas internacionais entrassem em maior equilíbrio, diminuindo a desconfiança internacional (Dias, 2016).

Para ilustrar o período, segue abaixo gráficos que apresentam a situação do Produto Interno Bruto da Rússia e das Cobranças do FMI, entre os governos de Yeltsin e Putin, e a expressiva melhora da economia na entrada do início do século XXI:

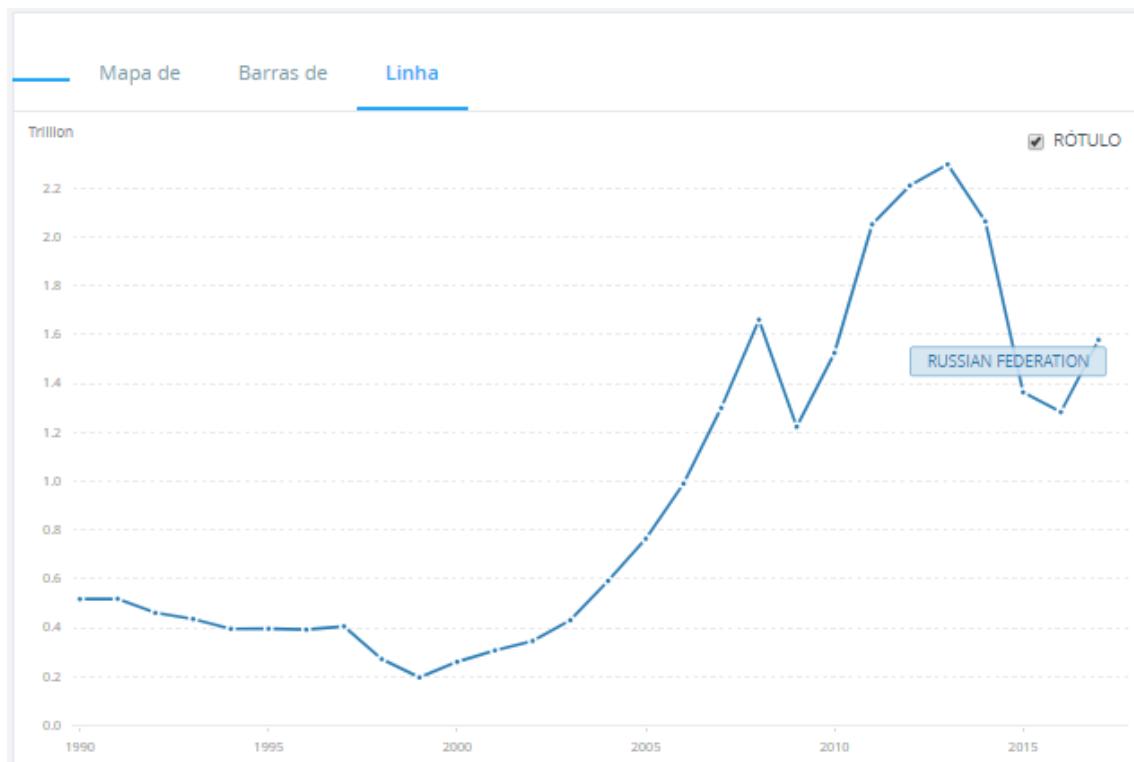
---

<sup>23</sup> Expressão russa usada para identificar um Estado como forte, centralizador e interventor nos assuntos domésticos e externos.

<sup>24</sup> Expressão usada para identificar o segmento da sociedade defensora de um país mais centralizador e forte nos assuntos domésticos, de cunho mais ortodoxa e tradicionalista. São a maioria da população.

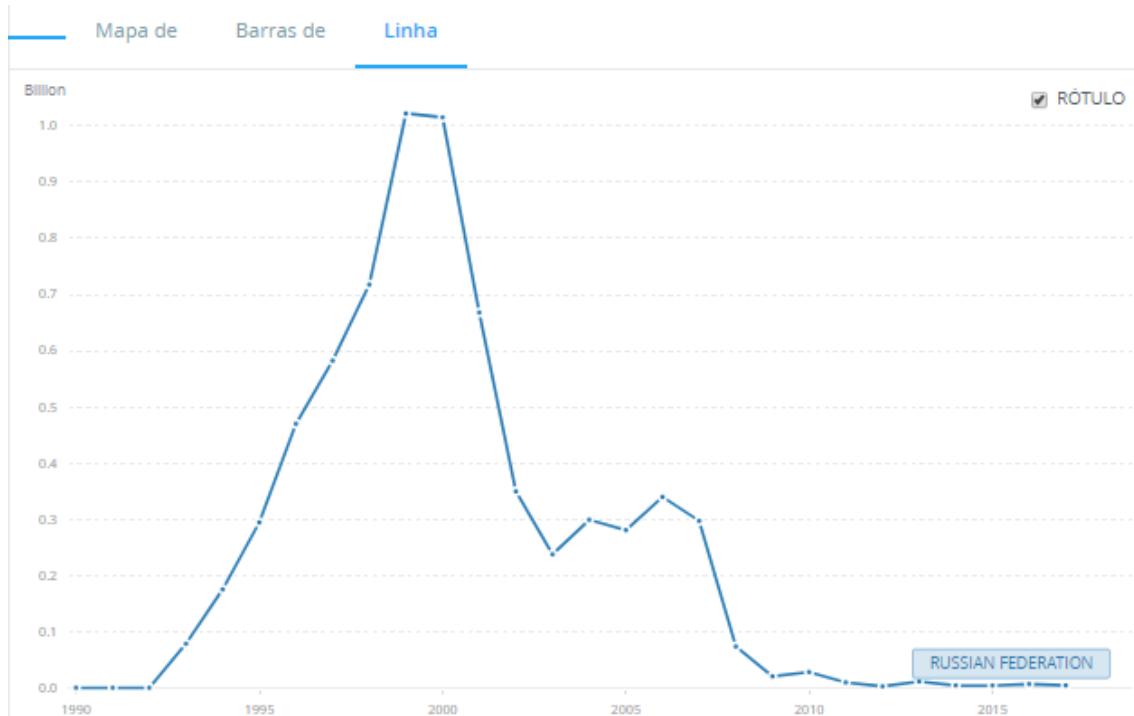
<sup>25</sup> A forte queda após 2006 deu-se por causa da crise econômica internacional iniciada nos Estados Unidos com o mercado imobiliário, mas que teve efeito dominó nos principais parceiros econômicos em escala larga.

**Gráfico 5 – Taxa de crescimento do PIB Federação Russa**



Fonte: World Bank, 2019

**Gráfico 6: Encargos do FMI à Rússia**



Fonte: World Bank (2019)

Uma observação sobre os gráficos 5 e 6: entre os anos 2000 a meados de 2007, a taxa de crescimento média do PIB foi de 6,85%, tendo seu pico no ano de 2001 em 10%, o que não se via na Rússia desde o governo Yeltsin. O crescimento só decaiu após a crise financeira internacional entre 2007 e 2008, iniciada nos Estados Unidos com impacto posterior na União Europeia e no restante do mundo, afetando diretamente a dinâmica do mercado energético russo (Nunes e Silva, 2018).

Isso fez com que houvesse a necessidade de dinamização dos parceiros comerciais, e os países asiáticos foi uma saída lucrativa à Federação russa, que será discutida mais adiante.

Com relação ao FMI, devido o maior controle das contas estatais e a rentabilidade do mercado energético a FR, pôde-se reduzir, e muito, a dívida externa pós 2000 (Medeiros, 2011).

Outro ponto importante sobre o governo Putin é o entendimento de que a estrutura econômica russa deveria ser dinâmica. Isto é, Putin tinha o entendimento de que a força do mercado é importante e que se faz necessário ser um pouco liberal para não barrar o sistema capitalista. No entanto, para atingir seus objetivos de segurança e investimentos neste segmento, deve-se ser liberal, porém sem deixar em segundo plano a postura de Estado forte e interventor (Segrillo, 2011; Segrillo, 2012).

Para este aspecto, uma característica não apenas geográfica, mas também ideacional na antiga URSS, seu isolacionismo<sup>26</sup>, foi um ideal rejeitado no governo Putin e difundida na sociedade e nos partidos políticos, “por apresentar um beco sem saída e por condenar qualquer um dos modelos de desenvolvimento da Rússia no século XXI” (Zhebit, 2003, p. 3). Em outras palavras, Putin proporcionava maior plasticidade na sua prática governamental, tomando o controle do país em sua centralidade, ao mesmo tempo em que não negava a abertura comercial liberal, dinamizando o desenvolvimento econômico (Freire, 2009; Zhebit, 2003).

Ressalta-se que a legitimidade que Putin conquistou ao longo do tempo não se deu apenas entre a população e a elite russa, mas também perante as lideranças de diversas camadas da sociedade, devido às práticas políticas que o Presidente vinha realizando desde sua entrada no governo. Putin mudou o modo de eleição dos governadores dos estados da Rússia. Com a alteração, a escolha dos líderes é realizada pelo próprio Putin, de forma indireta, para exercer o cargo. Como consequência, Putin pode inserir no poder pessoas de sua confiança e que vão apoiar suas medidas, seja no âmbito externo como também no âmbito

---

<sup>26</sup> A URSS era isolacionista com relação ao resto do globo, com exceção dos países que compartilhavam de seus ideais partidários e ideológicos.

interno (do qual formalmente é feito pelo Primeiro Ministro, mas que Putin tem total liberdade de exercer este poder mesmo sendo Presidente) (Shpuy, 2013).

Com esta forma de controle e monopólio de poder, muito disso concentrado no Executivo, fez com que a organização norte-americana, chamada *FreedomHouse*<sup>27</sup>, classificasse a Rússia como um país “não livre” e que consequentemente sua democracia fosse considerada fraca na concepção Ocidental (Segrillo, 2012, p. 121). Em outras palavras, a democracia russa, ao Ocidente, não é compreendida como tal.

Dentro deste contexto, com o massivo controle político no país, a oposição fique enfraquecida. Partidos de esquerda e de direita (comunistas e neoliberais), que são minoria no Parlamento, não conseguem conter a força das medidas de Putin. Além disso, os principais meios de comunicação da Rússia, tais como televisão, rádios e jornais impressos, são subsidiados pelo governo e, consequentemente, controlados. Nota-se que não são divulgadas as opiniões da oposição, com exceção da internet, principal canal de comunicação dos opositores do governo (Segrillo, 2012).

Já na política externa e na projeção internacional da Rússia, esta pode ser considerada como resultado desta maior autonomia nos assuntos domésticos, pois a crescente melhora no PIB, superávits na balança comercial e na legitimidade que o governo adquiriu foram as bases principais e catalisadoras para esta nova projeção (a exemplo do aumento da exportação do petróleo e conversão do lucro em investimento social da população, visto que este produto energético valorizou-se no mercado mundial e, como citado inicialmente, os esforços comerciais de Yeltsin para recuperação econômica só puderam ser observados quando houve este desenvolvimento comercial do petróleo no mundo, na virada do século XXI).

Desta forma, com mais autonomia doméstica, a Rússia do governo Putin começou a reconquistar mercados que antes tinha bastante influência, a exemplo da região da Ásia Central. Mais do que um zona de influência forte durante a Guerra Fria, esta foi e ainda é uma região tática aos russos no que tange o comércio, com a exportação de produtos energéticos e principalmente de assuntos que envolvem a agenda de segurança comumente securitizados,

---

<sup>27</sup> “A Freedom House é uma voz forte para uma política externa dos EUA que coloca a promoção da democracia como uma prioridade. Seus representantes testemunham regularmente perante o Congresso, fornecem instruções a funcionários de alto nível da Administração e do Departamento de Estado e defendem a liberdade em conferências, em artigos de opinião e por meio de aparições na mídia” (FreedomHouse, 2019, p. 1). Em sua metodologia, a Instituição utiliza um sistema de três níveis que classifica os dados em pontuações, classificações e status. Para as pontuações, “um país ou território recebe 0 a 4 pontos por cada um dos 10 indicadores de direitos políticos e 15 indicadores de liberdades civis, que assumem a forma de perguntas; uma pontuação de 0 representa o menor grau de liberdade e 4 o maior grau de liberdade. [Além disso, há um mecanismo de pontuação para conhecimento do] nível dos direitos políticos e classificação de liberdades civis, status livre, parcialmente livre e não livre, setas de tendência e democracia eleitoral” (FreedomHouse, 2019, p. 1).

como o terrorismo, migração ilegal, problemas de fronteira e tráfico de drogas, que fazem com que a projeção política russa na região ter cunho estratégico.

## *2.2 Política Externa e importância da Ásia Central*

Analisando o governo Putin, percebe-se que algumas características de Estado da história da Rússia ficaram permanentes na dinâmica política do país. Entre aquelas que se destacam, permearam o governo russo durante décadas, a saber: a) direcionamento de Estado forte e centralizador, b) ideal “imperialista”, c) a idolatria estatal e d) participação do país nos debates internacionais.

Durante a União Soviética, a política adotada no país, desde após a revolução comunista, foi a de um Estado centralizador e com forte intervenção na economia, comandado por um único partido (política esta ainda mais fortalecida quando Stalin estava no poder). Desta forma, no período do regime de Stalin, além de fortalecer estas características marcantes da União Soviética, de Estado centralizador e interventor na economia, também deu o ideal de “imperialismo” ao país, no sentido de crescimento da segurança do território baseado na expansão (principal característica deste tipo de política) (Pons, 2008, p.100).

Com isso, fez com que aumentasse nas fronteiras do Estado a segurança contra invasões externas, como pôde ser concebida durante a Segunda Guerra Mundial pela Alemanha nazista e quando eclodiu a Guerra Fria. Esta medida de posicionamento imperialista levou a uma expansão do socialismo à parte oriental da Europa e na Ásia Central, como forma de realizar um imperialismo externo ao território da União Soviética (Pons, 2008).

Nesta perspectiva, constata-se que a política não mudou na Rússia do século XXI de Putin, no sentido de ser um Estado centralizador, interventor e possuir contatos externos na Ásia Central.

Ainda sobre a política stalinista, o governante tinha o ideal de “paz armada”, a fim de substituir o capitalismo pelo socialismo mundialmente. Esta ideologia stalinista refletiu nas ações do governante de construção da potência soviética no mundo, com o intuito de influenciar os outros países ao regime socialista. Todo este ponto de vista dava à Stalin o que ficou conhecido como “estadolatria”, ou seja, a idolatria do Estado soviético (Roedel e Vieira, 2012, p. 22).

Para a FR atual, a estadolatria ainda existe, no sentido de reconhecer a importância do papel estatal na nação, porém sofreu mutações em sua ideologia, pois carrega consigo um conceito mais nacionalista e menos imperialista (Roedel e Vieira, 2012).

Mais adiante, com o fim do período da Guerra Fria, foi trazida uma nova visão de mundo no Sistema Internacional, e a FR, principal impactada com a dissolução da URSS sofreu as consequências de adaptação. Já sob o governo de Mikhail Gorbachev, o líder levou ao país uma nova política, já que a queda da União Soviética acarretou no fim da ideologia socialista (baseados nos princípios de Marx e Lênin), a perda da identidade do partido comunista, a inserção dos primeiros passos da democracia no país e a redefinição da Rússia com sua vizinhança que se encontrava instável, bem como o lugar do Estado frente à Europa e no mundo. Também foi no governo de Gorbatchev que foram adotadas as políticas de reestruturação da economia (*perestroika*), de aceleração (*uskorenie*) e de abertura (*glasnost*), mas que não obtiveram resultados que se esperaram de desenvolvimento (Freire, 2009).

Na década posterior (1990), já sob a supervisão de Boris Yeltsin, a política externa da Rússia apresentou algumas características específicas, como a participação nos discursos de parceria entre governos democráticos e pela manutenção da paz, temática defendida pelos países Ocidentais, principalmente os Estados Unidos, bem como a cooperação com a OTAN e inclusão da Rússia no G7 (que viria se tornar o G8), além de diversas investidas de privatizações que avançavam no país com a entrada acelerada de práticas capitalistas, medidas estas contrárias mais adiante no governo Putin (Pecequillo e Carmo, 2010).

Isto posto, com a situação de sua política e economia fragmentadas, a Rússia passou de ator protagonista para coadjuvante no Sistema Internacional. Exemplos como a Guerra do Golfo e a da Iugoslávia<sup>28</sup>, mostraram como a Rússia não teve autonomia para argumentar sobre o posicionamento norte-americano nestes dois casos, sendo neutra ou participando apenas como observador (Schutte, 2011).

Verificando mais atentamente neste mesmo período, sobre as privatizações, Schutte (2011) destaca:

Na primeira fase (1992-1994), foram utilizados vouchers, a princípio distribuídos a toda a população. Como havia possibilidade de revenda, houve uma concentração nas mãos de grupos ligados aos próprios gestores das empresas. Por isso, essa fase ficou conhecida

---

<sup>28</sup>A Rússia nos dois momentos históricos citados não teve participação ativa nas decisões de intervenção. No caso da antiga Iugoslávia, esta acabou se dissolvendo em Montenegro, Sérvia, Eslovênia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia e Croácia, mesmo Rússia estando em posição contra. Já na Guerra do Golfo existiu a intervenção ativa do Ocidente e da ONU em defesa do Kwait e a Rússia apresentou-se de forma mais neutra (Nogueira, 2000).

como a privatização da nomenclatura. A segunda fase começou em 1995, no esquema Loan for Shares (emprestimos em troca de ações) e representou a maior e mais controversa transferência de riqueza já vista na história (...). O governo Yeltsin deparou-se com o problema da falta de capacidade de arrecadação, reflexo do processo de desintegração da União Soviética. Assim, os bancos abertos pelos novos ricos eram convidados a emprestar dinheiro ao governo. Como garantia, o Estado daria ações de empresas petrolíferas que não tinham sido privatizadas. Caso este não conseguisse pagar os empréstimos, os bancos teriam o direito de leiloar as ações. Se sobrasse dinheiro, este seria devolvido ao governo. (...). Como era previsível, o Estado não conseguiu pagar e os leilões eram fraudados de forma que os próprios bancos se tornavam proprietários das empresas por preços absurdamente baixos (Schutte, 2011, p. 92).

Seguindo a análise para quando Vladimir Putin assume o poder, nota-se o esforço do governante em retomar antigas empresas estatais que tinham sido vendidas no processo de privatização realizado por Yeltsin, visto que a inserção da economia capitalista no país teve o intuito de ser acelerada e dinâmica.

Os setores econômicos estratégicos, direcionados à exportação, tiveram destaque nas medidas de estatização de empresas, a exemplo do petróleo e gás natural, recursos essenciais na manutenção das práticas de política externa da Rússia, sendo os principais itens na pauta de exportação para a União Europeia, Leste Europeu e Ásia Central (Schutte, 2011).

Putin teve a preocupação de investir no âmbito militar para aumentar a segurança do Estado em tecnologia e força do exército, que já tinham sido fragilizados durante o governo anterior. Putin exerceu uma espécie de pragmatismo, nestas duas áreas, econômica e militar, dando suporte a práticas liberais, ao mesmo tempo investindo na segurança do país, o que foi positivo para conquistar cada vez mais aliados no governo, tanto do lado *siloviki*<sup>29</sup>, como dos defensores da qualidade civil e de práticas mais liberais de mercado, fortalecendo sua legitimidade (Segrillo, 2012).

Um dos objetivos iniciais de Putin foi, e continua sendo, o interesse pela manutenção da segurança do território, bem como procurar uma estabilidade em seu “anel de vizinhança”, seja asiático, seja europeu (Zhebit, 2003, p. 156).

Com relação aos países ocidentais, não há o desejo de afastar-se deste mercado, já que há relativos ganhos comerciais. Nessa nova relação com o Ocidente, em defesa da economia do país, Putin elimina a ideia dos Estados Unidos como inimigo nacional, bem como outros antigos países do Ocidente que eram vistos de forma opositora pela FR quando era vigente o

---

<sup>29</sup> Expressão russa usada para os apoiadores de prática estatais de intervenção nos setores estratégicos do país (Segrillo, 2012).

sistema socialista. Isto mostra uma visão estratégica de Putin frente a nova Rússia que se apresenta no século XXI (Guimarães, 2016; Zhebit, 2003).

Adotando esta postura em sua política externa no século XXI, a Rússia desenvolveu uma visão de multipolaridade, barrando assim o unilateralismo ocidental, práticas multivetoriais com parceiros estratégicos (exemplo da Ásia Central e China, Leste Europeu e fortalecimento da Comunidade dos Estados Independentes), pragmatismo político, ou seja, agindo na política externa de acordo com o interesse nacional e defesa do multilateralismo econômico, com ênfase no mercado energético (Pecequillo e Carmo, 2010).

Este novo direcionamento multipolar foi essencial para a recuperação das características da antiga potência. Medidas como a reaproximação com a China em 2001, através de uma nova Organização Internacional de cooperação em segurança chamada Organização para Cooperação de Xangai (OCX)<sup>30</sup>, política externa de alinhamento com a Ásia, principalmente com a Ásia Central de forma mais ampla, além da aproximação com a Índia, Brasil e outros países da América Latina, mostram como Putin teve a preocupação de diversificar o mercado russo e sair do forte domínio e dependência dos Estados Unidos e União Europeia (Pecequillo e Carmo, 2010).

Neste ponto, cabe destacar que estas medidas de diversificação de mercados e parcerias estratégicas seguiram com o intuito de ter uma postura de oposição ao Ocidente. As integrações regionais ou Organizações criadas com participação russa (além da OCX, também podem ser citados a União Econômica Eurasiática (UEE), a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC)) possuem um viés de projeção internacional sob a ótica multipolar. Como afirma Dias (2016), “através da análise [dessas] organizações, [fica] claro que a Rússia contempla a integração regional como forma de se afirmar no espaço pós-soviético e se projetar na cena internacional como uma grande potência” (Dias, 2016, p. 121)

Passando para as modificações da política externa ao longo do governo de Putin (2000-2008), bem como Dmitry Medvedev (2008-2012) e novamente Putin (2012-2019<sup>31</sup>), para melhor explanação sobre do que foi discutido até aqui e contextualização posterior, segue abaixo quadro analítico que faz a trajetória sintética das mudanças e/ou continuidades da política externa destes governos citados.

---

<sup>30</sup> Será tratado em capítulo posterior como estudo de caso.

<sup>31</sup> Foi inserido o ano de 2019 como final de análise do presente trabalho, mas o governo atual de Putin terá andamento até 2024.

**Quadro 3: Política Externa Russa Putin-Medvedev-Putin (2000-2018)**

	Vladimir Putin (2000-2008)	Dmitri Medvedev (2008-2012)	Vladimir Putin (2012-2018)
<b>Ruptura na PER</b>	Guerra Afeganistão (2003); Rev. Rosas (Geórgia-2003); Rev. Laranja (Ucrânia-2004); Rev. Tulipas (Quirquistão-2005)	Guerra Geórgia (2008); Crise Econômica Mundial (2007-2008)	Conflito Ucraniano (2013-2015);
<b>Política Externa FR</b>	Defesa da Multipolaridade; Pragmatismo Político; Política Multivetorial; Retorno ideal <i>gosudarstvennost</i>	Política de Continuidade	Política Multivetorial centrada ao Oriente; Defesa Multipolaridade; Reafirmação ideal <i>gosudarstvennost</i>
<b>Economia</b>	Competitividade pragmática com ocidente; Investimento mercado energético; Parcerias Estratégicas e Bilateralismo	Mercado Energético (diversificação e modernização); Progressismo e Liberalismo no comércio <sup>32</sup> ; Valorização Parceiros Orientais	Contenção progressismo e liberalismo ocidental; Modernização centrada no Estado; Multilateralismo mercado energético
<b>Segurança</b>	Criação da OCX (2001); Retorno mais atuante da OTSC	Política de continuidade; Operações de Paz (OCX); Reconhecimento Independência Abecásia e Ossétia	Adesão Crimeia à FR; Atuação OCX na agenda de segurança; Contenção grupos terroristas oriundos Afeganistão
<b>CEI</b>	Prioridade na PER; Contenção influência ocidental	Política de continuidade; Aumento influência russa	ALC com países da CEI.; Criação da CEE; Interesse futuro em formar uma União Monetária (UM)
<b>EUA</b>	Importante na geopolítica da FR; Relação de tensão e cooperação	Política de continuidade	Manutenção de diálogo bilateral; Contenção norte-americana em regiões estratégicas russas
<b>China</b>	Bilateralismo e Parceria Estratégica; Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável (2001); OCX (2001).	Reforço bilateralismo; Política de continuidade.	Competitividade Pragmática (Cooperação em segurança e Competitividade comercial); OCX como prioridade na agenda de segurança

Legenda:

(FR) Federação Russa; (CEI) Comunidade dos Estados Independentes; (PER) Política Externa Russa; (Rev.) Revolução; (ALC) Área de Livre Comércio; (UM) União Monetária; (OCX) Organização para Cooperação Xangai; (CEE) Comissão Econômica Eurasiática; (OTSC) Organização do Tratado de Segurança Coletiva.

**Elaboração própria, com base em Freire (2014), Russian Federation (2008), Russian Federation (2012), Russian Federation (2019).**

<sup>32</sup> Mesmo que na literatura de política externa russa admita que Dmitri Medvedev adotou política de continuidade em diversos setores de atuação, cabe destacar a retomada das negociações mais assertivas russas com países ocidentais do Primeiro Mundo, principalmente Europa Ocidental e Estados Unidos, o que não entrou em conformidade com a posição de Vladimir Putin nos anos que Medvedev esteve no poder, ocasionando assim em uma resistência maior do governante às suas políticas com o ocidente (Freire, 2015; Haas, 2010).

Para que se entendam as alterações no contexto de política externa de um país, segundo Hermann (1990) é necessário analisar as alterações em quatro fatores principais: a) líderes, b) burocratas, c) a reestruturação doméstica e d) choques externos. Diante disto, o autor vai apresentar uma explicação sobre os quatro fatores, que podem estar associados ou não.

Para o primeiro fator, a mudança na política externa pelos líderes, enfatiza que se faz necessário, pois as mudanças realizadas advêm de um líder político, geralmente o que tem a tomada de decisão final, como um Presidente ou o Primeiro Ministro. Para o segundo fator, a mudança pela burocracia, geralmente quando isto ocorre, não é a burocracia por completo de um país que adere às mudanças da política externa, até porque em sua natureza, estas são resistentes às mudanças. Todavia, uma pequena parcela da burocracia pode trazer à tona a necessidade de um novo direcionamento e para isto, vai atrás de parcerias e apoio para pressionar o governo (Hermann, 1990).

Para o terceiro fator, a reestruturação doméstica, o autor enfatiza que um segmento relevante da sociedade, geralmente segmentos de influência forte na dinâmica social como as elites, tendo conhecimento da necessidade de governabilidade do país, pressionam mudanças na política externa para tratamento de suas demandas próprias. Por fim, o último fator, choques externos, é muito relevante em um novo direcionamento de política externa de um Estado, por apresentar uma alteração dramática no Sistema Internacional e que afeta diretamente na dinâmica do país. A exemplo dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, o ataque terrorista aos Estados Unidos em 2001, dentre outros, afetam inteiramente a agenda e no poder de decisão de um país, mudando assim a estrutura e direcionamento de política externa (Hermann, 1990).

Dado isto, transpondo o modelo para entendimento da base política da Rússia, mais precisamente o terceiro fator sobre reestruturação doméstica, percebe-se a necessidade do país nas mudanças de programa que o governo realizou, bem como na resolução de problemas, definição de metas e orientação internacional adotada. Para a Rússia, houve uma transformação significativa quando Putin assumiu o poder, pois no primeiro governo, o Estado estava fragilizado e teve que abrir seu mercado para poder se reerguer economicamente. Continuou com algumas relações comerciais, mas não tinha autonomia nenhuma enquanto não organizasse sua economia interna. Quando Putin assume, nota-se a recuperação da economia russa e de sua autonomia no mercado internacional, em que na

prática, teve ações mais objetivas, ditando regras e preços de seu produto (Hermann, 1990; Vigevani, 2007).

É importante destacar que a Rússia sob o governo de Putin está tentando se moldar nos ditames<sup>33</sup> do mercado global. Como ex-potência soviética, sua política externa está voltada para a previsibilidade e manutenção de suas doutrinas tomadas, através de um esquema de “engajamento pragmático” de cooperação multilateral (Zhebit, 2003, p. 175; Guimarães, 2016).

Com isto, observa-se que a Rússia iniciou o processo de retorno ao controle de decisões internacionais em áreas específicas, como por exemplo, o posicionamento do país em temáticas de segurança, como será abordado mais a frente no estudo de caso da OCX envolvendo terrorismo, migração ilegal, problemas de fronteira e tráfico de drogas.

Argumentando sobre segurança, em análise de documentos disponibilizados pela própria Federação Russa nos governos de Putin (2000-2004; 2004-2008; 2013-2019) e também no de Dmitry Medvedev (2008-2012), percebe-se que a política externa voltada a esta temática teve um alinhamento gradual, tanto que a posição do país não se alterou em direcionamentos voltados à contenção do terrorismo, tráfico de drogas, migração ilegal e problemas de fronteira, o que refletiu gradualmente em sua agenda de segurança e em temáticas de securitização<sup>34</sup> (Freire, 2015).

Ainda no primeiro governo Putin, não se observou uma posição russa mais assertiva com relação a agenda de segurança na política externa, visto que o país ainda se organizava domesticamente com as melhorias do mercado energético, valorização do petróleo e investimento nas indústrias nacionais. Todavia, já entrando no segundo mandato de Putin, pôde-se notar que a Rússia passou a ter uma postura mais canalizada em sua política externa para alguns elementos principais: além de Estado forte e centralizador, conforme já explicado anteriormente, buscou ampliar seus parceiros, tanto no mercado energético e bélico, como também na promoção em segurança de temas específicos, de forma multivetorial, ou seja, firmando acordos bilaterais de parcerias estratégicas<sup>35</sup> (focados na Ásia Central, China e

---

<sup>33</sup> No sentido de ter uma economia mais capitalista liberal, com menos protecionismo de mercado e mais participativa. Todavia, destaca-se que a Rússia possui um controle estatal predominante neste quesito.

<sup>34</sup> Termo utilizado como contenção de ameaça, na mesma conceituação empregada pela Escola de Copenhague. Mais que elementos militares tradicionais, as ameaças podem surgir de âmbitos sociais, políticos e econômico. Dentro deste processo, as ameaças são construídas e mudam sua natureza inaugural e em seu fim, modificando-as dentro do que é securitizado pelos tomadores de decisão (Tanno, 2003).

<sup>35</sup> Klotzle (2002), para o entendimento de parceria estratégica, traz cinco conceitos principais. No presente trabalho, será utilizado o conceito dos autores Hagedoorn e Narula (1996), em que se comprehende parceria estratégica como *contratos firmados entre parceiros*, em que são sugeridos “*acordos de desenvolvimento*

América Latina, saindo do eixo da zona europeia Ocidental) e focando em uma política de caráter mais multipolar, além da manutenção da relação próxima que a Rússia já possuía com a Comunidade dos Estados Independentes<sup>36</sup> (CEI) (Jubran, 2015).

Esta postura de direcionar a política externa neste segmento se deu por causa da leitura que a Rússia fez do Sistema Internacional como um todo, partindo do entendimento que o poder mundial estaria mais disperso após a crise econômica entre 2007-2008, além de colocar em prática o ideal neoeurasiano, que tende a fortalecer a aspiração eurasiático russo e conter influência ocidental/norte americana nos assuntos da Rússia ou de temas de sua agenda de política externa, incluindo tópicos em segurança (Manuel, 2018).

Além disso, o mercado energético continuou sendo a saída russa em sua economia para assegurar parceiros externos, manter o mercado equilibrado e expandir sua política externa em segurança na Ásia, mais precisamente a Ásia Central, que será o foco do presente estudo em capítulo mais adiante (Manuel, 2018).

Toda esta posição de agenda e da política externa nos governos de Putin manteve-se praticamente sem alterações durante o governo de Dmitry Medvedev, iniciado em 2008. Visto pelos estudiosos da área como uma política de continuidade ou de alinhamento, Medvedev institucionalizou em seu governo por meio de documentos oficiais os direcionamentos da política externa russa até então, tomando com prioridade os seguintes pontos: “i) o surgimento de uma nova ordem mundial; ii) o primado do direito nas relações internacionais, iii) o fortalecimento da segurança internacional, iv) cooperação econômica e ambiental internacional, v) cooperação internacional humanitária e na área dos direitos humanos, vi) e uma diplomacia pública ativa no apoio às atividades de política externa” (Freire, 2015, p. 4).

Na prática, o que se notou foi o redirecionamento da política externa ao eixo oriental, com foco na modernização de sua economia e inovação tecnológica em parcerias asiáticas e nas relações bilaterais com países que até então a Rússia não tinha formalmente uma relação ativa, a exemplo da China, países da Ásia Central, Japão e Índia. Tomando como base este entendimento, percebe-se a intenção do país com o intuito de:

(...) criar condições favoráveis à modernização da Rússia, transformação da sua economia em linha com elementos de inovação, melhorar os níveis de vida, consolidar a sociedade, fortalecer o sistema constitucional, estado de direito e instituições

---

*conjunto de produtos, pactos de pesquisa conjunta, acordos mútuos de licenciamento e contratos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)*” (Klotzle, 2002: 89).

<sup>36</sup> Seguem os países participantes da CEI: Armênia, Bielorrússia, Azerbaijão, Uzbequistão, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tajiquistão, e o Turquemenistão como associado (Adam, 2011)

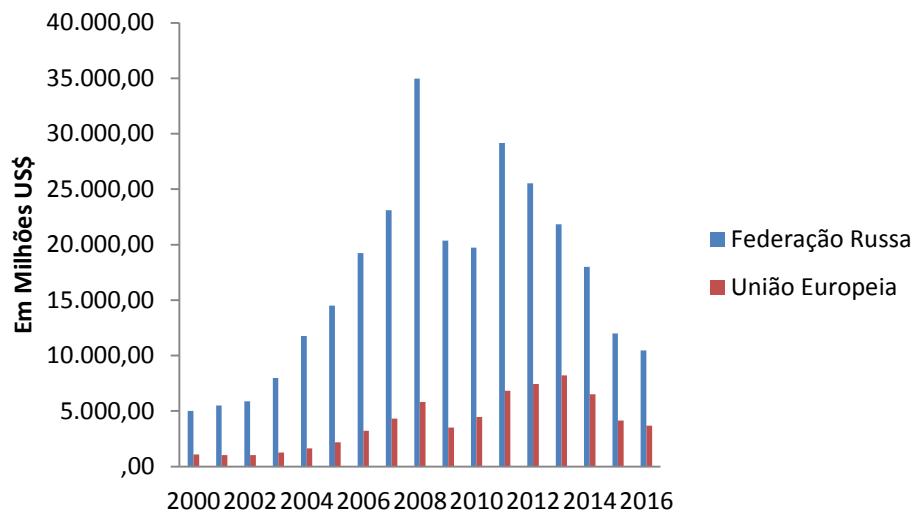
democráticas, princípios de liberdades e direitos humanos e, como consequência, assegurar a competitividade do país num contexto de globalização, influenciar os processos globais de formação de uma ordem mundial justa e democrática [...] onde as NU [Nações Unidas] sejam a organização de referência no governo das relações internacionais com legitimidade única. (*Russian Federation*, 2008, p.2).

Dado este direcionamento, o entendimento de políticas multivetoriais, centradas em acordos bilaterais ou multilaterais é a forma que a Rússia comprehende o novo Sistema Internacional em formação e garantir sua projeção para novas regiões e áreas de interesse, como a Ásia Central e países próximos a esta, seja na temática de segurança ou no mercado energético que já atua densamente. Mais precisamente envolvendo a economia, é importante destacar que esta necessidade de expansão para novos mercados no eixo oriental também se deu porque a parceria russa com o mercado Ocidental estava estagnada, após a crise de 2007-2008. A União Europeia estava em processo de desequilíbrio devido a crise e a Rússia teve que adotar uma postura mais assertiva. Sendo assim, há um pragmatismo russo nesta leitura de direcionamento da política externa e nas novas parcerias (Haas, 2010).

Como a matriz energética russa é vital para a estabilidade econômica do país e consequentemente a aplicabilidade de sua agenda de segurança na política externa, por estar correlacionados, foi necessária essa expansão para o Oriente. Neste quesito, a Ásia também foi e continua sendo de interesse russo desde a URSS, seja pela proximidade histórica, pela influência do mercado energético na Ásia Central, ou da inevitabilidade de aproximação com a China, parceiro estratégico vital para manutenção de assuntos em segurança, com interesses mutuamente compartilhados (Adam, 2011; Haas, 2010).

Para exemplificar, como pode ser visto abaixo, tomando como base as exportações de combustíveis fósseis e minérios para a indústria de base à Comunidade dos Estados Independentes (CEI), muito deles pertencentes a região da Ásia Central, percebe-se que desde o início do século XXI, pelos governos de alinhamento Putin – Medvedev – Putin, a dominação russa no mercado energético é muito maior frente à posição ocidental da União Europeia no mesmo mercado:

**Gráfico 7 - Exportação russa e da UE de combustíveis fósseis e minérios aos países da CEI**



Elaboração própria, com base em *World Trade Organization (2018)*.

Com isso, a manutenção deste mercado e continuar a liderança russa nas transações comerciais energéticas, principalmente na região da Ásia Central, são de suma importância no que tange o objetivo de uma expansão regional russa mais assertiva, como forma de garantias tanto econômicas como alinhamento de agenda de segurança.

Ainda em tempo, quando Putin retorna ao poder após o período Medvedev, fica claro ainda essa posição do país frente ao novo Sistema Internacional posto, com necessidade de novas parcerias, devido a dispersão do poder global, em detrimento da diminuição do Ocidente sobre a economia e política mundial. Em 2013, Putin emitiu um novo documento que ressalta este quesito:

“[as] relações internacionais estão num processo de transição, cuja essência se encontra na criação de um sistema policêntrico [em que a] capacidade de domínio do Ocidente sobre a economia e política mundial continua a diminuir. O poder global está agora mais disperso e em deslocação para oriente, primariamente para a região Ásia-Pacífico” (*Russian Federation, 2013*, p. 3).

Logo após esta declaração, com relação ao conflito ucraniano entre 2013 a 2015, em que a Rússia anexou a Crimeia ao seu território, pôde-se observar na prática a política externa russa sendo executada como forma de contenção do ocidente em uma região estratégica aos russos. Em comunicado de 2019, anos depois da anexação, o discurso russo não se alterou:

Ao exercer o direito à autodeterminação consagrado na Carta da ONU [Organização das Nações Unidas], os crimeanos fizeram sua escolha em favor de um desenvolvimento pacífico e estável e, de

fato, defenderam suas vidas e dignidade. (...) O nosso Ministério continuará com os seus esforços políticos e informativos consistentes, a fim de esclarecer as realidades da reunificação da Crimeia com a Rússia. Continuaremos a ajudar a fortalecer as relações econômicas internacionais e estrangeiras da Península, de acordo com a política externa comum do país. (*Russian Federation*, 2019, p. 1).

Isto posto, pode-se extrair dois entendimentos desta nova posição russa frente as suas relações internacionais: uma de forma mais material/prática e outra imaterial/ideacional. O primeiro ponto apresenta a forma de nova projeção russa no Sistema Internacional com a ferramenta mais atuante do país, o seu mercado energético, a exemplo do petróleo, gás natural, seus derivados e recursos naturais em geral. Pela estagnação do Ocidente, o país migrou seu interesse a região Ásia-Pacífico, com que já vinha concebendo uma política externa mais direcionada ainda nos primeiros anos do governo Putin no início do século XXI.

Em contrapartida, observa-se também características imateriais, ou ideacionais, utilizando do neoeurasianismo como forma de acolher os ideais russos eurasiáticos<sup>37</sup>, conter a influência Ocidental e norte americana em seus assuntos domésticos e proporcionar um equilíbrio multivetorial na sua política externa, seja no mercado energético, seja na agenda de segurança<sup>38</sup> (Freire, 2015).

Em suma, com os argumentos postos, pode-se dizer que devido a crise econômica de 2007-2008, fez com que o poder mundial ficasse mais disperso na visão da Federação Russa, proporcionando um fortalecimento de bilaterismos/parcerias estratégicas na Ásia, com interesse material de expandir ainda mais seu mercado energético e fortalecer o ideal neoeurasianista nos assuntos de política externa, contendo a influência Ocidental (como exemplo nas temáticas em segurança posta pelos russos discutidos na OCX, que não aceitam a presença norte americana ou da União Europeia nos debates).

Não que a Rússia tenha enfraquecido sua relação com o Ocidente, visto que os acordos energéticos com a União Europeia não foram desfeitos, mas pela estagnação deste mercado, a Federação teve o interesse em expandir consideravelmente sua relação com o Oriente via alinhamento multivetorial (Manuel, 2018).

---

<sup>37</sup>Lógica política em que a Rússia não precisa de uma ideologia já formada pelo Ocidente. Reforça que possui sua própria formação histórica, etnicidade, cultura e forma de olhar o mundo. Reforça o entendimento de rejeitar a visão de mundo Ocidental.

<sup>38</sup>Este entendimento se perpetua para compreender tanto o direcionamento da política externa para a Ásia como principalmente a região da Ásia Central, que será melhor detalhado com o capítulo sobre a Organização para Cooperação de Xangai.

Sendo assim, o discurso russo, diante do apresentado, perpassa três posturas principais, entre os governos de alinhamento de Putin – Medvedev – Putin: o primeiro com uma conotação mais conservadora, já que há o posicionamento de Estado forte e centralizador; o segundo com discurso mais radicalizado com relação ao Ocidente, visto que a Rússia exclui a intervenção destes nos debates de seu interesse em segurança e energia e; o terceiro com uma abordagem mais reformista e pragmática, que sabe da importância de não cortar relações com o Ocidente de forma permanente, mas ao mesmo tempo não mudar seu posicionamento em política externa, para não contrariar os interesses nacionais da FR (Freire, 2015).

Diante deste cenário do porquê a Rússia diversificou seus parceiros para o eixo Ásia-Pacífico, cabe um detalhamento maior sobre a participação da China nos assuntos de política externa russa, envolvendo os dois temas principais discutidos até aqui, o mercado energético e sua agenda de segurança, que estão interligados, como já mencionado anteriormente.

Atualmente é possível afirmar que a Rússia mudou sua projeção internacional após Putin assumir o poder, principalmente no segundo governo pós 2004. Citando a China, a Rússia teve uma posição pragmática de unir vários interesses mútuos envolvendo os dois Estados, como será comentado a seguir. Partindo de acordo de amizade ainda em 2001<sup>39</sup>, Rússia e China iniciaram uma construção de parceria em diversos temas em segurança, como problemas de fronteira, o terrorismo, muitos disto advindo do Afeganistão, o aumento da confiança com relação às Forças Armadas de cada país, para não gerar entendimento de rivalidade próxima (proporcionando uma diminuição dos aparatos militares nas regiões fronteiriças sino-russas), e também a cooperação em promoção de segurança feita em 2001, chamado de Organização para Cooperação de Xangai, que será debatido mais detalhadamente em capítulo posterior (Jubran, 2015).

É interessante destacar que, mesmo existindo vários pontos de convergência de interesses entre Rússia e China, há também desacordos, como foi constatado na posição da Rússia pelo reconhecimento da Abecásia e Ossétia<sup>40</sup> como Estados independentes e com o conflito civil ucraniano. No primeiro citado, a China mostrou-se neutra neste debate, o que acarretou não aceitação da migração ilegal de chineses na parte do extremo leste do território russo como retaliação de Putin (Santos, 2017).

---

<sup>39</sup>Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável, firmado em 2001 por ambos os países.

<sup>40</sup> As duas regiões originalmente fazem parte da Geórgia, com reconhecimento das Nações Unidas, porém Rússia foi a favor sobre a independência das duas regiões e China ficou neutra neste debate, o que causou desconforto na relação bilateral sino-russas (Santos, 2017).

Já com relação ao conflito ucraniano, iniciado em 2013 e que resultou na adição da Crimeia ao território russo em 2015, por causa dos conflitos ideacionais entre pró-russos e pró-ocidentais em fechar acordos econômicos com a União Europeia em detrimento de acordos russos na mesma temática, a China mais uma vez teve uma posição cautelosa e não a favor da FR diretamente, o que gerou desconforto entre os dois países na relação bilateral (Mielniczuk, 2014).

Todavia, mesmo existindo pontos de discordância, a relação amigável e de parceria entre os dois permanece forte, visto que China, além das temáticas de convergência de interesse, possui também o ideal da não intervenção Ocidental (principalmente norte americana) nos seus assuntos domésticos, ou que envolvam suas parcerias na agenda de segurança. Também, assim como a Rússia, não concorda na influência da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) nas suas áreas de influência, a exemplo mais uma vez da região da Ásia Central (Naarajarvi, 2012).

Na prática, observa-se que Rússia e China estão de certa forma barrando o avanço da geopolítica norte americana em regiões asiáticas de interesse comum, deixando assim que seus problemas na agenda de segurança sejam tratados sem este tipo de intervenção (Naarajarvi, 2012).

Tratando de segurança, a parceira sino-russa também proporcionou um maior fortalecimento do mercado bélico, com aumento das exportações russas para a China. Para Putin, entende que esse aquecimento do mercado militar com os chineses resultou no crescimento da sua paridade militar com os Estados Unidos, já que se injeta bastante dinheiro neste mercado e no próprio aparato militar russo<sup>41</sup>, ao mesmo tempo em que contém a hegemonia norte americanas nas suas regiões de interesse da Ásia. Manuel (2018) destaca:

Quanto a cooperação militar (...) para a Rússia, a venda de armas para a China representa uma oportunidade única de reativar as suas forças armadas que se encontravam debilitadas por conta das [concessões] levadas a cabo por Gorbatchev e Yeltsin, - e que aliás, era um dos, senão o principal motor da economia soviética - , e assim materializar o seu objetivo de alcançar uma paridade militar com os Estados Unidos. (...) Por seu turno, para a China, a modernização das suas forças armadas enquadra-se na percepção que a mesma tem de si e do seu papel na arena internacional, bem como reforça o seu poderio na região face as ambições [hegemônicas] norte americanas - objetivo este partilhado com a Rússia. Assim sendo, durante a presidência Putin-Medvedev a

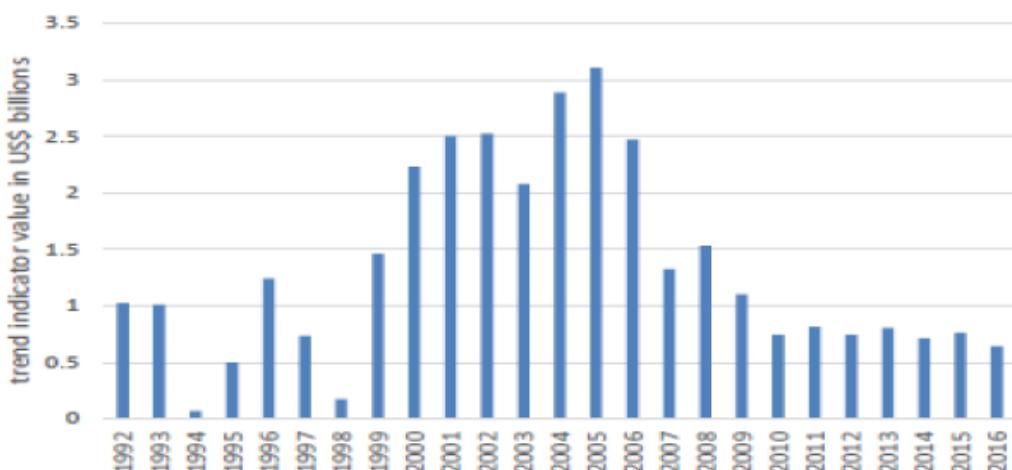
---

<sup>41</sup> A figura 2, tabela 1 e os gráficos 2, 3, 4 e 5 mostram via estatística descritiva o mercado bélico envolvendo Rússia e China, o comparativo militar entre Estados Unidos, Rússia e China, além do investimento do PIB desses três países no mesmo segmento de segurança.

Rússia tornou-se na principal fornecedora de material bélico ao seu vizinho asiático, retomando assim o seu papel abandonado por Gorbatchev e Yeltsin (Manuel, 2018, p. 216).

Todavia, esse aquecimento do mercado bélico sino-russo fez despertar nos chineses a necessidade de criar sua própria indústria bélica, para diminuir sua dependência direta dos produtos russos. Sendo assim, após 2007, existiu uma diminuição considerável de importação neste mercado, mesmo que ainda permaneça a relação bilateral. Abaixo segue o desenvolvimento deste mercado bélico envolvendo Rússia e China:

**Figura 5 - Exportação de armamentos russos para a China em bilhões de US\$ (1992-2016)**



**Fonte:** Meick (2017).

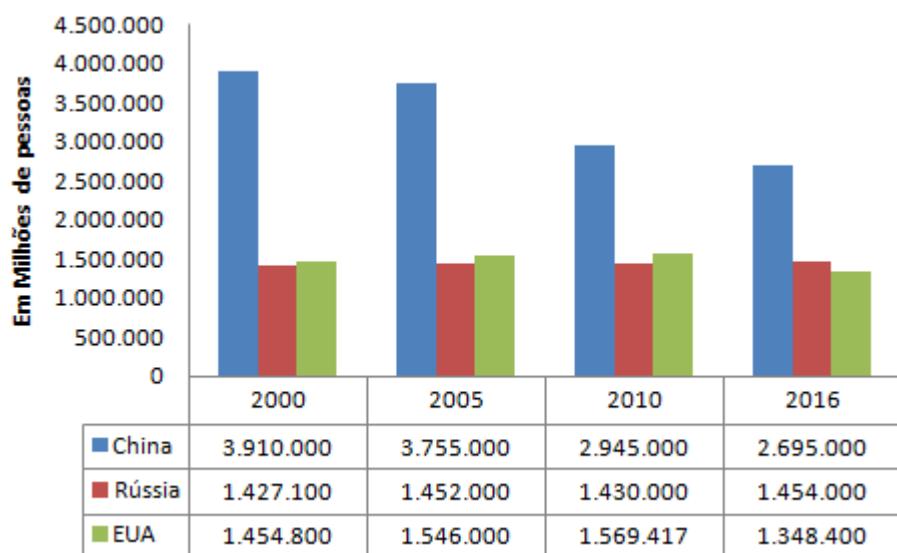
Visualizando a figura, é possível entender o porquê os chineses reforçaram sua própria indústria bélica. Entre 2005 e 2007, houve uma redução de US\$ 3 bilhões de dólares para menos de US\$ 1,5 bilhões de dólares, ou seja, menos da metade das importações há dois anos antes, diminuindo assim sua dependência da FR. Neste ponto de vista, nota-se que a China compreendeu sua dependência e do quanto a Rússia se beneficiava disso, o que derivou em poucos anos na diminuição das importações bélicas e uma maior autonomia nesta temática, com o investimento em sua indústria bélica nacional.

Mesmo com a reestruturação de sua indústria bélica, a China ainda fica atrás da Rússia quando se argumenta sobre o mercado energético, pois os russos possuem parceiros sólidos na exportação de gás natural, petróleo, derivados deste e recursos naturais em geral, sendo assim uma forma russa de projeção regional, o que pode resultar futuramente em uma liderança

estratégica em pontos específicos da Ásia, como por exemplo, na região Central, o que os chineses não concordam.

Ainda na mesma temática de segurança, no que concerne à China, sob o mesmo olhar de diminuir sua dependência de desenvolvimento bélico de produtos advindos da Rússia, este foi o país que, mesmo na crise de 2008, aumentou ou manteve seu PIB em torno de 7%, muito acima da média do mundo. Isso comprova que a China tem um peso muito considerável nos assuntos internacionais, o que acaba influenciando diretamente nos âmbitos militar e de segurança em que está inserida. Citando as forças armadas, por exemplo, no gráfico a seguir pode-se verificar o investimento expressivo no exército nacional e em armamentos para segurança que os chineses possuem. Em comparativo com Rússia e Estados Unidos, tem-se:

**Gráfico 8 - Forças Armadas Rússia – China – EUA**



**Elaboração própria, com base em *World Bank, 2019*.**

Neste aspecto, a China destaca-se dos outros dois países comparados, visto que sua sociedade é uma das mais populosas do mundo, o que consequentemente expressa uma vantagem acima da média no setor armamentista, mesmo que venha decaindo no decorrer dos anos (2000 a 2016).

Comparativamente, contextualizando com os gastos militares que os três países citados realizaram a partir do PIB, conclui-se o seguinte cenário, de acordo com o Banco Mundial:

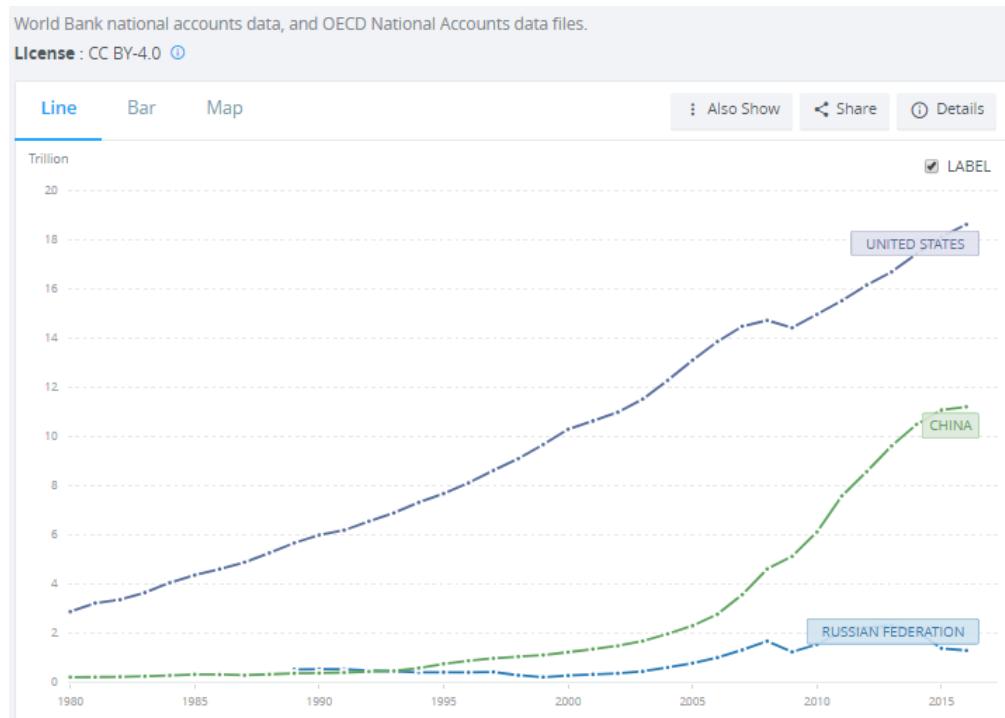
### Gráfico 9—Despesas Militares (% do PIB)



Fonte: *World Bank, 2019.*

Abaixo o gráfico do PIB dos Estados Unidos, Federação Russa e China após 1990.

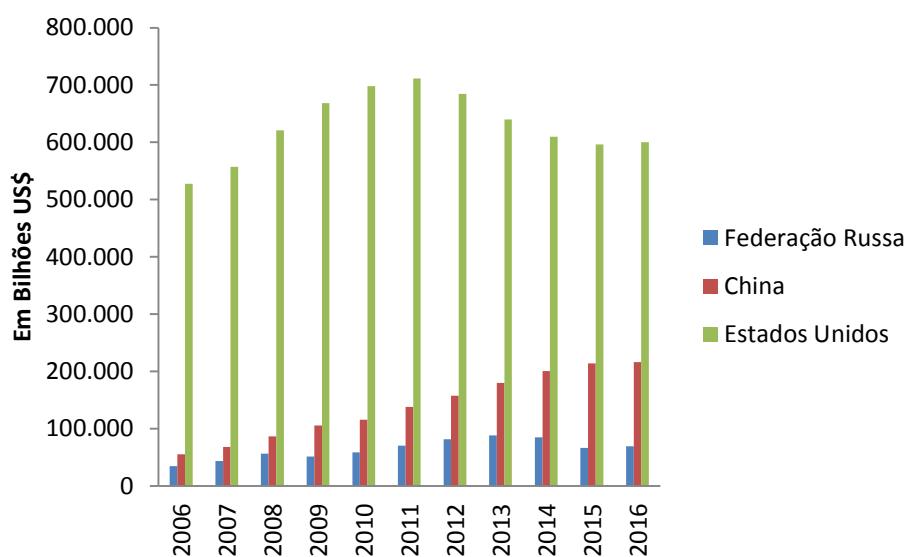
### Gráfico 10 - PIB (atual US\$)



Fonte: *World Bank, 2019.*

Mesmo a China possuindo mais aptos militarmente em suas forças armadas, consequência direta da sua numerosa população, a Rússia foi o país que mais investiu em gastos militares comparando individualmente com o PIB doméstico de cada país (Rússia acima de 5% de seu PIB, Estados Unidos em torno de 3% e China em 2%). Todavia, o PIB total dos EUA e China são muito superiores ao da Federação Russa, concluindo assim que na prática, Rússia ainda possui um investimento menor, em bilhões de dólares, no setor militar, como apresenta o gráfico abaixo:

**Gráfico 11 - Investimento do PIB no setor militar (2005-2016)**



Elaboração própria, com base em *World Bank*, 2018.

**Tabela 1: Investimento do PIB no setor militar em Bilhões US\$ (2005-2016)**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Rússia</b>	34.518	43.535	56.184	51.532	58.720	70.238	81.469	88.353	84.697	66.419	69.245
<b>China</b>	55.337	68.012	86.362	105.644	115.712	137.967	157.390	179.880	200.772	214.093	216.031
<b>EUA</b>	527.660	556.961	621.131	668.567	698.180	711.338	684.780	639.704	609.914	596.105	600.106

Elaboração própria, com base em *World Bank*, 2018.

Tanto a Rússia quanto a China buscam a projeção de liderança regional na Ásia, cada um com seus meios próprios (Rússia como liderança estratégica), mas mesmo assim, precisam da cooperação mútua para resolver problemas semelhantes, e a agenda de segurança é importante neste quesito para entendimento desta parceria (Naarajarvi, 2012).

A própria OCX, criada em 2001, foi uma forma de conter legalmente problemas comuns de segurança, o que contribuiu para a aproximação dos dois gigantes asiáticos. Todavia, antes de adentrar mais detalhadamente no capítulo seguinte para abordagem da Organização em si, cabe uma contextualização de como o Afeganistão proporcionou um pontapé inicial para maior debate sino russo sobre alguns problemas comumente securitizados<sup>42</sup>.

Em detrimento do não controle estatal que o Afeganistão possui sobre temas envolvendo ações terroristas de grupos extremistas, o tráfico de drogas nos países fronteiriços, bem como a militarização não legal das fronteiras estatais, a Rússia, ainda no segundo governo Putin, por meio da OCX e também da OTSC (Organização do Tratado de Segurança Coletiva<sup>43</sup>) implantou diversos documentos com intuito de promover a segurança, como forma de institucionalizar o uso da força para contenção destes (Haas, 2010).

Partindo da leitura que a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) falharia na contenção destes problemas na agenda de segurança no Afeganistão, Rússia e os países da Ásia Central seriam afetados com as consequências do terrorismo, tráfico de drogas, problemas de fronteira, armas de destruição maciça, extremismos, nacionalismo, separatismo, radicalismo, crime organizado transacional, dentre outros temas que envolvem a agenda de segurança, o que Putin<sup>44</sup>, junto aos seus parceiros asiáticos da OCX e da OTSC uniram forças militares para contenção (Manuel, 2018).

Ainda na mesma lógica de controle, no governo de Medvedev, houve a ampliação desta preocupação em segurança já iniciada por Putin nos primeiros governos, com a inserção de temas na agenda de segurança como a migração ilegal, contenção de doenças e epidemias, pobreza, dentre outros tópicos que também advinham do Afeganistão, mas que ampliou-se para outras regiões da Ásia potencialmente problemáticas que poderiam afetar a segurança dos membros da OCX e OTSE (Haas, 2010).

Dito isto, questiona-se como a Federação Russa financiou sua participação na contenção de tantos problemas securitizados em sua agenda, e a resposta não poderia ser diferente, se não do resgate econômico que esta possui no seu mercado energético.

---

<sup>42</sup> Securitização no sentido do conceito utilizado por Buzan e Wæver (1998), em que um tema específico pode entrar na agenda de segurança de um país para uso legítimo da força estatal e contenção da mesma (Buzan e Wæver, 1998).

<sup>43</sup> Instituição criada ainda em 1992 que tem a intenção de uma cooperação militar entre seus países membros e que promovem a abstenção de ameaças e uso da força no Sistema Internacional. Alguns autores da área fazem sua leitura como uma força oposta à OTAN que há muito tempo dita as regras de segurança no Ocidente. (Carmo e Pecequilo, 2010; Nascimento, 2008; Ribeiro, 2015; Segrillo, 2012).

<sup>44</sup> Este posicionamento russo de contenção, junto a seus parceiros mencionados, também foi visualizado durante o governo de Medvedev, já que este tinha uma posição de alinhamento com Putin desde o início de seu mandato.

Mais precisamente envolvendo a Ásia Central e regiões do Cáspio, a energia tornou-se uma característica vital para o entendimento de segurança russa, basicamente por dois motivos principais: a) a energia para Rússia é considerada como instrumento de poder, aumentando gradativamente o peso do país no Sistema Internacional e, b) a energia também pode ser entendida como aspecto de ameaça, já que os países que não possuem essa riqueza energética que a Rússia tem consigo, pode tentar de alguma forma obter por vias não legais, o que pode consequentemente proporcionar a Rússia uma posição mais objetiva e militar neste processo. Haas (2010) argumenta:

A vital importância de seus recursos energéticos convenceu a Rússia de que seu exército deve ser fortalecido, não apenas como uma capacidade de projeção de potência, [mas] também para proteção de seus ativos de energia. No entanto, o poder da energia russa tornou-se disputada pelo Ocidente, que estava ansioso para criar rotas alternativas de energia e fontes para diminuir sua dependência da Rússia (Haas, 2010, p. 106).

Tendo o mercado energético como uma força russa para projetar poder, bem como a necessidade de desenvolvimento militar para contenção de forças externas que ameacem seu mercado, conclui-se que Putin está preocupado na manutenção da sua segurança com o não detimento econômico. As duas variáveis são desenvolvidas em conjunto, o que apresenta mais uma vez sua personificação mais pragmática em sua política externa. O fortalecimento militar do país não pode crescer em detrimento do crescimento de sua economia (Freire, 2015).

Além dessas características, acrescido ao seu interesse na Ásia Central, que já vem desenvolvendo um mercado energético atuante, é uma forma viável à FR de projetar uma maior liderança estratégica na região e ter melhores garantias em segurança, a exemplo da contenção de práticas ilegais do Afeganistão citadas anteriormente. Desta forma, a OCX vai atuar nesse processo de expansão, como instrumento de poder para projeção regional, alinhamento de agendas de segurança e expansão do ideal neoeurasianista, que proporciona maior contenção ocidental nos temas até aqui discutidos e proporcionando maior cooperação com seus parceiros estratégicos, principalmente os países participantes da OCX.

Sobre o neoeurasianismo e a contenção da influência ocidental, é correto afirmar que o direcionamento da política externa russa aperfeiçoada no século XXI é a forma que Putin aderiu para colocar em prática um posicionamento mais assertivo no Sistema Internacional e projetar poder. As características da Federação russa de Estado forte e centralizador nos

assuntos domésticos e internacionais, abertura econômica liberal, atuação no mercado energético, defesa do multilateralismo e posição multivetorial em parcerias estratégicas mostra um caráter de movimento contra Ocidental em seus interesses de governo, tanto envolvendo o mercado energético como na agenda de segurança do país.

Muito diferente de como o Sistema Internacional se encontrava nos primeiros anos pós-Guerra Fria, já no século XXI, principalmente após a crise econômica de 2007-2008, a unipolaridade dos Estados Unidos é contestada cada vez mais por especialistas, o que contribui para a lógica de atuação de Putin na política externa do país atualmente.

Neste quesito, Korolev (2017) aponta seis motivos principais do por que a hegemonia norte americana mostra indícios de insustentabilidade da sua unipolaridade global e que tende ao desequilíbrio, tendo a Rússia como potência regional, desfavorecendo o então sistema unipolar (Korolev, 2017).

A primeira diz respeito à Grande Estratégia dos EUA<sup>45</sup>, que impõe restrições políticas a outras grandes potências regionais, impedindo “(...) que qualquer outra grande potência desafiasse os Estados Unidos, [tornando-se assim] um dos pilares da estratégia de segurança global e regional americana” (Korolev, 2017, p. 4). A segunda está associada a disposição limitada de aliados que um sistema unipolar acarreta. Devido à autossuficiência e desconfiança da natureza unipolar, fica mais difícil o *hegemon* ter aliados confiáveis.

A terceira e quarta característica dizem respeito ao *status quo* e a própria estabilidade do Sistema Internacional. Em teoria, como os Estados Unidos já alcançaram a posição de *hegemon* no SI, a dominação americana seria o próprio *status quo* e que, consequentemente, seriam os provedores do equilíbrio mundial, gerando segurança dos Estados. Contudo, na prática, o surgimento de potências regionais que excluem a influência americana em seus assuntos de política externa, como Rússia e China vem exercendo ao longo dos anos, faz com que essas características de *status quo* e provedor de estabilidade em segurança não sejam exercidos pelo *hegemon* (Korolev, 2017).

Em complemento a este argumento, é possível retomar a afirmação de projeção de poder russo nessa quebra de ideal hegemônico norte americano no SI. Exemplos como a Guerra Afeganistão (2003), Rev. Rosas (Geórgia-2003), Rev. Laranja (Ucrânia-2004), Rev.

---

<sup>45</sup> Diferentemente do que se observou durante a Guerra Fria, após a dissolução da URSS, os EUA não tiveram de fato uma “grande estratégia” traçada de forma padronizada. Todavia, após os ataques terroristas em 2001, a estrutura governamental norte americana traçou novas linhas de atuação em sua diplomacia, comércio e setor militar. Com o entendimento de grande estratégia como uma visão do mundo que se tenta impor nas políticas de Estado e que todas as administrações do governo devem respeitar, Korolev (2017) destaca a preocupação dos EUA em não ser desafiado em alterar suas políticas internacionais, principalmente nas áreas da diplomacia, comércio e segurança (Korolev, 2017).

Tulipas (Quirquistão-2005), conflito da Geórgia (2008), Ucrânia (2013-2015)e a própria formação da OCX (2001-presente), apresentam um posicionamento contrário russo à hegemonia norte americana, ditando suas próprias regras de política externa e contenção de diretrizes Ocidentais (Teixeira, 2018).

Sobre o desequilíbrio da unipolaridade dos Estados Unidos, citando exemplos de contestação tanto na Europa quanto na Ásia por parte da Rússia e China, argumenta-se que “na Europa, a anexação da Crimeia pela Rússia e a desestabilização da Ucrânia; na Ásia, e a maior assertividade chinesa no Mar do Sul da China evidenciam que a liberdade de ação dos EUA no teatro de operações europeu e asiático poderá ser contestada” (Teixeira, 2018, p. 10).

Por fim, a quinta e sexta características da insustentabilidade do sistema unipolar norte americano seria a natureza do poder dos EUA e a manutenção dela. Sobre a natureza do poder, Korolev (2017) cita que os Estados Unidos são separados da maioria das outras potências regionais estatais por dois oceanos, o que não representaria uma ameaça direta de sobrevivência dos seus concorrentes. Já sobre a manutenção do poder, em longo prazo, torna o equilíbrio do sistema unipolar muito caro, o que dificulta seu sustento (Korolev, 2017).

Diante disso, bem como os exemplos citados de posicionamento contra Ocidentais sino-russos, em documento divulgado em 2017 pelo Secretário de Defesa dos EUA, Ash Carter, os Estados Unidos apresentam as preocupações do país sobre os principais desafios na manutenção da Ordem Mundial, consequentemente do sistema unipolar, elencando alguns atores principais, tendo a Rússia entre os citados: “Rússia (Europa), China (Ásia-Pacífico), Coréia do Norte (Nordeste Asiático), Irã (Oriente Médio) e o ISIS<sup>46</sup> (extremismo religioso violento)” (Teixeira, 2018, p. 11).

É interessante verificar que os Estados Unidos compreendem da mesma forma um grupo terrorista radical (ISIS) e outras potências regionais como possíveis atores que proporcionarão desordem do Sistema Internacional, o que é de fato curioso.

Também é importante enfatizar que no mesmo documento apresentado pelo Secretário de Defesa, contextualizando o envolvimento de potências regionais e grupos terroristas, afirma que “(...) rivais como China e Rússia, potências regionais, a exemplo de Coréia do Norte e Irã, são mencionadas em conjunto com o terrorismo jihadista como os principais desafios de segurança e aos interesses dos EUA.” (Teixeira, 2018, p. 11).

Em suma, diante dos elementos que moldaram a nova política externa da Rússia, principalmente nos governos Putin, frente ao posicionamento contra Ocidental, diversificação

---

<sup>46</sup> ISIS (*Islamic State of Iraq and Syria*), “Estado Islâmico” em português.

do mercado energético e uma agenda de segurança mais assertiva, a FR está se voltando para o Oriente de forma mais enfática, não apenas por causa da melhora econômica, de parcerias estratégicas, interesses mútuos ou eficiência política da região Ásia-Pacífico, mas também por uma reação contrária às relações com o Ocidente e o sistema unipolar defendido pelos EUA. “Essa mudança (...) na orientação geopolítica da Rússia e sua integração multidimensional mais próxima na Ásia, particularmente por meio de um alinhamento estratégico (...) com a China, (...) aumentará o comportamento de equilíbrio dentro do atual [SI]” (Korolev, 2017, p. 21), o que justifica assim o envolvimento destes dois atores dentro da OCX e investimento cooperativo em uma agenda de segurança que exclui o Ocidente dos assuntos comuns dos dois atores e dos demais parceiros desta Organização Internacional (Korolev, 2017).

### 3 ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI: ESTUDO DE CASO E INFLUÊNCIA RUSSA NA ÁSIA CENTRAL

Este capítulo tem como finalidade realizar o estudo de caso voltado à Organização para Cooperação de Xangai (OCX). Para isto, o capítulo encontra-se dividido em três pontos principais, a saber: a) Organização para Cooperação de Xangai: ideia e concepção em segurança internacional; b) Migração ilegal, terrorismo, tráfico de drogas e problemas de fronteira: interesses mútuos dos “Shanghai Eight”; e c) Geopolítica russa e o comércio chinês: Mudança de balança de poder<sup>47</sup> na OCX? Com esta divisão, há o entendimento tanto descriptivo da OCX como da dimensão geopolítica e econômica que a organização proporciona aos seus membros, em especial à Federação Russa e China.

Entre os pontos destacados, levou-se em consideração a argumentação desde a concepção da OCX em 2001, com detalhamento descriptivo e histórico da organização, bem como a influência do neoeurasianismo na política externa russa dentro da OCX, com expansão da análise até o ano de 2018.

#### *3.1 Organização para Cooperação de Xangai: ideia e concepção em segurança internacional*

Com a dissolução da antiga URSS, tanto a Rússia como os países pertencentes ao antigo bloco tiveram que adaptar-se ao novo Sistema Internacional que se formara após os Estados Unidos definir uma posição unipolar no Sistema.

Conforme argumentado nos capítulos anteriores, a Rússia, agora como Federação e regime democrático, passou por transformações domésticas que a fizeram recuar politicamente no cenário internacional.

Visando uma maior organização de seus parceiros internacionais orientais, bem como a manutenção da segurança de seu território, ainda em 1996, Rússia e China começaram a intensificar uma aproximação bilateral, visando uma parceria que promovesse uma melhor definição de suas fronteiras e promoção de segurança mútua, ainda que em estágio inicial (Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy, 2007).

---

<sup>47</sup> Balança de poder, ou também conhecido como equilíbrio de poder, segundo Waltz, “é uma teoria sobre os resultados produzidos pelas ações descoordenadas dos estados. A teoria faz assunções sobre os interesses e os motivos dos estados, em vez de os explicar. O que explica são os constrangimentos que confinam todos os estados” (WALTZ, 2002, p. 170).

Um ano após, em 1997, junto com Cazaquistão, Quirquistão e Tadjiquistão, Rússia e China avançaram no âmbito de segurança multilateral e formaram o grupo dos “Cinco de Xangai”, com o intuito de formar uma série de acordos bilaterais que promovessem o planejamento, comércio e cooperação nas fronteiras dos cinco países envolvidos. Esta etapa tornou-se uma ação em política externa relevante para o que se constituiu nos próximos quatro anos (Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy, 2007).

Vale destacar que este interesse mútuo entre China e Rússia, bem como os países supracitados da Ásia Central, levou ao engajamento cada vez maior da relação bilateral sino-russo, que crescia em paralelo a constituição dos Cinco de Xangai (Hashmi, 2019).

Em sua história diplomática, após o fim da Guerra Fria, Rússia e China já assinaram mais de 200 tratados bilaterais, sendo o mais importante realizado em 2001, chamado de Tratado Bilateral de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável, também conhecido como “Grande Tratado” (Korolev, p. 5), destacando-se como sendo um tratado importante de pacto e compromissos de não agressão por ambas as partes, bem como promoção de defesa entre os dois países. Este tratado bilateral serviu como ambiente preparatório para a relação sino-russa dentro da OCX logo depois (Fels, 2018; Korolev, 2018; FMPRC, 2001).

Em continuidade ao processo de formação da OCX, em junho de 2001, com a adição do Uzbequistão, foi iniciado formalmente a criação de uma Organização Internacional que promovesse a segurança dos membros envolvidos e buscasse soluções duradouras de questões fronteiriças, a Organização para Cooperação de Xangai. Com seis membros, a OCX formou-se como uma necessidade mútua de cooperação entre os membros, principalmente Rússia e China, mesmo que estes, historicamente, apresentassem pensamentos políticos divergentes (Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy, 2007).

A OCX possui um objetivo prático: o controle do terrorismo, separatismo e extremismo (principalmente pela vertente religiosa) na região geográfica dos países membros e tratam estes três temas de forma prioritária na agenda da organização, fato que perdura até os dias atuais, como podem ser vistos em documentos formais da OCX divulgados no ano de 2018. Desta forma, a preservação da paz, segurança e estabilidade regional é apresentada como ponto focal da organização (Ahmad, 2018; Hashmi, 2019).

Do objetivo principal da organização, destacam-se ainda subtemas que possuem atenção da OCX: o problema de migração ilegal, o tráfico de drogas, problemas fronteiriços entre os países membros e terrorismo, problemas estes interligados entre si, que serão discutidos em seção posterior deste capítulo (Ahmad, 2018; Hashmi, 2019).

Dito isso, além da cooperação em segurança, a OCX almeja outras áreas, como incentivar a colaboração dos seus membros nos âmbitos político, econômico, comercial, científico, cultural, tecnológico, em comunicação, educacional e ambiental (Ahmad, 2018; Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy, 2007).

Mesmo com a existência de interesses diversos pelos membros da OCX, o âmbito da segurança continua sendo o vetor principal das discussões da organização, destacando assim seu maior detalhamento no presente trabalho.

Com relação ao âmbito econômico, área em crescente ascensão, sobre o comércio de produtos energéticos, a boa relação sino-russa na OCX fez com que em 2005 desenvolvesse o *SCO<sup>48</sup> Inter Bank Association* (Associação Interbancária da OCX) e em 2006 o *SCO Business Council* (Conselho Empresarial da OCX), este último com a finalidade de “estabelecer um diálogo abrangente entre os círculos de negócios da SCO sobre questões de comércio e investimento” (RSPP, p. 1)

Com relação à promoção da segurança, foco da organização, criou-se em 2004 o *RATS SCO* (*Regional Anti-Terrorism Structure of Shanghai Cooperation Organization*), ou Estrutura Regional Anti Terrorista da Organização para Cooperação de Xangai. A criação formal deste centro foi relevante para desenvolver dentro da OCX uma base de dados de troca de informação e serviços em segurança envolvendo seus membros para promoção da paz de forma analítica e científica (Ahmad, 2018; Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy, 2007).

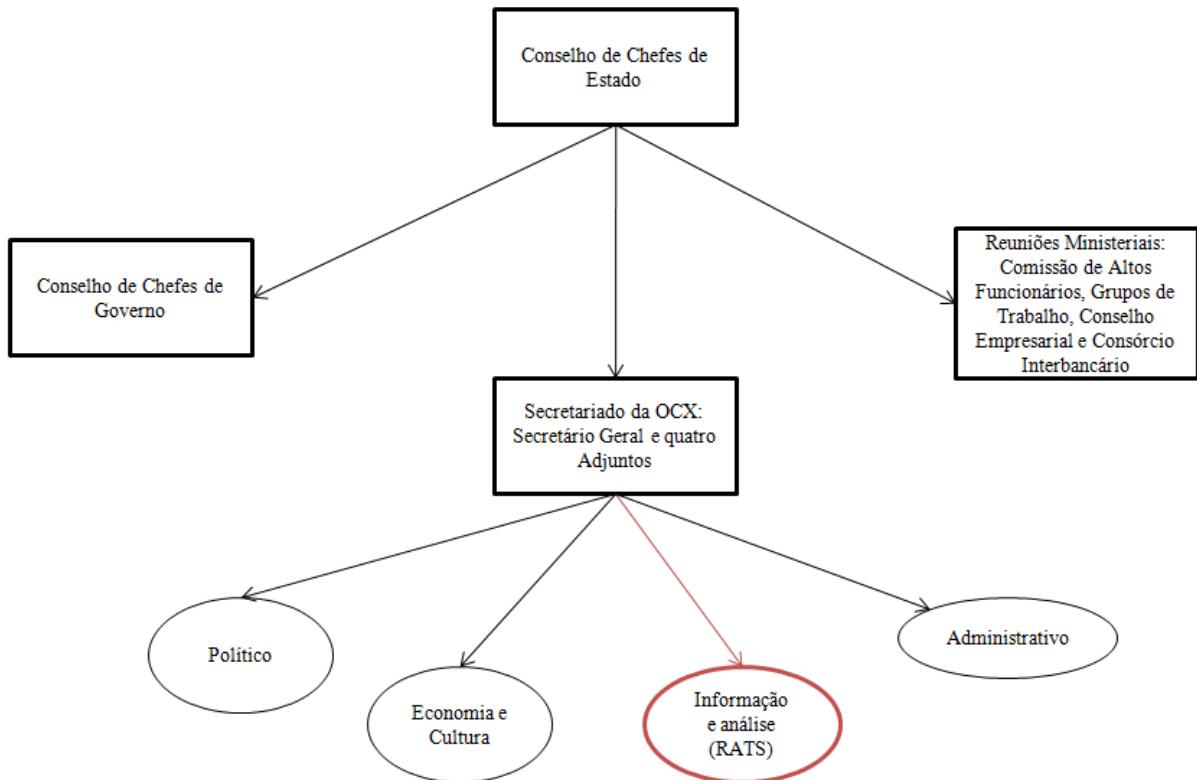
Detalhadamente, o RATS promove a “coleta e análise de informações sobre organizações terroristas, intercâmbio de informações (...), estudo de diferentes formas de terrorismo, monitoramento da luta antiterrorista (...) e busca de novas abordagens e métodos de campanha anti-terrorismo” (Ahmad, 2018, p. 123).

A OCX, burocraticamente, possui quatro níveis de organização, dividindo-se entre o Conselho de Chefes de Estado, Conselho de Chefes de Governo, Reuniões Ministeriais e o Secretariado (este se segmentando entre o Secretariado Geral e mais quatro adjuntos). Além desta divisão, as principais decisões de agenda na OCX são feitas sob consenso dos países membros, o que acaba engessando burocraticamente a organização. Abaixo segue quadro explicativo com maior descrição:

---

<sup>48</sup> Sigla em inglês para a OCX, a *Shanghai Cooperation Organization*.

**Figura 6: Estrutura Burocrática OCX**



**Elaboração própria a partir de Ahmad (2018), Yussupzhanovich e Tulkunovna (2019).**

O estágio inicial da OCX, até então com seis membros principais, ao longo dos anos, passou por alguns questionamentos internos sobre quais outros Estados poderiam participar de sua formação. Dentre observadores, parceiros de diálogo e convidados, a OCX até 2018 teve algumas modificações (Fels, 2018).

Cronologicamente, com relação aos membros observadores, a OCX possui três Estados: Mongólia (2004), Irã (2005) e Afeganistão (2012). Índia e Paquistão eram também observadores na organização desde 2005, mas adquiriram posição de membros permanentes recentemente, em 2018 (Fels, 2018; Yussupzhanovich e Tulkunovna, 2019).

Para o ano de 2005, especificamente, cabe uma observação. No mesmo ano que Irã, Paquistão e Índia conseguiram sua entrada na OCX como observadores, os Estados Unidos tiveram seu pedido negado de forma consensual. Esta medida de exclusão norte americana da organização, não apenas em 2005, mas também em anos posteriores, mostra uma posição antioccidental dentro da OCX, compartilhada pelos seus membros (Hashmi, 2019; Yussupzhanovich e Tulkunovna, 2019).

Esta característica antioccidentalista será melhor discutida à luz da OCX na última seção, “*geopolítica russa e o comércio chinês: mudança de balança de poder na OCX?*”

Sobre os parceiros de diálogo e convidados, o primeiro grupo possui seis países: Camboja, Armênia, Azerbaijão, Sri Lanka, Nepal e Turquia, enquanto que convidado existe o Turcomenistão, formalmente convocado em 2012. Para este último caso, vale alguns apontamentos, detalhados a seguir (*Shanghai Cooperation Organization*, 2019).

O Turcomenistão, após o fim da URSS, teve sua independência logo e seguida, assim como os demais países da Ásia Central. Desde então, devido ao histórico turbulento que passou em sua política externa durante a Guerra Fria, em 1995, declarou às Nações Unidas uma posição de neutralidade permanente frente ao Sistema Internacional. Com isso, o país não se alinhou, desde esta declaração, a nenhum bloco regional ou agrupamentos militares, o deixando fora de diversas organizações asiáticas, a exemplo do Tratado de Segurança Coletiva ou da própria OCX (Meshcheryakov, Shamgunov e Khruleva, 2019; Yapici, 2018).

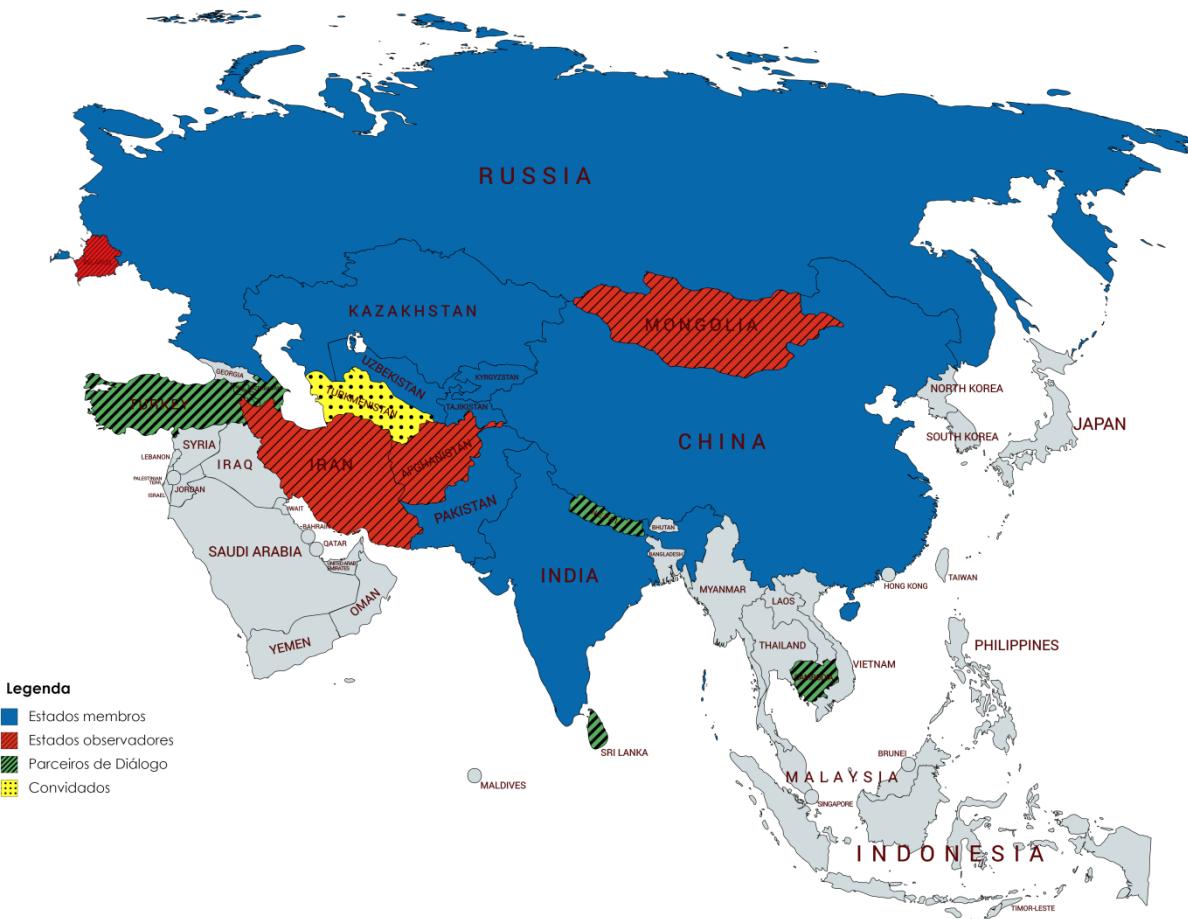
Desde então, China e Rússia tentaram diversas investidas bilaterais com o Turcomenistão para conseguir seu apoio no âmbito da segurança, bem como outras áreas políticas e econômicas (Yapici, 2018).

Comparativamente entre Rússia e China, os chineses tiveram um maior êxito de aproximação com o governo do Turcomenistão, principalmente em três momentos principais: a) em 2004 com a criação do acordo *Close Neighbor* (ou Acordo de Vizinhança Próxima), para promoção de segurança e maior aproximação bilateral; b) em 2012 com o pedido formal da OCX em que o Turcomenistão fosse um ator ‘convidado’ a participar das reuniões e; c) em 2013 com o acordo *Friendly and Cooperative* (ou Acordo de Cooperação Amigável), já embarcando na área comercial bilateral entre China e Turcomenistão (Fels, 2018; (Meshcheryakov, Shamgunov e Khruleva, 2019; Yapici, 2018).

O Turcomenistão, neste cenário, leva seu relacionamento com a OCX de forma convidativa, sem grandes interesses em se tornar membro pleno até então.

Com este entendimento espacial sobre membros, observadores e convidados, na geografia da organização, para ilustrar como a OCX encontra-se atualmente em sua extensão, segue figura abaixo com o detalhamento.

## Mapa 1: Extensão geográfica OCX (2018)



**Elaboração própria, com base em Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy (2007), Yussupzhanovich e Tulkunovna (2019), via ferramenta Mapchart.**

Diante do tamanho geográfico que a OCX está atualmente, entende-se sua extensão que vai de Kaliningrado a Vladivostok, bem como do Mar Branco ao Mar do Sul da China. Além disso, por causa do tamanho regional, entende-se que a OCX possui coletivamente 17,5% das reservas comprovadas de petróleo do mundo, assim como quase 50% das reservas de gás natural e cerca de 45% da população mundial, isso sem contar com a adição da população india, que adentrou como membro permanente da OCX em 2018 (Downs, 2018).

Voltando a atenção para o âmbito da segurança, que continua sendo prioridade da OCX mesmo após a adição de novos membros, foi visto que vários exercícios militares e missões de paz via organização foram organizadas e executadas, desde sua concepção.

Dentre os mais importantes, destacam-se sete missões de paz (2006, 2007, 2009, 2010, 2014, 2016 e 2018) e dois exercícios militares de grande impacto, um em 2006 em conjunto

com Tadjiquistão devido a atividades de grupos terroristas em seu território, e 2016 envolvendo Rússia, Paquistão, Mongólia e Índia<sup>49</sup> (Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy, 2007; Fels, 2018).

Frente a este quadro prático que a OCX possui e que ainda almeja voltado aos seus membros, dentre exercícios em segurança e outros âmbitos em cooperação, cabe destacar alguns pontos principais envolvendo a relação sino-russa, países com maior peso influenciador nas tomadas de decisão na OCX.

Desde sua criação em 2001, Rússia e China na OCX partilham de interesses comuns mútuos em segurança, originados de uma necessidade recíproca de confiança na delimitação de suas fronteiras e manutenção da paz. Todavia, cabe destacar que fora deste nível de agenda com temas securitizados, cada país possui outros interesses, que se diferenciam em comparativo com a política externa de cada um (Ahmad, 2018).

A Rússia possui um interesse político forte na OCX, principalmente no âmbito energético, visto que a Ásia Central é uma região estratégica por possuir alto valor em recursos naturais e por proporcionar um mercado favorável aos russos na exportação de petróleo e seus derivados. Neste caso, a busca por uma liderança estratégica na região é de suma importância para suas finalidades políticas, tendo como posição de exclusão o envolvimento ocidental neste processo (Fels, 2018).

A China, sendo uma potência econômica e comercial mundial, está mais interessada na melhoria de infraestrutura que a Ásia Central via OCX pode proporcionar nas suas rotas comerciais. Com um projeto gigantesco para definição da nova Rota da Seda<sup>50</sup> no século XXI, denominado OBOR (*One Belt, One Road*), de 2014 a 2017 já obteve investimento de mais de US\$ 110 bilhões e tem o objetivo de construir estradas que liguem a China à Europa, passando pela Ásia Central. Além disso, pretende ter ligação direta com o Sudeste Asiático, Norte da África e países do Golfo (Fels, 2018; Yussupzhanovich e Tulkunovna, 2019).

---

<sup>49</sup>Outras práticas militares que podem ser citados: “exercício de segurança nas fronteiras entre a China e o Quirguistão (...) em 2002; um exercício multilateral no leste do Cazaquistão e em Xinjiang, no oeste da China, em 2003, com mais de 1.000 (...); um grande exercício sino-russo em agosto de 2005 que foi observado por outros estados da SCO; e um exercício multilateral, “EastAnti-terror 2006”, realizado pelo Uzbequistão em 2006, que testou a capacidade de forças especiais e agências de aplicação da lei para defender infra-estruturas locais e resgatar reféns” (Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy, 2007, p. 22).

<sup>50</sup>As Rotas da Seda, no Mundo Antigo, eram uma série de rotas interconectadas por meio da região do sul da Ásia e eram utilizadas no comércio da seda entre o continente europeu e o oriente. Inicialmente, a rota conectava cidades China até a Ásia menor, porém posteriormente estendeu-se até Japão e Coreia, formando consequentemente a maior rede comercial da época. Civilizações como o Egito Antigo, Mesopotâmia, China, Pérsia, Roma e Índia se beneficiaram do desenvolvimento da rota da seda, contribuindo o desenvolvimento do comércio até o mundo moderno (Mendonça, 2016).

**Figura 7: Nova Rota da Seda (OBOR)**



**Fonte:** *Belt and Road Center (2019)*.

Conforme apresentado na figura acima, o projeto OBOR tem uma extensão tanto terrestre como marítima, passando pela Ásia Central e Sul, Europa, Oriente Médio, bem como o Oceano Índico e do Mediterrâneo, com um total de sessenta e quatro países envolvidos (Kettunen, 2018).

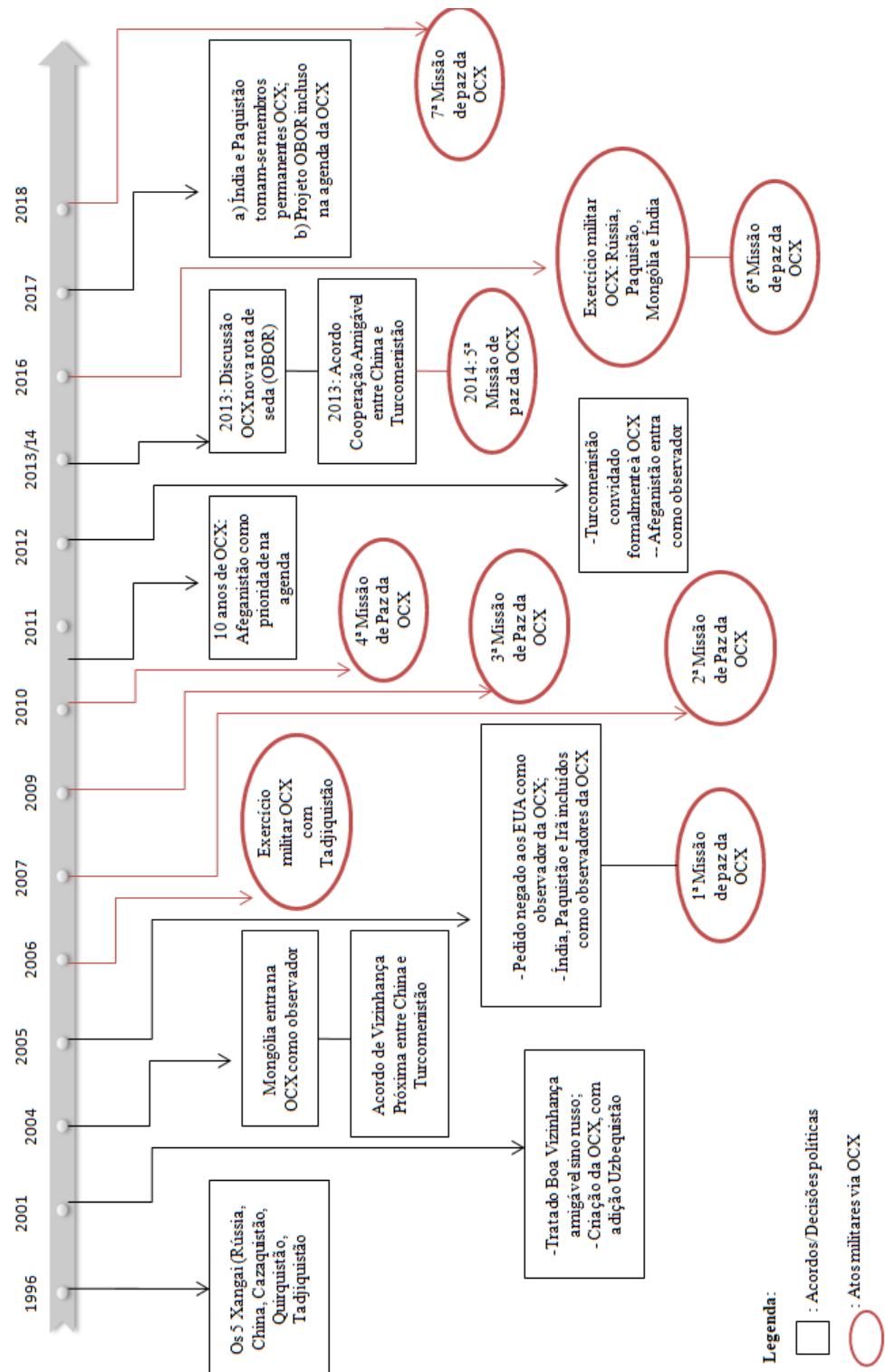
Para entendimento da grandiosidade do projeto chinês em expansão geográfica, destaca-se que:

A iniciativa OBOR foi lançada no final de 2013 para desenvolver infraestrutura para novas rotas comerciais. Estes incluem o “Cinturão Econômico da Rota da Seda”, conectando a China através de ferrovia com a Ásia Central, Europa e Oriente Médio, e a “Rota da Seda Marítima do Século XXI” para desenvolver rotas marítimas da China costeira ao Oceano Índico e ao Mediterrâneo (...). Fazendo parte da estratégia econômica global da China, o escopo geográfico do OBOR é ambicioso, com 64 países participando do plano na Europa, Oriente Médio, Ásia Central e Sul da Ásia. (Kettunen, 2018, p. 121-122).

Diante do exposto até aqui, para melhor compreensão das principais características da OCX discutidas, envolvendo os países associados, tratados realizados, interesses sino-russos e

exercícios militares/missões de paz executados, segue abaixo uma linha temporal com os acontecimentos associados à Organização.

**Figura 8: Linha Temporal OCX (1996-2018)**



Elaboração própria com base em Ahmad (2018), Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy (2007), Yussupzhanovich e Tulkunovna, (2019), Hashmi (2019), Downs (2018), Korolev (2018), Russo (2018).

Analisando a figura anterior, percebemos o quanto a OCX desenvolveu-se como instituição desde a sua concepção em 2001, visto que as investidas militares entre os países membros, basicamente na última década, não ultrapassou a margem de dois anos. Além disso, há constantemente a realização de contatos formais e ampliação da cooperação em outras áreas de interesse que a Organização Internacional proporciona, como o desenvolvimento energético e comercial.

Mediante os novos formatos de cooperação que a OCX vem abrindo espaço, há um questionamento sobre se é certo afirmar que a organização já ultrapassou as barreiras de aliança/cooperação militar para desenvolver outras áreas. Diante disto, cabe aqui argumentar sobre os estágios de instituição que a OCX proporcionar no âmbito militar, envolvendo o nível moderado ou avançado.

Korolev (2018) aponta oito pontos principais para identificar se uma instituição é moderada ou avançada no âmbito militar. Para ser considerada moderada, deve possuir cinco elementos principais, a saber: a) Tratado ou acordo de aliança; b) Mecanismo de consultas regulares; c) Cooperação Militar Técnica e intercâmbio de pessoas das forças armadas; d) Exercícios militares regulares; e e) Medidas de construção de confiança (Korolev, 2018).

Já no nível de institucionalização avançada, há mais três características, a saber: a) Comando militar integrado; b) Colocação de tropas conjuntas e/ou troca de bases militares; e c) Política de defesa comum (Korolev, 2018).

Aplicando as características destacadas à OCX, chega-se ao seguinte resultado.

**Quadro 4: Grau de Institucionalização da OCX**

Institucionalização	Possui (Sim/Não)	Observações
Tratado ou acordo de aliança	Sim	A OCX, desde sua criação, promove uma aliança cooperativa entre os membros nos setores de segurança e militar
Mecanismo de consultas regulares	Sim	Gradualmente há reuniões conjuntas entre os membros permanentes, observadores e convidados
Cooperação Militar técnica e intercâmbio de pessoas das forças armadas	Sim	Faz parte da burocracia da OCX o RATS, grupo compartilhado de analistas em promover segurança e combate ao terrorismo, envolvendo os membros da organização
Exercícios militares regulares	Sim	Há exercícios militares anuais entre os países membros, bem como Missões de Paz em nome da OCX
Medidas de construção de confiança	Sim	A OCX tem o objetivo formal de fortalecimento da confiança mútua e amizade de boa vizinhança entre os Estados membros
Comando militar integrado	Sim	Há a integração, principalmente na relação sino-russa
Colocação de tropas conjuntas e/ou troca de bases militares	Não	Ainda não há, formalmente, trocas de bases militares e/ou tropas entre os membros permanentes como um todo

Política de defesa comum	Não	Ainda inexistente, pois não houve a emergência de uma guerra envolvendo a OCX
--------------------------	-----	---

**Elaboração própria com base em Korolev (2018).**

Em análise da tabela anterior, identifica-se que a OCX está atualmente em um grau de institucionalização militar moderada, porém caminhando para uma posição avançada, visto que a característica “comando militar integrado” já existe.

Destaca-se que esta integração militar da OCX, primeiro passo para uma institucionalização avançada, se dá por causa da “crescente abrangência e regularidade das interações militares [entre] China-Rússia, [com] um comando militar integrado (...). De acordo com algumas avaliações, há um grau modesto de compatibilidade e interoperabilidade entre as forças chinesas e russas” (Koroloev, 2018, p. 14), influenciando diretamente esta relação dentro da OCX (Korolev, 2018).

Este processo de desenvolvimento em segurança e, consequentemente, militar se deu por a uma série de problemas comuns que os países membros da OCX compartilham entre si. Mais do que o desejo de expansão da cooperação dentro da OCX para outros âmbitos de interesse, um denominador comum continua presente da agenda da organização, que são as novas ameaças ainda associadas à área de segurança (Ahmad, 2018).

Mais do que delimitação e pacificação das fronteiras dos países membros, interesse inicial para o surgimento da OCX entre Rússia, China; os países da Ásia Central e agora também a Índia e Paquistão, o terrorismo, separatismo, extremismo, tráfico de drogas e migração ilegal ainda permanecem como pautas permanentes nos diálogos e ações formais da OCX (Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy, 2007; Russo, 2018).

Na próxima seção serão detalhados estes problemas securitários de forma mais abrangente.

*3.2 Migração ilegal, terrorismo, tráfico de drogas e problemas de fronteira: interesses mútuos dos “Shanghai Eight”*

Conforme argumentado, desde sua criação, a OCX foca sua agenda com prioridades de temáticas de segurança. Por mais que exista um esforço em expandir para outros setores em cooperação, a temática em segurança continua sendo prioridade dentro da organização.

Tanto o problema inicial de delimitação/problemas de fronteira dos países membros, como consequentemente terrorismo, extremismos, tráfico de drogas e migração ilegal são

problemas frequentes que a OCX lida com o passar dos anos. Há outras áreas em segurança que são levados às discussões também, como tráfico infantil, tráfico de órgãos e tráfico de armas, assuntos estes que não serão detalhados no capítulo por delimitação argumentativa proposta no presente trabalho, mas que são questões reais que a OCX trata (Fels, 2018; Yussupzhanovich e Tulkunovna, 2019).

Do eixo objetivo principal da OCX sobre os problemas de segurança, entre terrorismo, separatismo e extremismo, todos os demais subtemas são derivados destes. Para verificação, serão discutidos quatro principais, que se complementam analiticamente, a saber: a) grupos terroristas, com destaque ao Talibã, ISIS/Estado Islâmico, As-Shabaad e Boko Haram; b) migração ilegal associados à migração forçada (refugiados), emigração e mulheres migrantes; c) tráfico de drogas envolvendo ópio e seus derivados e d) problemas de fronteira como consequência dos três primeiros subtemas citados.

Todos os subtemas apontados possuem vínculo direto ou indireto com o Afeganistão, e este país será utilizado como base explicativa para os eventos causais envolvendo as quatro características destacadas (Hashmi, 2019).

Em início pelo mais agravante deles, o terrorismo, de acordo com relatórios divulgados pelo *Global Terrorism Index* (GTI), anos 2018 e 2017, o Afeganistão possui uma posição estratégica geograficamente para os quatro principais grupos terroristas atuantes na Ásia Central e regiões adjacentes: Talibã, ISIS, Al-Shabaad e Boko Haram (GTI, 2018; GTI, 2017).

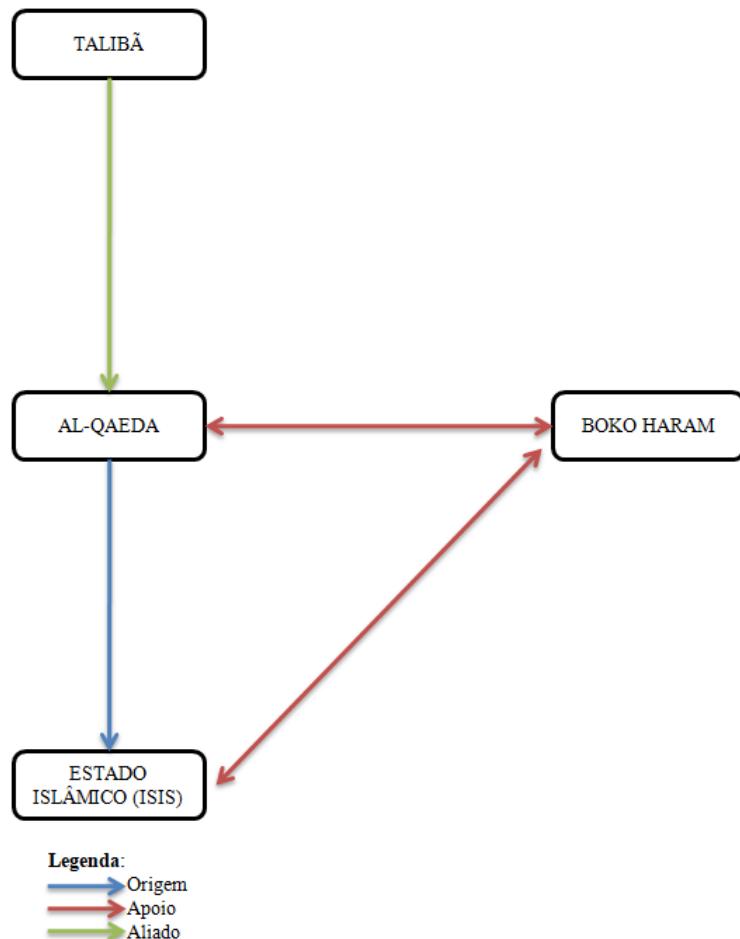
Tendo suas raízes no Afeganistão ou com apoio de grupos terroristas deste país, estes quatro grupos, mesmo tendo em sua origem motivos distintos, tem como ponto de unidade o extremismo religioso e posição contrária ao ocidente, além de busca de poder territorial (Hashmi, 2019; GTI, 2018).

O Talibã, por exemplo, atua principalmente no Afeganistão e Paquistão e possui ligação direta com o Al-qaeda, organização mundialmente conhecida após o ataque ao *World Trade Center* em 2001, nos Estados Unidos. O Al-qaeda, por sua vez, tem uma ramificação atual no Estado Islâmico (ISIS). Este contato direto entre estas organizações terroristas proporcionou também o envolvimento do BokoHaram, grupo terrorista criado na Nigéria, mas que compactua com o ideal extremista das leis islâmicas (*National Strategy for Counter Terrorism of the USA*, 2018).

Em outras palavras, independentemente da origem ou objetivos iniciais destes grupos terroristas, existe um contato sério entre eles que resulta em um tipo de apoio ou aliança, fortalecendo assim suas ações e preocupando os países próximos aos seus exercícios de terror.

Abaixo segue figura entre origem, aliança e apoio dos principais grupos terroristas com ramificações no Afeganistão<sup>51</sup>:

**Figura 9: Alianças terroristas ramificadas no Afeganistão**



Elaboração própria, com base em *National Strategy for Counter terrorism of the USA (2018)*.

Diante deste fortalecimento dos grupos terroristas citados e o Afeganistão sendo um denominador comum entre eles, houve investidas da OCX em aproximar o país da organização, com o intuito de estreitar relações e tratar o assunto de forma mais incisiva e com combate prático ao terrorismo. Após o ano de 2012, em que formalmente o Afeganistão tornou-se observador da OCX, a política contra o terror ficou mais visível (Hashmi, 2019; Fels, 2018).

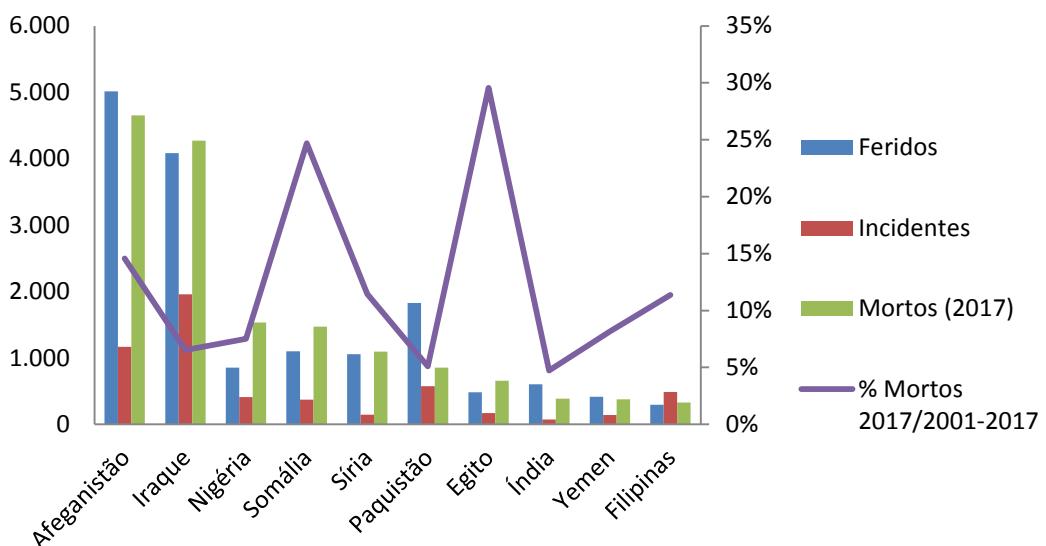
<sup>51</sup>Ainda não há um consenso no meio acadêmico afirmado que o Estado Islâmico surgiu como continuação do Al-Qaeda, contudo há comprovações que atuam como extensão do grupo terrorista.

Acordos com outras entidades internacionais, como vínculo com as Nações Unidas, ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e a CSTO (Organização do Tratado de Segurança Coletiva) fortaleceram formalmente a OCX para atuar contra terrorismo na Ásia, principalmente na Ásia Central e regiões fronteiriças sino-russas. Como argumenta Hashmi (2019):

[O] Afeganistão é um fator desestabilizador em toda a região [asiática] que pode representar uma ameaça à estabilidade na Ásia Central. Embora o Afeganistão tenha obtido o status de observador na SCO [Shanghai Cooperation Organization], ele [Afeganistão] precisa de atenção urgente da organização para sua reconstrução de infra-estrutura (Hashmi, 2019, p. 3).

A ameaça terrorista, estatisticamente, no ano de 2018, veio aumentando, como pode ser visualizado abaixo separados por incidentes, fatalidades (mortes), feridos, ataques à propriedades e *score* de terrorismo (GTI)<sup>52</sup>:

**Gráfico 12: Principais países impactados pelo terrorismo (2017)**



**Tabela 2: Principais países impactados pelo terrorismo (2017)**

País	Feridos	Incidentes	Mortos (2017)	% Mortos 2017/2001-2017	
				2017	Total de Mortos (2001-2017)
Afeganistão	5.015	1.168	4.653	14,56%	31.965
Iraque	4.086	1.956	4.271	6,52%	65.519
Nigéria	852	411	1.532	7,52%	20.375
Somália	1.100	372	1.470	24,68%	5.956

<sup>52</sup>Score calculado via banco de dados do GTI (*Global Terrorism Index*).

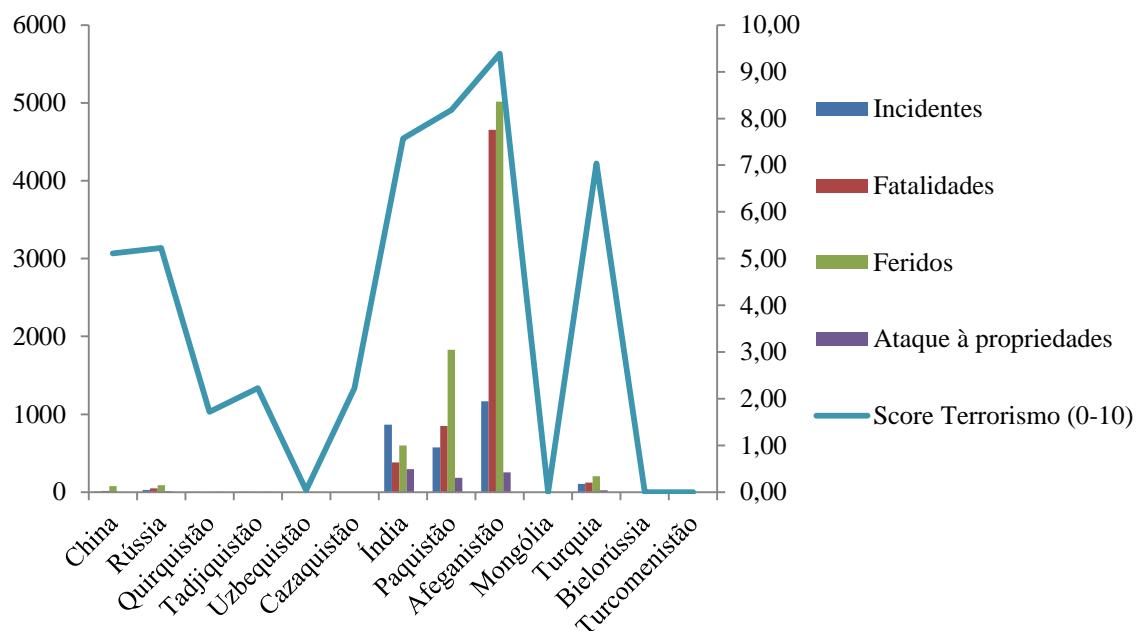
Síria	1.055	144	1.096	11,45%	9.574
Paquistão	1.830	576	852	5,08%	16.773
Egito	481	169	655	29,57%	2.215
Índia	601	72	384	4,73%	8.123
Yemen	417	141	378	8,16%	4.633
Filipinas	297	486	326	11,36%	2.869

Elaboração própria, com base em *Vision of Humanity – Global Terrorism Index (GTI) (2018)*.

No top 10 do ranking, Afeganistão, Iraque Nigéria e Somália tiveram a maior incidência de mortos no ano de 2017. Porém, comparativamente com os anos anteriores, houve um aumento expressivo de incidências terroristas no Egito, Somália, Afeganistão e Síria (29,57%, 24,68%, 14,56% e 11,45%, respectivamente), ou seja, Afeganistão apresenta-se nas duas situações analisadas, tanto anualmente como comparativamente em anos anteriores (2001-2017).

Especificamente, envolvendo os Estados membros, observadores e convidados da OCX, tem-se o resultado:

**Gráfico 13: Eventos terroristas nos membros OCX (2017)**



**Tabela 3: Eventos terroristas nos membros OCX (2017)**

País	Incidentes	Fatalidades	Feridos	Ataque à propriedades	Score Terrorismo (0-10)
China	6	16	76	5	5,11
Rússia	30	47	90	12	5,23

Quirquistão	2	0	0	1	1,72
Tadjquistão	2	1	0	1	2,23
Uzbequistão	0	0	0	0	0,04
Cazaquistão	0	0	0	0	2,23
Índia	866	384	601	296	7,57
Paquistão	576	852	1830	183	8,18
Afeganistão	1168	4653	5015	254	9,39
Mongólia	0	0	0	0	0,00
Turquia	105	123	205	24	7,04
Bielorússia	0	0	0	0	0,00
Turcomenistão	0	0	0	0	0,00

Elaboração própria, com base em *Vision of Humanity – Global Terrorism Index (GTI) (2018)*.

Antes da análise do gráfico, cabe rapidamente apresentar como é feito o cálculo do score GTI na escala de 0 a 10. O GTI utiliza um sistema de variação logarítmica de base 10, numa escala entre 0 e 10, em intervalos de 0,5, resultando em variações com 21 possibilidades, como pode ser visualizado na figura a seguir (*Global Terrorism Index*, 2018).

**Figura 10: Variação utilizada no GTI**

Band number	Bands	Band cut off values	Band number	Bands	Band cut off values
1	0	0	12	5.5	328.44
2	0.5	1.69	13	6	556.2
3	1	2.87	14	6.5	941.88
4	1.5	4.86	15	7	1595.02
5	2	8.22	16	7.5	2701.06
6	2.5	13.93	17	8	4574.08
7	3	23.58	18	8.5	7745.91
8	3.5	39.94	19	9	13117.21
9	4	67.63	20	9.5	22213.17
10	4.5	114.53	21	10	37616.6
11	5	193.95			

Fonte: *Vision of Humanity – Global Terrorism Index (GTI) (2018)*

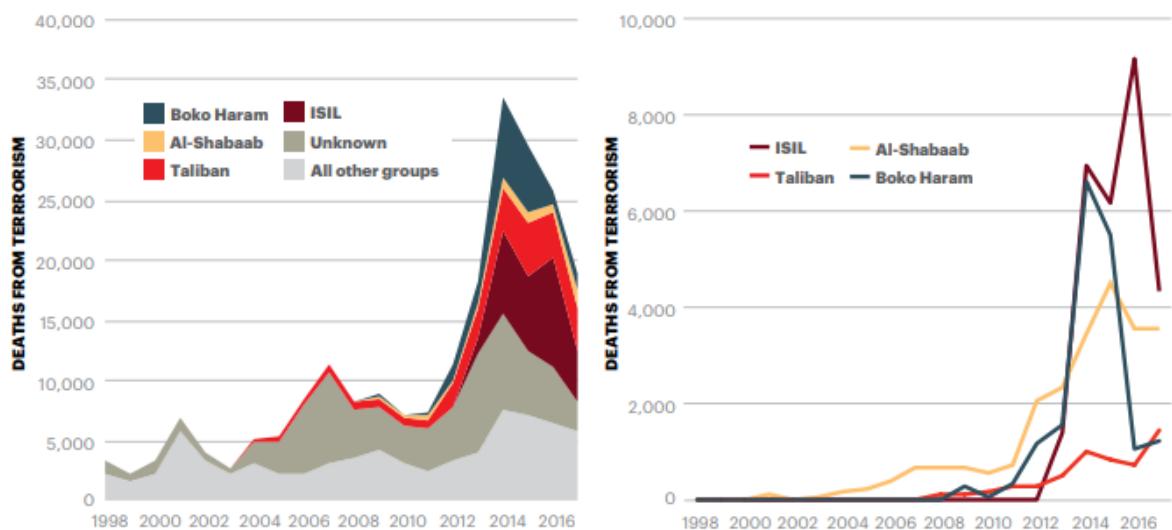
Assumindo que a ausência de ocorrências terroristas (entre incidentes, fatalidades, feridos e ataques a propriedades) é 0, e 10, com as mesmas variáveis, sendo a pontuação máxima, há o seguinte cálculo:  $r = \sqrt[n]{variação}$ , em que a  $raiz$  é calculada:  $2 \times$  (Maior

pontuação associada ao GTI - Pontuação mais baixa do GTI), e a variação é: 2 x (Maior pontuação bruta do GTI registrado - Menor pontuação do GTI registrado) (*Global Terrorism Index*, 2018, p. 84).

Em análise do gráfico e o saldo de incidentes, fatalidades, feridos, ataques à propriedade e o *score*, o Afeganistão destaca-se em todas as variáveis, classificando-o como ator central do problema envolvendo o terrorismo e incidência de atuação de grupos terroristas.

Além destes dados divulgados, os principais grupos terroristas vinculados aos ataques continuam sendo os mesmos, com base no mesmo relatório da GTI:

**Figura 11: Grupos terroristas mais letais em 2017 (1998-2017)**



**Fonte:** *Vision of Humanity – Global Terrorism Index (GTI) (2018)*

Como pode ser observado, Estado Islâmico (ISIS), Talibã, Al-Shabaab e Boko-Haram continuam com extrema relevância nos ataques ocorridos, o que faz com que a atenção da OCX se volte especificamente a eles no combate ao terrorismo e consequentemente no controle do extremismo islâmico.

Importante destacar que o Afeganistão, além de ser geograficamente estratégico para acesso a outros países da Ásia Central e do próprio Oriente Médio, o Estado também se encontra fragilizado burocraticamente, tornando-se uma ameaça regional e presente constantemente na agenda de segurança OCX (Hashmi, 2019).

Com esta atenção específica aos grupos terroristas comentados, a OCX vem realizando, desde sua concepção, operações de paz e exercícios militares para treinamento e combate direto a estes grupos terroristas, sensibilizando assim uma militarização maior contra

a guerra ao terror e melhorando a segurança de suas fronteiras (Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy, 2007; Ahmad, 2018; Fels, 2018).

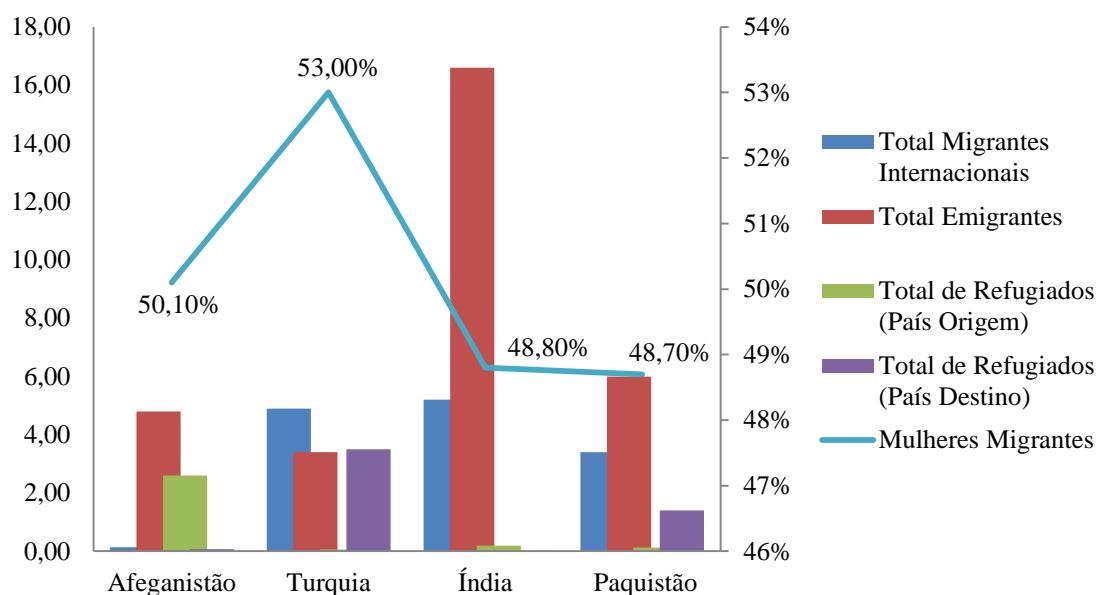
As missões de paz, ao todo, somam-se sete operações (2006, 2007, 2009, 2010, 2014, 2016 e 2018) e ao longo do tempo observou-se uma aderência maior a esta prática, ocorrendo a cada dois anos no mínimo (Ahmad, 2018; Fels, 2018).

Voltando a atenção para a migração ilegal, esta ramifica-se em alguns pontos principais que podem ser destacados para argumentação, a saber: a) os migrantes internacionais; b) movimento emigratório; c) migração ilegal (com a recorrência dos refugiados, especificamente), e d) porcentagem das mulheres migrantes<sup>53</sup>.

Interessante destacar a variável de porcentagem de mulheres envolvidas porque, constantemente, há casos de violação dos direitos humanos a este gênero por ser um grupo de risco, com casos de estupro, abandono de crianças ou ausência paterna na família (Schwinn e Da Costa, 2016).

Abaixo segue em gráfico esta análise.

**Gráfico 14: Migração Ilegal – Principais impactados na OCX (2017)**



<sup>53</sup> Cada variável analisada no gráfico possui conceito diferenciado, a saber: a) migrante: pode ser em nível doméstico ou internacional, e está vinculado ao fluxo de pessoas dentro de um espaço geográfico. Para o nível internacional, divide-se em imigração ou emigração; b) emigrante: saída de pessoas de um país de origem para outro, com intuito de residir; c) imigrante: entrada de pessoas em um outro país que não é de sua origem, com intuito de residir; d) refugiado: “são pessoas que fogem do seu país devido ao “receio fundado” de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou opinião política, e que estão fora do seu país de nacionalidade ou residência permanente e devido para este medo são incapazes ou não querem voltar a ele” (*Migration Data Portal*, 2019, p.1)

**Tabela 4: Migração Ilegal – Principais impactados na OCX (2017)**

País	Total Migrantes Internacionais	Total Emigrantes	Total de Refugiados (País Origem)	Total de Refugiados (País Destino)	Mulheres Migrantes
Afeganistão	0,1336	4,8000	2,6000	0,0759	50,10%
Turquia	4,9000	3,4000	0,0613	3,5000	53,00%
Índia	5,2000	16,6000	0,1971	0,0079	48,80%
Paquistão	3,4000	6,0000	0,1289	1,4000	48,70%

Elaboração própria, com base em *Migration Data Portal* (2017).

Verificando o gráfico, a Índia, por ser um dos países mais populosos do mundo, com 1.339 bilhão de pessoas (atrás apenas da China com 1.386 bilhão de pessoas, dados de 2017 via *World Bank*), consequentemente seu índice é mais expressivo, tratando-se de fluxo de pessoas. Logo atrás no gráfico, observamos novamente um indicativo interessante com relação ao Afeganistão, o total de emigrantes e de refugiados advindos de seu país (Hashmi, 2019; *World Bank*, 2019).

No ano de 2017, houve aproximadamente 4,8 milhões de pessoas que emigraram do Afeganistão, sendo que 2,6 milhões destes classificados como refugiados. É um número bem acima da média comparado aos outros três países do gráfico (Turquia, Índia e Paquistão) e reflexo da conturbada insegurança que o país passa, por guerras constantes e ações terroristas em seu território.

Sobre a quantidade de mulheres migrantes, grupo de risco de análise, resulta em 50,10% das pessoas nesta situação, ou seja, mais da metade do fluxo migratório. Também é perceptível dados elevados do mesmo índice nos demais países listados (53% na Turquia, 48,8% na Índia e 48,7% no Paquistão) (Schwinn e Da Costa, 2016; *Migration Data Portal*, 2017).

Como comentado anteriormente, estes subtemas estão interligados entre causa e efeito do foco principal da OCX (combate ao terrorismo, extremismo e separatismo) e a quantidade alta de refugiados afgãos traz um problema demográfico de alto risco, pois os países de destino dessas pessoas, inicialmente, são os países próximos, o que envolve diretamente a OCX (Hashmi, 2019).

É deste problema em segurança que acarreta em várias políticas de exclusão de estrangeiros, movimentos xenófobos e separatismos entre os países membros da OCX, o que a organização tenta impedir com diálogos recorrentes com seus membros (Da Silva Bezerra, 2018; Dunaeva, 2013).

Ao mesmo tempo em que existe esse problema regional, os países ocidentais, a exemplo dos Estados Unidos e os da União Europeia, tentam entrar nos debates da OCX para criar soluções que inviabilizem o fluxo dessas pessoas aos seus países, o que mostra um interesse excludente de barrar este tipo de fluxo migratório. Estas tentativas ocidentais são barradas em consenso na OCX (Da Silva Bezerra, 2018).

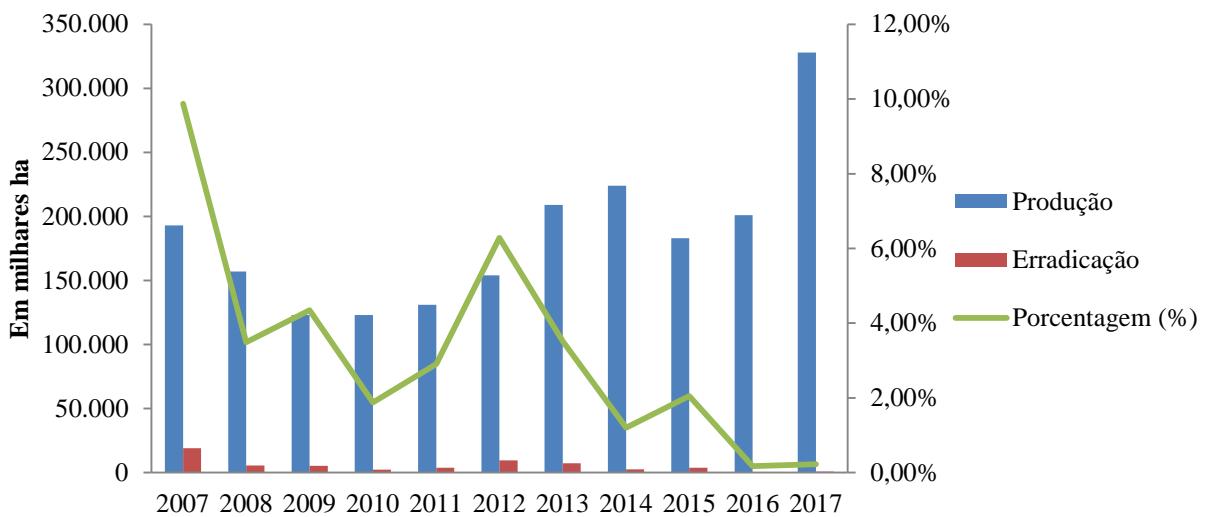
Além dos membros da OCX impedirem qualquer investida ocidental dentro da organização, há um interesse mútuo em fortalecer uma cooperação multilateral entre eles, como é observado nas temáticas em segurança comentadas até aqui, bem como outras investidas na economia e comércio energético (Downs, 2018).

Este tipo de posicionamento mútuo na OCX, de alinhamento antiocidental, permite um enquadramento com a política externa russa da última década, que o neoeurasianismo esteve presente. Após os eventos da crise ucraniana entre 2013 a 2015 e a adesão da Crimeia à FR, por exemplo, ficou exposta no Sistema Internacional a posição russa antiocidentalista nos seus assuntos externos. No caso da OCX, o direcionamento antiocidental se repete, mesmo que seja em outra realidade de agenda (Downs, 2018; Yussupzhanovich e Tulkunovna, 2019; Yingui, Mikhailovna, 2018).

Por fim, sobre o tráfico de drogas, especificamente envolvendo o plantio do ópio, planta esta em que se extrai a matéria prima para produzir a morfina e a heroína, o Afeganistão mais uma vez posiciona-se no topo da agenda de segurança na OCX. De 2007 até 2017, apresentou uma média alta de plantio e exportação do ópio, tendo seu pico de produção no ano de 2017 em 328 mil hectares de plantio (UNODC, 2018).

Abaixo segue detalhamento.

**Gráfico 15: Plantio de ópio e apreensão no Afeganistão**



**Tabela 5: Plantio de ópio e apreensão no Afeganistão**

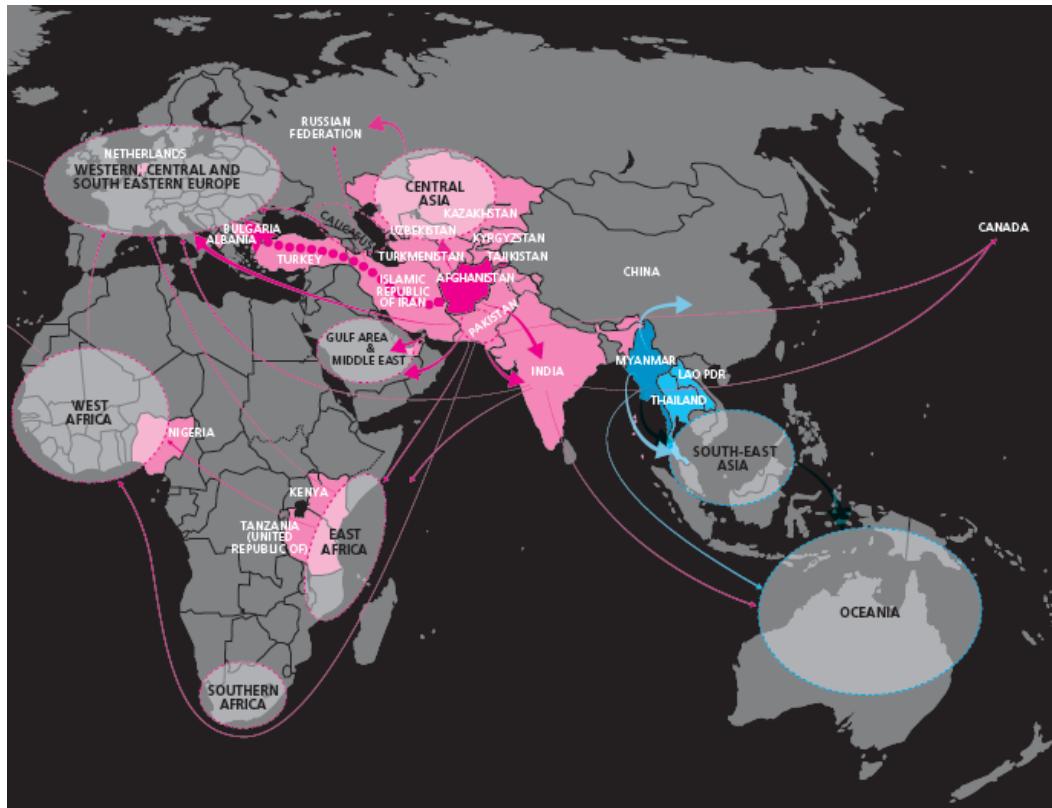
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Produção	193.000	157.000	123.000	123.000	131.000	154.000	209.000	224.000	183.000	201.000	328.000
Erradicação	19.047	5.480	5.351	2.316	3.810	9.672	7.348	2.692	3.760	355	750
Porcentagem (%)	9,87%	3,49%	4,35%	1,88%	2,91%	6,28%	3,52%	1,20%	2,05%	0,18%	0,23%

Elaboração própria, com base em *United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) (2018)*.

Ao analisar o gráfico acima, mesmo existindo investigação e apreensão do plantio ilegal do ópio no Afeganistão, ainda está muito abaixo do que se espera para o combate deste tráfico. Com exceção dos anos 2007 e 2012, os demais anos não passaram dos 3,49% de apreensão em comparativo com a produção total. Importante destacar que de 2016 a 2017, houve um aumento de 127.000 hectares, ou seja, muito acima da média dos anos anteriores e também muito distante da apreensão realizada, que não chegou nem a 1000 hectares.

Além do largo cultivo do ópio, bem como a produção da heroína e morfina, o Afeganistão utiliza rotas da Ásia Central para transporte da mercadoria ilegal e distribuição no restante da Ásia, que é o continente mais impactado, como pode ser visualizado no mapa abaixo:

**Figura 12: Principais fluxos de tráfico de heroína (2012-2016)**



**Legenda:**

- Países mais frequentemente mencionados por prover/transitar larga produção de ópio na República Democrática Popular do Laos Myanmar;
- Países mais frequentemente mencionados por prover/transitar larga produção de ópio no Afeganistão.

**Fonte:** *United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) (2018)*<sup>54</sup>.

Como pode ser visto na figura acima, dentro deste comércio ilegal de heroína, percebe-se a posição geográfica estratégica do Afeganistão na Ásia, tendo a Ásia Central como rota principal para distribuição no restante do continente, tendo conexões na Rússia e no Canadá.

Para o continente europeu (região ocidental, central e oriental), a rota passa pelo Irã, Turquia, Bulgária e Albânia, até os consumidores finais. Na África, também possui conexões com o Quênia, Tanzânia e Nigéria, e consumidores na África do Sul e região da África Ocidental.

<sup>54</sup> Mapa adaptado do relatório da UNODC (2018), com tradução de título e legenda, bem como o foco geográfico, com direcionamento de análise do tráfico de heroína voltado para Ásia.

Com relação à região do Golfo e do restante do Oriente Médio, seguem também como um dos principais consumidores dos produtos ilegais afegãos, visto que a proximidade geográfica facilita o transporte.

Diante deste quadro negativo que o Afeganistão representa na agenda de segurança da OCX, em que todos os subtemas abordados até aqui estão associados a ele, é previsto que a organização invista tempo e dinheiro em políticas multilaterais que incapacitem práticas ilegais afegãs, sejam por práticas terroristas, migração ilegal ou tráfico de drogas, resultando em maior instabilidade fronteiriça dos países membros (Iqbal e Rauf, 2018).

Ao mesmo tempo, é importante enfatizar que não se deve isolar o Afeganistão por apresentar problemas mútuos e conectados que enfraquecem a região da Ásia Central. Pelo contrário, devem ser revistas soluções duradouras associadas ao Afeganistão para desenvolver a segurança que a OCX tanto busca, desde sua criação em 2001 (Iqbal e Rauf, 2018).

Para isto, não deve ser incentivado apenas meios militares ou coercitivos de curto prazo propositalmente, mas também investir em missões humanitárias, práticas cooperativas de nível econômico e político, investimento em infraestrutura e comércio com rotas de novos produtos legais, associando assim o Afeganistão a uma maior integração regional, aproximando-o da OCX e dando meios alternativos de desenvolvimento econômico que não sejam práticas ilegais (Iqbal e Rauf, 2018; Kaur, 2019; Valentina, 2019).

Além disso, não necessariamente a origem dos problemas em segurança da OCX sejam explicados exclusivamente por causa do Afeganistão, mas é correto afirmar que o país é um catalisador das questões mencionadas no âmbito da segurança, o que acarreta, consequentemente, em uma maior atenção por parte da organização no país (Kaur, 2019; Valentina, 2019).

Iniciado por uma necessidade de pacificação fronteiriça entre Rússia e China nos anos de 1990, a concepção da segurança multilateral na OCX ampliou-se aos países da Ásia Central e atualmente já ultrapassou as fronteiras previamente estabelecidas em 2001, com a adição de Paquistão e Índia. O fato da expansão gradual da OCX, com adição de novos membros e aumento da cooperação dentro da organização só reforça o quanto deve ser dado atenção especial ao Afeganistão para que, com a estabilidade da segurança, as outras áreas de interesse não sejam afetadas país (Ahmad, 2018; Iqbal e Rauf, 2018).

O terrorismo, tráfico de drogas e a migração ilegal, além da manutenção das fronteiras dos países membros, são comumente discutidos no corpo burocrático da OCX, tendo como

pauta o Afeganistão nestas questões, por este um desestabilizador da Ásia Central (Hashmi, 2019).

Diante disso, mesmo com a tentativa de expansão multilateral em outras áreas de interesse compartilhadas, como será detalhada na próxima seção, a OCX continua sendo uma entidade ainda focada na temática de segurança, visto que prosseguir com o processo evolutivo em cooperação multilateral entre os membros, como o clube de energia russo ou o projeto comercial gigantesco OBOR proposto pela China, requer uma estabilidade contínua e aceitável dos problemas securitizados tratados na OCX.

### *3.3 Geopolítica russa e o comércio chinês: mudança de balança de poder na OCX?*

Como discutido, a OCX, desde sua criação, está sendo utilizada como ponto de convergência de interesses entre seus membros, e devido ao peso político no Sistema Internacional, Rússia e China dividem a balança de poder dentro da organização.

Mesmo existindo esta convergência de interesses, principalmente no âmbito de segurança, Rússia e China possuem também os seus próprios, tanto direcionado à Ásia Central como na OCX, o que acarreta em uma discussão diferenciada envolvendo outras questões, como foco a agenda particular sino-russa.

Para a FR, está focada em uma posição com vertente mais de política tradicional em segurança, com fortalecimento militar e estabilidade regional neste âmbito, tomando para si uma maior influência na região da Ásia Central e excluindo qualquer participação ocidental. É nesta vertente que a Rússia investe em uma liderança estratégica regional (Fels, 2018).

Além disso, a atuação russa na OCX, por ser um dos principais membros dentro da organização e possuir peso político relevante, resulta em que os países com menor peso e/ou influência na organização, por precisar garantir sua segurança, sobrevivência ou estabilidade regional, sigam as diretrizes de combate aos problemas formais da OCX.

Comparativamente com o próprio conceito de liderança estratégica explorado, sobre “a habilidade de influenciar outras pessoas a tomar, de forma voluntária e rotineira, decisões que aumentem a viabilidade em longo prazo da organização, ao mesmo tempo em que mantêm a estabilidade financeira em curto prazo” (Glenn Rowe, 2002, p. 9-10), os países da Ásia Central acabam seguindo as decisões sino-russas para garantir as características que o conceito trás consigo (Glenn Rowe, 2002).

Já para a China, está direcionada na construção de uma infraestrutura mais robusta que facilite suas trocas comerciais e parcerias estratégicas, expandindo ainda mais sua economia. Para isto, também quer limitar a influência ocidental em seus interesses comerciais, que associa diretamente com a posição russa neste quesito, mesmo sendo âmbitos diferentes de discussão (política em segurança russa e política comercial chinesa) (Yussupzhanovich e Tulkunovna, 2019).

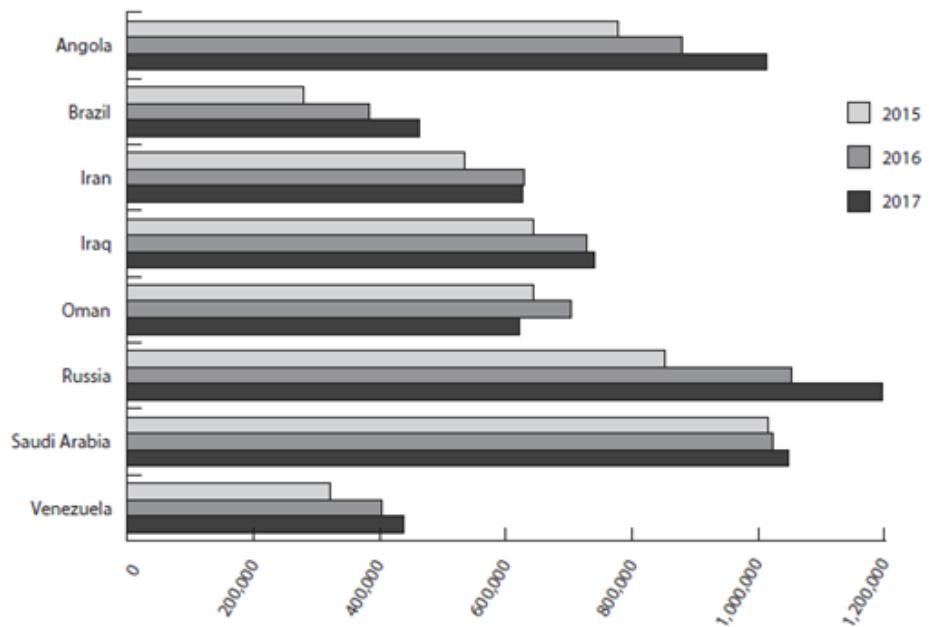
De 2001 a 2018, muito foi discutido na OCX, mesmo mantendo seu foco em segurança, e a expansão para outras áreas de cooperação veio acontecendo gradualmente, o que deu mais espaço aos interesses russos e chineses se intercalarem e ganharem notoriedade em questões diferentes, mudando um pouco a balança de poder dentro da organização (He e Feng, 2019).

Não é surpresa que a China procure tanto sua expansão comercial e consiga vantagem no Sistema Internacional, visto que é a postura do país desde o final do século XX. O projeto OBOR, com a nova rota de seda, espelha bem esta estratégia chinesa (Yussupzhanovich e Tulkunovna, 2019).

Em observação estratégica da agenda comercial chinesa, a Rússia investiu em um bom relacionamento com o país para tirar proveito no crescimento do mercado energético e moldar sua política com relação à Ásia Central (Yánez, 2018).

Com base no governo Putin, diversos acordos bilaterais sino-russos e a atuação conjunta dentro da OCX, com relação ao comércio do petróleo e seus derivados, resultaram em um aumento expressivo de 2008 a 2017 da exportação da *commodity*. A FR aumentou sua exportação à China de 234 mil barris de petróleo para 1,2 milhão em 2017, ultrapassando inclusive a Arábia Saudita em 2016 e 2017, como pode ser visualizado abaixo (Downs, 2018).

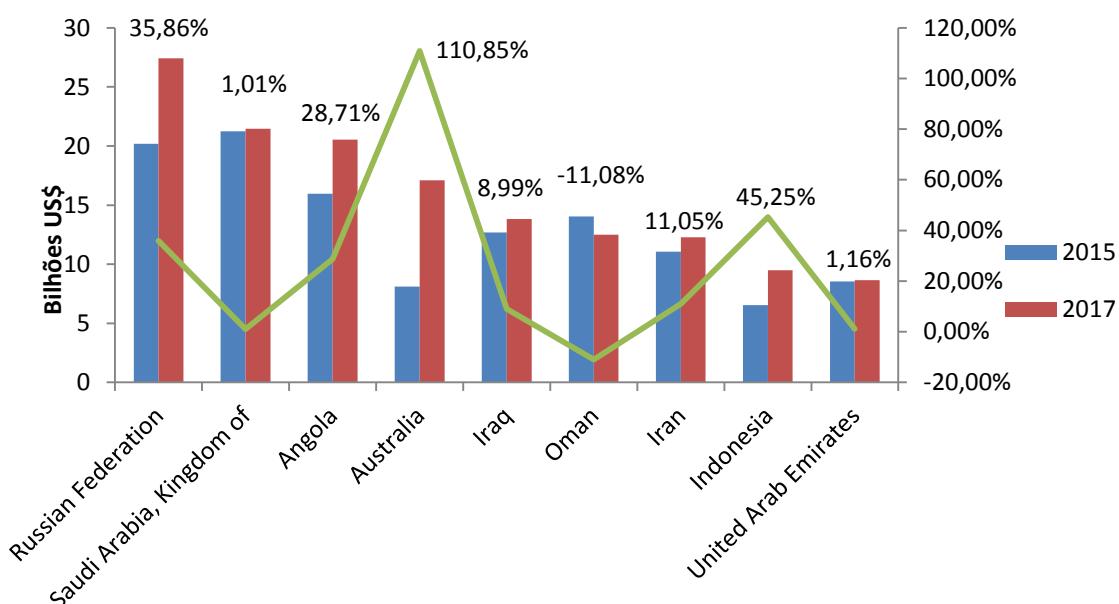
**Figura 13: Principais fornecedores de petróleo para China, 2015-2017**



Fonte: Downs (2018).

A expandir a variável para combustíveis fósseis e minerais no geral, nota-se entre 2015 e 2017 o avanço do comércio energético bilateral sino-russo de forma expressiva, com uma variação de 35,86% (*World Trade Organization*, 2019).

**Gráfico 16: Comércio bilateral chinês: Importação de produtos de combustíveis fósseis e minerais**



Elaboração própria, com base em *World Trade Organization* (2019).

**Tabela 6: Comércio bilateral chinês: Importação de produtos de combustíveis fósseis e minerais**

País	2015	2017	Variação %
<b>Russian Federation</b>	20.190.614.914	27.431.760.370	35,86%
<b>Saudi Arabia, Kingdom of</b>	21.257.535.213	21.471.627.872	1,01%
<b>Angola</b>	15.959.335.845	20.541.590.167	28,71%
<b>Australia</b>	8.108.957.017	17.097.401.694	110,85%
<b>Iraq</b>	12.672.949.166	13.812.852.179	8,99%
<b>Oman</b>	14.036.662.675	12.482.003.484	-11,08%
<b>Iran</b>	11.050.418.091	12.271.202.380	11,05%
<b>Indonesia</b>	6.530.818.646	9.485.845.280	45,25%
<b>United Arab Emirates</b>	8.536.469.525	8.635.404.995	1,16%

Elaboração própria, com base em *World Trade Organization* (2019).

A Arábia Saudita, até 2015, vinha em uma diminuição gradativa, ao mesmo tempo em que a boa relação sino-russa avançava. Observando a variação de importação em comparativo, a Arábia Saudita teve um aumento de apenas 1,01%, muito inferior aos 35,86% dos russos.

Interessante destacar o aumento bem acima da média com relação à Austrália. Resultado de um ATC (Acordo de Livre Comércio), China e Austrália firmaram um acordo chamado ChAFTA (*China-Australia Free Trade Agreement*), idealizado em 2014, mas assinado e executado em 2015. Livre de impostos em torno de 93% dos produtos australianos, a facilidade bilateral surtiu o efeito desejado, resultando em uma variação positiva de 110,85% (Yan, 2019; Culas e Timsina, 2019).

No total em exportações, envolvendo todos os produtos russos à China, segundo Fels (2018), de 1995 a 2015, teve um aumento de US\$ 4,2 bilhões para US\$ 63,5 bilhões. Em números do governo chinês, a variação pelo mesmo período de tempo foi maior, de US\$ 5,5 bilhões para US\$ 68 bilhões (Fels, 2018).

Independentemente do produto comercial analisado, é visível a boa relação sino-russa neste sentido, e como a Rússia é forte no comércio de produtos energéticos, acaba investindo melhor neste segmento (Hashmi, 2019).

Este apoio mútuo entre Rússia e China acaba resultando na execução da agenda individual de cada um, tanto nas políticas de segurança russa quanto no comércio chinês. Um exemplo prático disso foi quando a Rússia invadiu a Crimeia em 2014 (Downs, 2018).

Por causa da invasão, o ocidente implementou várias sanções econômicas contra a Rússia, resultando no descontrole da inflação doméstica do país. Neste cenário desfavorável economicamente, a China inicialmente teve uma postura neutra frente este impasse conflituoso russo, mas logo depois visualizou uma oportunidade de diversificação do mercado, focando na Ásia. Houve aumento nas trocas comerciais sino-russas e deu à FR um alívio econômico que as sanções tinham trazido naquele ano (Downs, 2018; Yingui, Mikhailovna, 2018)

A parceria sino-russa para substituir o capital do Ocidente gerou uma oportunidade para desenvolver uma linha de vida econômica aos chineses e reaquecer o mercado energético russo, promovendo múltiplos interesses nacionais de ambos os países (Yanéz, 2019).

Além da oportunidade de diversificação comercial no oriente, Rússia e China também viram na prática a importância do distanciamento da influência ocidental (EUA e UE) de seus assuntos de interesse. Neste sentido, a presença da teoria neoeurasiana na política da FR tornou-e cada vez mais presente, sendo norteadora em sua política externa e influenciando a OCX nas políticas de segurança (Yanéz, 2019; Fels, 2018).

Tendo este posicionamento anti-atlantista que o neoeurasianismo trás consigo e o alinhamento de agenda sino-russa dentro da OCX, nota-se algumas características importantes para discussão.

A Rússia deseja manter sua liderança no mercado energético e nas definições das políticas em segurança na OCX e Ásia Central, enquanto que os chineses buscam outra vertente mais ambiciosa com o projeto OBOR. Como o principal objetivo da OCX é focar na área de segurança e não no comércio entre seus membros, a mudança de foco chinês dentro da organização está dando espaço a um posicionamento russo mais ativo neste âmbito (He e Feng, 2019).

Mesmo tendo interesses distintos, há um alinhamento mútuo e coerente entre os dois países. Observa-se certo tipo de acordo tácito entre a FR e China, em que os russos mantêm sua liderança estratégica centralizadora nas esferas políticas e de segurança na Ásia Central, enquanto que a China assume a liderança do progresso comercial e econômico na região (Yanéz, 2019; He e Feng, 2019).

Diante dessa divisão de influências, é possível que “uma redução no papel da China de [ser mais] ativa na OCX encorajaria a Rússia a tentar aumentar sua influência dentro do espaço da OCX e dar a ela o caráter de uma organização geopolítica, defendendo as posições anti-ocidentais” (Yussupzhanovich e Tulkunovna, p. 53, 2019).

Uma maior participação russa na OCX tenderia a balança de poder a seu favor, visto que os interesses chineses estão mais voltados ao projeto OBOR e na expansão do seu mercado e a FR está centrada na política, segurança e estabilidade regional da Ásia Central.

Dito isto, vale destacar algumas características do porquê a Ásia Central é uma região estratégica aos russos, em sua geopolítica e na manutenção da segurança.

A Ásia Central aos russos é entendida como uma extensão estratégica da própria pátria, visto que o russo é a segunda língua mais falada da região (aproximadamente cinco milhões de russos étnicos) e há uma proximidade cultural elevada. Além disso, a região é a única restante em comparativo da época da URSS que a Rússia consegue atuar sem a interferência direta do ocidente, ou seja, sem o controle da União Europeia ou OTAN (Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy, 2007).

Para que esta presença russa perdure, faz-se necessário a estabilidade da segurança na região, como já debatido até aqui, bem como a colaboração dos países da Ásia Central e China em sua manutenção. Desta forma, há uma atitude cooperativa e não provocativa entre os membros da OCX na sua relação com a Rússia, mantendo o *status quo* russo e presença ativa na região (Yánez, 2018).

Com esta facilidade de atuação russa, a FR conseguiu implementar sua política de segurança na região da Ásia Central, tendo a liberdade em utilizar instalações militares e desempenhar um papel atuante de sua política externa. Além disso, com o maior espaço neste quesito que a China oferta aos russos, cada vez mais o fortalecimento do antiocidentalismo/anti-atlantismo do neoeurasianismo fica presente, tanto na Ásia Central como na própria OCX, ideal este que a China compartilha igualmente (Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy, 2007; Dugin, 2014, 2016; Yánez, 2018).

Importante enfatizar que além da OCX, a Rússia possui outros atores internacionais que dão robustez a sua atuação na Ásia Central, como é o caso da CEI e da OTSC, reforçando sua posição neoeurasiana na área de segurança (Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy, 2007).

Com esta divisão de interesses, percebe-se o desenvolvimento de dois tipos de liderança estratégica de atuação na Ásia Central, uma à Rússia voltada ao âmbito político e outra à China vinculada ao comércio.

Estas separações de direcionamentos estratégicos dão seguimento a dois tipos de tomadores de decisão, o *decision maker* e o *decision taker*<sup>55</sup> (Shaxson, 2005; Pion-Berlin e Arcenaux, 2000).

O *decision maker* é o que cria o cenário político e apresenta as possibilidades de direcionamento, ofertando possibilidades de atuação. Já o *decision taker* visualiza as possibilidades ofertadas pelo *decision maker*, escolhe o que convém aos seus interesses e incorpora à sua política (Shaxson, 2005; Pion-Berlin e Arcenaux, 2000).

Aplicar este entendimento à relação sino-russa e participação da OCX, a China incorporaria o *decision maker*, enquanto que a Rússia seria o *decision taker*. Como potência, a China no Sistema Internacional tem um peso maior que a Rússia no âmbito econômico, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (Yánez, 2018).

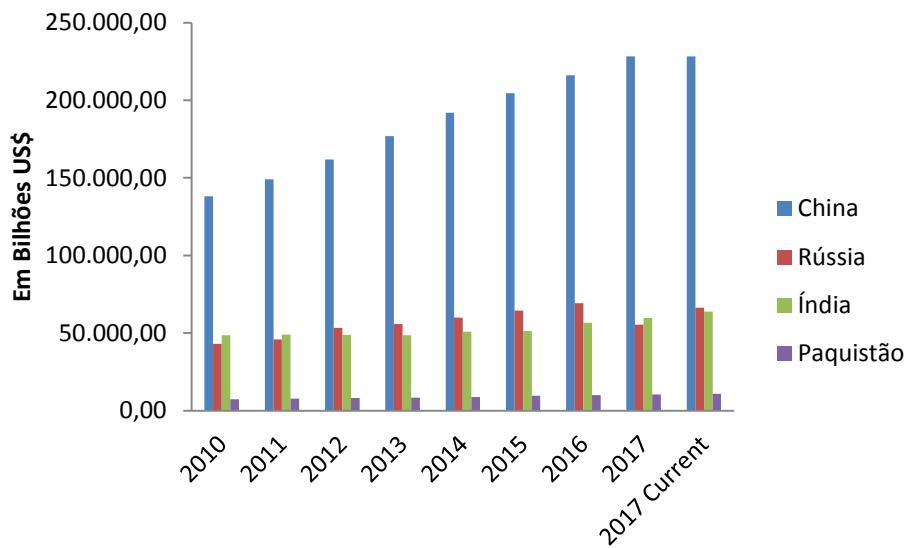
Sendo assim, a China com a intenção de intensificar o mercado asiático à seu favor, a Ásia Central adentra no processo como região estratégica para obter este fim, como foi discutido pelo projeto OBOR. A Rússia, que também é potência, mas com peso no Sistema Internacional em outra característica (aspectos de segurança e militar), acaba perdendo espaço na corrida comercial com os chineses (Yánez, 2018; Fels, 2018).

Todavia, como é importante para os chineses ter uma estabilidade regional, na qual a segurança tem um papel significativo para atingir seu interesse comercial, é uma boa troca com os russos em ceder este tipo de liderança em segurança na Ásia Central à FR, tendo a OCX como organização formal atuante. Além disso, a vantagem comercial chinesa também traz benefícios à Rússia, com a exportação de produtos militares e no comércio energético (Bailes, Dunay, Guang e Troitskiy, 2007; Hashmi, 2019).

Sobre o mercado militar, especificamente, nota-se o empenho da China em diminuir sua dependência dos produtos russos neste segmento, visto que desenvolveu sua indústria nacional de armamentos, como pode ser notado no gráfico a seguir. Todavia, mesmo com esta retraída comercial sob o olhar russo, ainda é um mercado de interesse à FR (Yánez, 2018).

---

<sup>55</sup> Na tradução literal ao português, as duas expressões são entendidas como “tomador de decisão”, mas seu significado de atuação é diferente. O “*decision maker*” é associado a um processo executado por um período de tempo determinado e é o momento que o “tomador de decisão” constrói/faz decisões. Já o “*decision taker*”, a partir da construção das decisões ofertadas pelo “*maker*”, escolhe as opções que o interessam e executa a “tomada de decisão”. Desta forma o “*decision maker*” precede o “*decision taker*”, ou seja, possui uma hierarquia maior (Shaxson, 2005; Pion-Berlin e Arcenaux, 2000).

**Gráfico 17: Principais investidores em Gastos militares dos países membros da OCX****Tabela 7: Principais investidores em Gastos militares dos países membros da OCX**

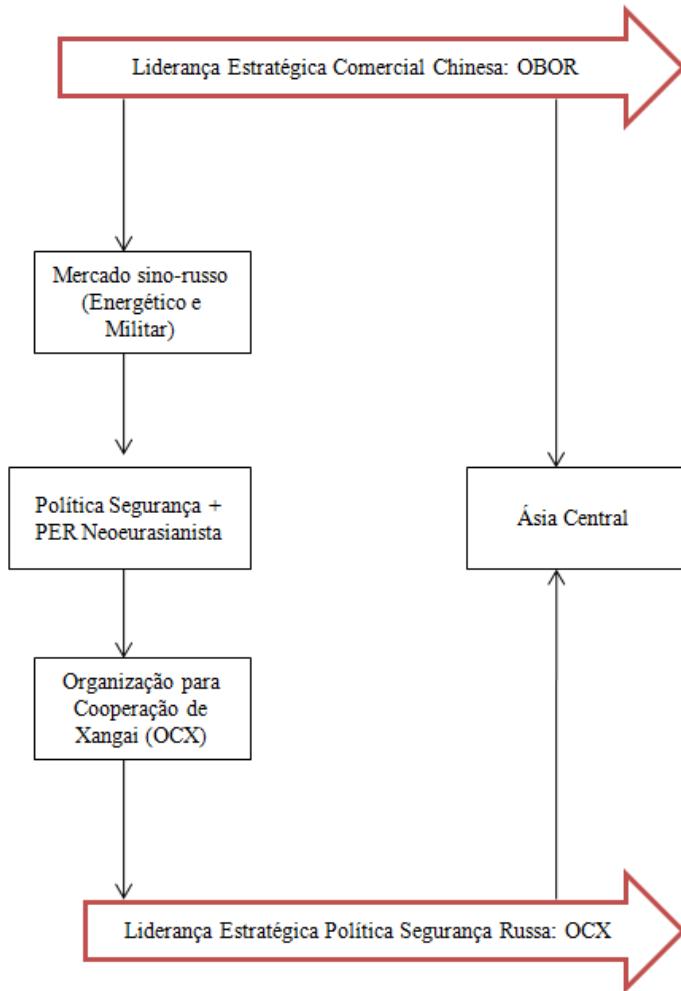
Country	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2017 Current
China	138.028,43	149.022,40	161.796,90	176.859,92	191.917,40	204.505,14	216.031,28	228.172,64	228.230,67
Rússia	43.120,56	46.022,11	53.317,45	55.922,08	59.929,44	64.592,96	69.245,31	55.327,22	66.334,99
Índia	48.600,22	49.071,05	48.896,45	48.536,29	50.908,91	51.392,59	56.637,62	59.757,11	63.923,68
Paquistão	7.322,29	7.718,75	8.185,65	8.455,40	8.883,15	9.649,19	9.973,77	10.378,21	10.774,46

Elaboração própria, com base em SIPRI (2019).

Como discutido no capítulo anterior, a China na década de 2010 voltou-se para o mercado nacional de armamentos, deixando a Rússia em segundo plano. Com isso, houve uma queda acentuada de exportação russa ao país neste nicho comercial. Com isso, a Rússia deu foco maior ao seu mercado energético com exportação à China, ultrapassando a Arábia Saudita e tornando-se o principal parceiro chinês em produtos de combustíveis fósseis e minerais.

Em suma, nota-se um paralelo de lideranças estratégicas envolvendo Rússia e China, uma sob a vertente comercial e outra de política em segurança. Mesmo a Rússia estando numa posição de *decision taker*, consegue projetar uma liderança estratégica de segurança na Ásia Central, instrumentalizado via OCX. Abaixo segue quadro explicativo.

**Figura 14: Liderança Estratégica Russa e Chinesa na Ásia Central**



**Legenda:** PER (Política Externa Russa); OCX (Organização para Cooperação de Xangai); OBOR (One Belt One Road).

**Elaboração própria, com base em Yánez (2018), Ahmad (2018) e Fels (2018).**

Como poder ser observado no quadro, a posição chinesa de *decision maker* desencadeia uma série de elementos associados à Rússia que resultam em sua posição de *decision taker*. Mesmo hierarquicamente abaixo da influência da China no Sistema Internacional, a Rússia consegue projetar-se em uma liderança estratégica nas políticas de segurança, e paralelamente a liderança estratégica chinesa no âmbito comercial.

Para que a Rússia mantenha sua atuação nas políticas de segurança, sua boa diplomacia com a China e as parcerias comerciais com ela são fatores importantes. Destacam-se os mercados de armamentos e energético. Este último, sendo o principal parceiro chinês, proporciona a Rússia um melhor investimento em sua agenda de segurança e no direcionamento de sua política externa sob a ótica neoeurasianista (Yánez, 2018; Ahmad, 2018; Fels, 2018).

Conseguintemente, todo este processo é instrumentalizado via OCX, já que o objetivo principal da organização é no segmento de segurança envolvendo seus membros. Como a China atualmente está voltada à expansão do seu comércio com a nova rota de seda pelo projeto OBOR, abre espaço direto à FR em atuar sua projeção de liderança estratégica na Ásia Central, alinhando sua agenda de política externa de influência neoeurasiana via OCX.

Desta forma, a corrente neoeurasianista expansionista é explorada na política externa russa diretamente via OCX, ou seja, como expansão do próprio pensamento russo antioccidental na região da Ásia Central e também como influência nos demais membros da organização. Mesmo sendo um *decision taker*, a FR consegue projetar-se em uma liderança estratégica no âmbito da segurança, conseguindo mais influência nesta área de interesse estratégico geopolítico aos russos.

Por fim, a balança de poder da OCX à favor da Federação Russa e seu peso político sendo maior na organização, faz com que suas próprias políticas de segurança sejam implementadas via organização. No novo Sistema Internacional em que há uma pluralidade de atores internacionais, ou seja, não apenas com os Estados no centro das negociações, ter uma organização formal que contribui de forma instrumentalizada as ações de política externa em segurança da Rússia é um raciocínio lógico e contemporâneo no jogo político regional da Ásia Central, mesmo a FR sendo um *decision taker*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Federação Russa, após Vladimir Putin assumir o governo na virada do século XXI, voltou a ter uma posição mais relevante no Sistema Internacional, em comparativo com os anos de 1990 sob a liderança de Boris Yeltsin. Com uma melhora econômica devido ao comércio energético com a alta do petróleo revertido em uma estabilidade doméstica muito superior a década anterior, deu espaço para que Putin pudesse atuar melhor na política externa do país.

Com uma postura menos engessada, pragmática e com a manutenção de política de Estado forte e centralizadora, Putin conseguiu após a estabilidade doméstica, retornar mais ativamente suas parcerias internacionais que estavam defasadas após a dissolução da URSS, como é o caso da Ásia Central.

Com uma política externa mais assertiva, observou-se uma maior autonomia russa em âmbitos específicos, como o avanço militar, promoção de políticas de segurança a nível regional e fortalecimento do seu mercado energético.

Com a crise financeira de 2008, o mundo experimentou uma depressão econômica global e a Rússia não ficou de fora de seus entraves. Com os países ocidentais impactados com a crise, Putin assistiu uma oportunidade de diversificar seus parceiros econômicos, mudando o eixo de interesse para o oriente, tendo a China como principal parceiro oriental.

Neste período, importante destacar que ainda houve mudança de governo na FR, de Putin para Medvedev, mas que em praticamente nada se alterou na política externa governamental, já que Medvedev aplicou uma política de continuidade do que Putin já vinha exercendo nos dois primeiros governos. Todavia, cabe destacar a reaproximação de Medvedev com o Ocidente em seu governo, que foi de desagrado à Putin neste momento.

No retorno de Putin ao poder, em 2012, a política externa russa ficou cada vez mais objetiva e atuante no cenário internacional, com o bloqueio da influência ocidental em assuntos de agenda da Rússia, como foi o caso da invasão à Crimeia em território ucraniano e a atuação da Rússia na Ásia Central via OCX.

Nos dois exemplos citados, há uma evidente influência da teoria neoeurasiana expansionista de Alexandre Dugin (2014, 2016), no qual o ocidente é excluído dos assuntos de interesse russo e há uma defesa maior em políticas multilaterais e parcerias estratégicas (Dugin, 2014, 2016).

Mesmo com concordâncias de agendas entre a política externa de Putin e o direcionamento da teoria neoeurasianista expansionista, foi observado mais coincidências do

que alinhamento completo de fato, já que nem toda medida de política externa russa vai de acordo com o pensamento neoeurasianista, a exemplo da boa diplomacia sino-russa e a reaproximação da FR com o Ocidente no governo de Medvedev. Em outras palavras, o neoeurasianismo tem influência na tomada de decisão da política externa russa, mas não é o único vetor levado em consideração pelo governo.

Nesta conjuntura, com o novo direcionamento da política russa ao oriente e uma relação estreita com os chineses, Putin conseguiu não apenas diversificar seu mercado, como também se tornar o principal parceiro chinês na exportação de produtos energéticos e em armamentos militares.

A boa relação com os chineses também fica expressa quando se analisa a OCX desde sua criação, em 2001. Com foco no âmbito de segurança, a relação sino-russa é predominante até atualmente, mesmo que existam interesses diferentes envolvendo outras características fora do âmbito da segurança em si.

Problemas como terrorismo, separatismo, extremismo e até subtemas derivados desses, como migração ilegal, tráfico de drogas e problemas de fronteira, foco do presente trabalho, são compartilhados entre os membros da OCX, forçando assim a cooperação entre os países.

Sobre os problemas de segurança citados, todos eles possuem um ponto de convergência, o Afeganistão. Direta ou indiretamente, o país está presente nas discussões da agenda de segurança da OCX, seja por estar geograficamente nas rotas ilegais do tráfico, atuação de terroristas, migrações forçadas, refugiados ou militarização de fronteiras.

Um passo formal importante para tratamento destas questões foi a adição do Afeganistão como observador da OCX, mas mesmo assim, ainda há um esforço em promover políticas de desenvolvimento para o Afeganistão além de meios coercitivos e/ou militares.

O Afeganistão, por ser um país crítico e instável em segurança, proporciona aos chineses uma preocupação alarmante para seu desenvolvimento econômico. Sendo a segunda maior economia mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, a China quer desenvolver ainda mais seu comércio, reaquecendo o mercado eurasiático como um todo.

A frente do projeto OBOR, tem a intenção de expandir a antiga rota da seda com investimentos que já ultrapassam dos US\$ 100 bilhões. Para que seu projeto prossiga, é de suma importância manter a estabilidade da segurança na Ásia Central, região estratégica não apenas geograficamente para que a infraestrutura do OBOR funcione, mas também por ser rica em produtos energéticos.

Tanto a China como a Rússia buscam uma liderança estratégica regional, porém em âmbitos diferenciados. Pelo projeto OBOR, verifica-se que os chineses estão interessados cada vez mais no desenvolvimento econômico, enquanto que os russos na manutenção de políticas em segurança.

No Sistema Internacional, a China tem um maior peso em comparativo com os russos, o que o torna um *decision maker*, enquanto a FR um *decision taker*. Todavia, mesmo existindo esta diferenciação entre os dois atores, há uma projeção de liderança de ambos.

Especificamente na Ásia Central, a China consegue exercer uma liderança estratégica no âmbito comercial, enquanto que a Rússia exerce em políticas de segurança. Interessante destacar que a China projeta sua liderança regional na Ásia Central pela força comercial que tem mundialmente, deixando sua influência em segurança como não prioritária em sua agenda, ou seja, sua participação na OCX fica em menor escala.

Todavia, a FR investe cada vez mais em políticas de segurança, bem como uma maior atuação militar na Ásia Central, instrumentalizado pela OCX, deixando o país em maior evidência na organização.

Analizando neste aspecto, percebe-se uma troca sino-russa interessante entre lideranças, ou seja, entre o *decision maker* e o *decision taker*. A China dando um maior espaço de atuação aos russos dentro da OCX, a FR consequentemente consegue aplicar melhor sua própria agenda em segurança na organização, conseguindo assim uma maior projeção de liderança estratégica em segurança, assim como deixando a balança de poder da OCX à seu favor.

Mesmo a China tendo consciência política deste engajamento russo no âmbito de segurança, é vantajoso ao país conseguir esta estabilidade na Ásia Central para desenvolver seu projeto comercial.

Sendo assim, para a pergunta de pesquisa proposta no presente trabalho, a instrumentalização russa via OCX e projeção de sua liderança estratégica na Ásia Central se dá no âmbito da segurança, devido a boa relação diplomática e econômica que possuem com o chineses, principalmente após 2001 com o Tratado de Amizade sino-russo e a formalização da própria Organização para Cooperação de Xangai. Em outras palavras, a boa relação entre o *decision maker* e o *decision taker* faz com que as duas potências consigam projetar-se estrategicamente suas lideranças, seja na economia ou em segurança.

Diante deste quadro, percebe-se que a Federação Russa, no século XXI, tomou o controle novamente de suas decisões internacionais, diante de uma política externa pragmática entre investimento econômico, sob a ótima de um Estado forte e centralizador.

Com o controle das privatizações domésticas e das decisões políticas do país, bem como uma menor dependência estrangeira ocidental, Putin conseguiu atuar no Sistema Internacional como um ator relevante em seus tópicos de interesse, influenciado pelo neoeurasianismo duginista. No caso da Ásia Central, é incisiva sua posição antioccidental frente aos Estados Unidos e a União Europeia, com apoio da OCX e dos seus membros.

Por fim, confirmando a tendência da balança de poder a seu favor na organização, devido a uma menor participação chinesa na OCX, a Rússia avança em seu projeto geopolítico neoeurasianista expansionista em defesa do multilateralismo, anti-atlantismo e garantindo sua influência no “Grande Espaço Russo-Eurasiático” no movimento de contra-estratégia da globalização unipolar americana.

Importante destacar também que a boa relação com os chineses, bem como a adição de Índia e Paquistão à OCX, resulta na expansão da influência russa em mais três regiões do neoeurasianismo expansionista de Dugin (2014, 2016), o “Grande Espaço Continente Islâmico”, “Grade Espaço do Continente Islâmico” e “Grande Espaço Chinês” (Dugin, 2014, 2016).

## REFERÊNCIAS

ADAM, Gabriel Pessin. *As relações Russo-Japonesas no início do século XXI*. In: ENCONTRO NACIONAL ABRI, 3., 2011, São Paulo. *Proceedings...* São Paulo: ABRI, 2011. p. 2-17. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v2/a15.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018

ADAM, Gabriel Pessin. União Eurasiana: O Multilateralismo na Política Externa da Federação Russa nos anos 2000. [Tese de Doutorado]. PPGPOL-UFRGS, Porto Alegre (2013). Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/114398>> Acesso em 01 de fevereiro 2019.

AHMAD, Ishtiaq. “Shanghai Cooperation Organization: China, Russia, and Regionalism in Central Asia.” In Initiatives of Regional Integration in Asia in Comparative Perspective. Eds. Howard Loewen and Anja Zorob. Dordrecht: Springer. P. 118-134, 2018. Disponível em: <<https://link.springer.com/book/10.1007/978-94-024-1211-6>> Acesso em 04 Jun 2019.

ALMEIDA, Roberto de Freitas. O Discurso de Xi Jinping em Davos e a Construção do Século XXI. **Revista Hoplos**. Vol. 1, nº 1/2017. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/hoplos/article/viewFile/13208/8477>> Acesso em 01 Nov. 2018.

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira. Nação, nacionalismo e racionalização edênica nos interiores do território brasileiro. **Rev. Presença Geográfica**. v. 5, n. 2 (2018). Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/3312/2731>> Acesso em 04 Abr. 2019.

BAILES, Alyson J. K. DUNAY, Pál. GUANG, Pan. TROITSKIY, Mikhail. The Shanghai Cooperation Organization. In: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). **Policy Paper** No. 17. May, 2007. Disponível em: <<https://www.sipri.org/sites/default/files/files/PP/SIPRIIPP17.pdf>> Acesso em 04 Jun 2019.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Dimensão estratégica e política externa dos Estados Unidos. Universidade Estadual de Maringá, Paraná, **Revista Espaço Acadêmico**, nº 90, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/090/90bandeira.htm>> Acesso em 31 Out. 2018.

BASSIN, Mark. Eurasianism “Classical” and “Neo”: The Lines of Continuity’, in Tetsuo Mochizuki, (ed.), Beyond the Empire: Images of Russia in the Eurasian Cultural Context, **Sappuro: Slavic Research Center**, pp. 279-294, 2008.

BECKER Bertha. A Geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.50, n.2, p. 99-128, 1988.

BELT AND ROAD CENTER. Maps of the Silk Road. Disponível em: <<http://beltandroadcenter.org/2017/12/15/maps-of-the-silk-road/>> Acesso em 04 Jun. 2019

BERG, B. L. Qualitative research methods for the social sciences.4. ed. **Needham Heights: Pearson**, 2001.

Disponível em:<[http://simbi.kemenag.go.id/pustaka/images/qualitative\\_research\\_methods\\_for\\_the\\_social\\_sciences.pdf](http://simbi.kemenag.go.id/pustaka/images/qualitative_research_methods_for_the_social_sciences.pdf)> Acesso em 30 mai. 2018.

BONFIM, Uraci Castro. Geopolítica. Escola de comando e Estado maior do exército – ECEME, 2005.

BRUGNARA, Frederico Augusto. A política Russa no Espaço Pós-Soviético: A influência do Neo-Eurasianismo e dos Recursos Energéticos. [Dissertação] Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (SCSP). Universidade de Lisboa. Lisboa, 2017. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/11461>> Acesso em 02 Abr. 2019.

BUZAN, Barry. WÆVER, Ole. WILDE, Jaap. Security: A New Framework for Analysis (Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998), p. 25.

CARMO, Corival Alves; PECEQUILO, Cristina Soreanu. O status da Rússia na Política Internacional: de Superpotência a emergente? In: 7º Encontro da ABCP, 4 a 7 de agosto de 2010, Recife. Disponível em: <[http://www.academia.edu/6590471/O\\_Status\\_da\\_R%C3%BAssia\\_na\\_Pol%C3%ADtica\\_Internacional\\_de\\_Superpot%C3%A3ncia\\_a\\_Emergente](http://www.academia.edu/6590471/O_Status_da_R%C3%BAssia_na_Pol%C3%ADtica_Internacional_de_Superpot%C3%A3ncia_a_Emergente)>. Acesso em 31 de outubro de 2015.

CASTELLS, M. A sociedade em Rede: A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura: O poder da Identidade. (5ª ed.) (K. B. Gerhardt, Trad.). São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

COSTA, Wanderley. Messias da. Geografia política e geopolítica. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2a Edição, 2008.

CULAS, Richard J.; TIMSINA, Krishna P. China-Australia Free Trade Agreement: Implications for Australian agriproducts trade and farm economies. 2019. Disponível em:<<https://ageconsearch.umn.edu/record/285077/>> Acesso em 10 Jun. 2019

DELANTY G. (2019) Between East and West: The Byzantine Legacy and Russia. In: Formations of European Modernity. Palgrave Macmillan, Cham. Disponível em: <[https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-95435-6\\_4#citeas](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-95435-6_4#citeas)> Acesso em 04 Abr. 2019.

DA SILVA BEZERRA, Valdir. A Questão do Terrorismo na Rússia Durante o Governo Putin. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 17, n. 34, p. 235-255, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/16296?Inohlfcbiekfcbie>> Acesso em 04 Jun. 2019.

DIAS, Vanda Amaro. Integração regional no espaço pós-soviético: uma análise da política externa russa. **JANUS** 2015-2016-Integração regional e multilateralismo, p. 120-121, 2016. Disponível em: <[http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2962/1/3.10\\_VandaAmaroDias\\_IntegracaoRegional.pdf](http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2962/1/3.10_VandaAmaroDias_IntegracaoRegional.pdf)> Acesso em 27 Abr. 2019.

DOWNS, Erica. China-Russia Energy Relations: Better Than Ever. the national bureau of asian research. **NBR Special Report**, nº 74, December, 2018. Disponível em:

<[https://www.nbr.org/wp-content/uploads/pdfs/publications/special\\_report\\_74\\_emerging\\_russia-asia\\_energy\\_nexus\\_dec2018.pdf](https://www.nbr.org/wp-content/uploads/pdfs/publications/special_report_74_emerging_russia-asia_energy_nexus_dec2018.pdf)> Acesso em 04 Jun 2019.

DUNAEVA, Cristina Antonioevna et al. Preconceito racial e xenofobia na Rússia contemporânea: os mecanismos da categorização étnica e a dicotomia entre "nós" e "outros", 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280796>> Acesso em 04 Jun. 2019.

DUGIN, Aleksander. Eurasian Misson: An Introduction To Neo-Eurasianism. Arktos. 2014.

DUGIN, Aleksandr. Geopolítica da Rússia Contemporânea. Lisboa: IEAGCA - Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares, v. 3, 2016.

FREEDOM HOUSE. Methodology 2019. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/methodology-freedom-world-2019>> Acesso em 27 de Ago. 2019.

FREEDOM HOUSE. Our history. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/content/our-history>> Acesso em 27 de Ago. 2019.

FREIRE, Maria Raquel. A evolução da política externa da Rússia. **A política externa russa no espaço euro-atlântico: dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado**, p. 29-56, 2014. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/41609/1/A%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20pol%C3%ADtica%20externa%20da%20R%C3%BAssia.pdf>> Acesso em 30 Abr. 2019.

FREIRE, Maria Raquel. A política externa em transição: o caso da Federação Russa. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 23, set. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992009000300005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992009000300005&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em 22 set. 2018.

FREIRE, Maria Raquel. Política externa russa: as dimensões material e ideacional nas palavras e nas ações. **E-cadernosces** [Online], Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, nº 19, p. 1-47, Julho de 2013 com revisão em Julho de 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1554>> Acesso em 04 Fev 2019.

FELS, Enrico. The Geopolitical Significance of Sino-Russian Cooperation in Central Asia, in: Mayer, Maximilian (Hrsg.): Rethinking the Silk-Road. China's Belt and Road Initiative and Emerging Eurasian Relations. **Basingstoke**; Palgrave, S. 247–267, 2018. Disponível em: <[https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-981-10-5915-5\\_15](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-981-10-5915-5_15)> Acesso em 10 Jun. 2019

FUKUYAMA, Francis. The End of History? The National Interest. Julho, 1989.

GIL, CarlesJovaní. El nacionalismo ruso y sus visiones geopolíticas de Eurasia. **Rev. Geopolítica(s)**, vol. 5, nº 2, 2014. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/38816103.pdf>> Acesso em 02 Abr. 2019.

GLENN ROWE, W. Liderança estratégica e criação de valor. **Rev. adm.empres.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 1-15, Mar. 2002. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902002000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902002000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 24 Abr. 2019.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. O PAPEL DA ONU NA GRANDE ESTRATÉGIA DA RÚSSIA (2000–2016). Disponível em:<[http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1474760718\\_ARQUIVO\\_ArtigoA\\_BRI.pdf](http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1474760718_ARQUIVO_ArtigoA_BRI.pdf)> Acesso em 27 Abr. 2019.

HAAS, Marcel de. Russia's Foreign Security Policy in the 21st Century – Putin, Medvedev and Beyond. Routledge, 2010, 211 pages.

HASHMI, Syeda Dhanak. SCO External Relations and Focus on Regional Cooperation. Modern Diplomacy. On January 31, 2019. Disponível em:<<https://moderndiplomacy.eu/2019/01/31/sco-external-relations-and-focus-on-regional-cooperation/>> Acesso em 04 Jun 2019.

HÉRNANDEZ, Javier Morales. La comunidad de expertos sobre política exterior em Rusia. FundaciónDialnet. Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos (IEEE.ES). **Rev. Documento Opinión**, 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6715635>> Acesso em 02 Abr. 2019.

HENRIQUES, A. B. L; LEITE, A. C. C. JÚNIOR, A. W. M. T. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do *ProcessTracing* para o estudo das Relações Internacionais. **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 09-23, jan.-abr. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/52333>> Acesso em 30 Jun. 2018.

HE, Kai; FENG, Huiyun. Leadership Transition and Global Governance: Role Conception, Institutional Balancing, and the AIIB. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 12, n. 2, p. 153-178, 2019. Disponível em:<<https://academic.oup.com/cjip/article/12/2/153/5475816>> Acesso em 10 Jun. 2019

HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Países: Federação Russa – Síntese. Disponível em: <<https://paises.ibge.gov.br/#/pt/pais/federacao-russa/info/sintese>> Acesso em 30 Oct. 2018.

IQBAL, Sajid. RAUF, Sarwat. Afghanistan imbroglio: Impact on the Central Asian States. **Central AsiaJournal**, No. 83, Winter 2018. Disponível em:<[https://www.asc-centralasia.edu.pk/Issue\\_83/04%20Sarwat%20Rauf%20final%20\(59-77\).pdf](https://www.asc-centralasia.edu.pk/Issue_83/04%20Sarwat%20Rauf%20final%20(59-77).pdf)> Acesso em 04 Jun. 2019.

JUBRAN, Bruno Mariotto. A Política de Grandeza da Rússia em Formação: uma síntese do período pós-soviético. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, 36, dez. 2015. Disponível em:

<<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/782>>. Acesso em 04 Out. 2018.

KAPLAN, Robert. A Vingança da Geografia: A construção do Mundo Geopolítico a partir da perspectiva geográfica. **Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier**, 2013.

KAUR, Samardeep. India-Pakistan-Afghanistan Energy Cooperation and Role of China. **Rev. International Journal of Research and Analytical Reviews (IJRAR)**, vol. 6, issue 1, Jan/Mar, 2019. Disponível em: <[http://ijrar.com/upload\\_issue/ijrar\\_issue\\_20542824.pdf](http://ijrar.com/upload_issue/ijrar_issue_20542824.pdf)> Acesso em 04 Jun. 2019.

KETTUNEN, Erja. The One Belt One Road Initiative and the Changing Multi-scalar Governance of Trade in China. In: **Mapping China's 'One Belt One Road' Initiative**. Palgrave Macmillan, Cham, p. 117-141, 2019. Disponível em: <[https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-92201-0\\_5](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-92201-0_5)> Acesso em 10 Jun. 2019.

KLOTZLE, Marcelo Cabus. Alianças estratégicas: conceito e teoria. **Rev. Adm. contemp.**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 85-104, Apr. 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552002000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552002000100006&lng=en&nrm=iso)>.access on 18 Feb. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552002000100006>.

KOROLEV, A. On the verge of an alliance: Contemporary China-Russia military cooperation. *Asian Security*, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14799855.2018.1463991>> Acesso em 10 Jun. 2019.

KOROLEV, A. Theories of Non-Balancing and Russia's Foreign Policy (February 3, 2017). **Journal of Strategic Studies**, DOI:10.1080/01402390.2017.1283614. Disponível em: < SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2910946>> Acesso em 21 out. 2018.

LEITE, Alexandre César Cunha. LUCENA, Arthur Mastroiani Máximo. NOBRE, Fábio. Reascensão da política de segurança russa na Ásia Central por meio da Organização para Cooperação de Xangai (OCX). **Brazilian Journal of International Relations (BJIR)**, Marília, v. 7, n. 3, p. 667-691, set./dez. 2018.7. Ed. 3, 2018. Acesso em 04 Fev. 2019.

MACKINDER, Halford J. O pivô geográfico da história (1904). **Revista Geográfica**, v. 170, n. 4, p. 298-321, 2004. Disponível em: <<https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.0016-7398.2004.00132.x>> Acesso em 10 Jun. 2019.

MAHAN, A. T. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Revised ed. Dover Publications, 2012.

MANUEL, Héric Sequeira Ramos. A Reformulação da Política Externa Russa Durante a Presidência Putin-Medvedev. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), 2018. Disponível em: <[https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/14725/1/H%C3%A9ric%20Manuel\\_MRI.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/14725/1/H%C3%A9ric%20Manuel_MRI.pdf)> Acesso em 25 set. 2018.

- MARTINS, Gelise Cristine Ponce Martins. FRANCISCO, Moisés Wagner Francisco. A política de *demokratizatsiya* segundo Mikhail Gorbachev: 1985-91. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá-MT, vol. 5, n. 2, jul./dez., 2018.  
[Acesso em 04 Abr. 2019.](http://ppghis.com/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/312/pdf)
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A economia política da transição na Rússia. **UMA LONGA TRANSIÇÃO**, p. 13, 2011. Disponível em:  
[Acesso em 10 Jun. 2019.](https://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_russia.pdf#page=14)
- MEICK, Ethan. (2017). *China-Russia Military-to-Military Relations: Moving Toward a Higher Level of Cooperation*. U.S.-China Economic and Security Review Commission. p. 1-37. Disponível em: [Acesso em 02 out. 2018.](https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/China-Russia%20Mil-Mil%20Relations%20Moving%20Toward%20Higher%20Level%20of%20Cooperation.pdf)
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Quem Tem Medo Da Geopolítica? São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.
- MENDONÇA, Sandro. Rota da Seda, velha (s) e nova (s). **JANUS 2015-2016-Integração regional e multilateralismo**, p. 124-125, 2016. Disponível em:  
[Acesso em 04 Jun. 2019.](http://repositorio.ual.pt/handle/11144/2964)
- MESHCHERYAKOV, Konstantin; SHAMGUNOV, Ruslan; KHRULEVA, Tatiana. “New Industrialization” in Turkmenistan: Background, Substance and Priorities. In: **2nd International Scientific conference on New Industrialization: Global, national, regional dimension (SICNI 2018)**. Atlantis Press, 2019. Disponível em:  
[Acesso em 04 Jun. 2019.](https://www.atlantis-press.com/proceedings/sicni-18/55911956)
- MIELNICZUK, Fabiano. A crise ucraniana e suas implicações para as Relações Internacionais. **Revista Conjuntura Austral**. Rio Grande do Sul. V. 05, n. 23, abr/maio 2014. Disponível em:  
[Acesso em 20 de novembro 2017.](https://www.academia.edu/14925140/A_Crise_Ucraniana_e_suas_Implica%C3%A7%C3%A7%C3%B5es_para_as_Relac%C3%A7%C3%A7%C3%B5es_Internacionais)
- MIGRATION DATA PORTAL. Tipos de Migração. Disponível em:  
[Acesso em 04 Jun. 2019.](https://migrationdataportal.org/search?text&type=1&theme=1987&tags&category)
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (FMPRC). Treaty of Good-Neighborliness and Friendly Cooperation Between the People's Republic of China and the Russian Federation 2001/07/24. Disponível em:  
[Acesso em 13 Ago. 2019.](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t15771.shtml)
- MOORE, David Chioni. Colonialism, Eurasianism, Orientalism: N. S. Trubetzkoy's Russian Vision. **Rev. SEEJ**, vol. 41, nº 2, pp. 321-340, 1997. Disponível em:  
[Acesso em 02 Abr. 2019.](https://www.jstor.org/stable/309740)

MORAES, Antonio Carlos Robert; FERNANDES, Florestan. (Coord.). Ratzel, Geografia. São Paulo: Ática, 1990.

NAARAJARVI, Teemu. China, Russia and the Shanghai Cooperation Organisation: Blessing Or Curse For New Regionalism In Central Asia? vol. 10. **Asia Europe Journal**, 2012.

NASCIMENTO, Flávio Augusto Lira. Federação Russa e OTAN: uma análise das políticas de Moscou em relação a Aliança Ocidental. 2008. 135 f. [Dissertação de Mestrado] - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96019>>. Acesso em 04 fev 2019.

NOGUEIRA, João Pontes. A guerra do Kosovo e a desintegração da Iugoslávia: notas sobre a (re)construção do Estado no fim do mil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 143-160, Oct. 2000. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-6909200000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-6909200000300008&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 15 Jun. 2018.

NUNES, Thainá Penha Baima Viana. SILVA, Mayane Bento. A Retomada da Geopolítica Russa: a Influência do Eurasianismo na Anexação da Crimeia à Rússia. **Rev. Intellector**. Ano XIII, Volume XV, No 29, Janeiro/Junho 2018, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.cenegri.org.br/intellector/ojs-2.4.3/index.php/intellector/article/view/180>> Acesso em 02. Abr. 2019.

PION-BERLIN, David; ARCENEAUX, Craig. Decision-Makers or Decision-Takers? Military Missions and Civilian Control in Democratic South America. **Armed Forces & Society**, v. 26, n. 3, p. 413-436, 2000. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0095327X0002600304>> Acesso em 10 Jun. 2019.

PONS, Silvio. Império, estado e ideologia na URSS stalinista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 75, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452008000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 29 Jan. 2019

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://migre.me/eqVxf>> Acesso em 01 Jun. 2018.

RIBEIRO, Erik Herejk. A Expansão da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX): Uma Coalizão Anti-Hegemônica? In: I Seminário Internacional de Ciência Política, Estado e Democracia em Mudança no século XXI. I Seminário Internacional de Ciência Política, set. 2017, Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/RIBEIRO-A-Expans%C3%A3o-da-Organiza%C3%A7%C3%A3o-para-a-Coopera%C3%A7%C3%A3o-de-Xangai-Uma-Coaliz%C3%A3o-Anti-hegem%C3%B3nica.pdf>> Acesso em 04 fev. 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999

ROCHA, K. Identidad: revisión teórica sobre un concepto polisémico. **Lecturas: Educación Física Y Deportes**, 23(249), 87-97, 2019. Disponível em:

<<https://www.efdeportes.com/index.php/EFDeportes/article/view/232>> Acesso em 03 Abr. 2019.

ROEDEL, Hiran. VIEIRA, Fernando. Por uma esquerda do século XXI: Repensando o socialismo pós-muro. **Plurimus Cultura e Desenvolvimento em revista**. Jan/Jun 2012. Disponível em:

<<http://plurimus.dominiotemporario.com/revista/edi%C3%A7%C3%A3o%20i/por%20uma%20esquerda%20do%20s%C3%A9culo%20xxi-ed%20i-fernando%20e%20hiran.pdf>> Acesso em 01 out. 2018.

RUSSIAN FEDERATION (2013), The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. “Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation. Approved by President of the Russian Federation V. Putin

on 12 February 2013”. Disponível em:

<[http://www.mid.ru/en/foreign\\_policy/official\\_documents/-/asset\\_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/122186](http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/122186)> Acesso em 28 set. 2018.

RUSSIAN FEDERATION (2008), The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. “Foreign Policy Concept of the Russian Federation. Approved by the President of the Russian Federation Dmitry Medvedev, President of Russia Official Web Portal”, 12 de julho.

Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/supplement/4116>> Acesso em 28 set. 2018.

RUSSIAN FEDERATION (2019). The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. Foreign Minister Sergey Lavrov’s remarks at the presentation of the documentary collection, “Crimea in the development of Russia: history, politics and diplomacy. Documents from the Foreign Ministry’s archives,” Moscow, April 23, 2019. Disponível em:

<[http://www.mid.ru/en/web/guest/meropriyatiya\\_s\\_uchastiem\\_ministra/-/asset\\_publisher/xK1BhB2bUjd3/content/id/3624195](http://www.mid.ru/en/web/guest/meropriyatiya_s_uchastiem_ministra/-/asset_publisher/xK1BhB2bUjd3/content/id/3624195)> Acesso em 30 Abr. 2019

RUSSIAN UNION OF INDUSTRIALISTS AND ENTREPRENEURS (RSPP). The SCO Business Council. Disponível em: <<http://eng.rspp.ru/simplepage/634>> Acesso em 28 Mai. 2019.

RUSSO, Alessandra. The Outside-In Facet: Regional Models of Governance Transfer?. In: Regions in Transition in the Former Soviet Area. **Palgrave Macmillan**, Cham, 2018. p. 179-220. Disponível em: <[https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-60624-8\\_6](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-60624-8_6)> Acesso em 04 Jun 2019.

SANTOS, Rosiane Martins dos. A geopolítica russa em relação aos Estados Unidos nos anos 2000. **OIKOS**. Rio de Janeiro. Volume 16, n. 1. 2017. Acesso em 01 out. 2018. Disponível em: <[www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/download/444/246](http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/download/444/246)>

SAVITSKII, P. N. V borbezaevraziistvo. Imp. de Navarre, Paris, 1931.

SUVCHINSKY. Letter to Trubetskoi, 3 November. TSGAOR (GARF), Fond 5783, opis' 1, ed. khr. 363, 1928.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Economia política de petróleo e gás: a experiência russa. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (org.). **Uma longa transição – Vinte Anos de Transformações na Rússia**. Brasília: IPEA, 2011. Cap. 3, p. 81-136. Disponível em:

<[https://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_russia.pdf](https://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_russia.pdf)>. Acesso em 25 set. 2018.

SEGRILLO, Ângelo. A diarquia Putin-Medvedev: dimensões da política interna e da política externa. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (org.). **Uma longa transição – Vinte Anos de Transformações na Rússia**. Brasília: IPEA, 2011. Cap. 4, p. 137-154. Disponível em:  
<[https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_russia.pdf#page=40](https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_russia.pdf#page=40)>. Acesso em 20 set. 2018.

SEGRILLO, Angelo. A questão da democracia na Rússia pós-soviética. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (Org.). **O renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI. Brasília**, 2012. Cap. 3, p. 97-128. Disponível em:  
<<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3042>>. Acesso em 29 set. 2018

SEGRILLO, Angelo. Ocidentalismo, eslavofilismo e eurasianismo: intelectuais e políticos em busca da identidade russa. In: Intelectuais e modernidades [S.l: s.n.], 2010. Disponível em:  
<<http://bdpi.usp.br/item/002320504>> Acesso em 01 de Fev. 2019

SCHWINN, Simone Andrea; DA COSTA, Marli Marlene Moraes. Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: a dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias do ACNUR no combate a essa violência. **Revista Signos**, v. 37, n. 2, 2016. Disponível em:  
<<http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/1100>> Acesso em 04 Jun. 2019.

SHANGHAI COOPERATION ORGANIZATION. About SCO. Disponível em:  
<[http://eng.sectsco.org/about\\_sco/](http://eng.sectsco.org/about_sco/)> Acesso em 04 Jun. 2019.

SHANGHAI COOPERATION ORGANIZATION. Documents, ano 2001. Disponível em: <<http://eng.sectsco.org/documents/>> Acesso em 27 Ago. 2019.

SHAXSON, Louise. Is your evidence robust enough? Questions for policy makers and practitioners. **Evidence & Policy. A Journal of Research, Debate and Practice**, v. 1, n. 1, p. 101-112, 2005. Disponível em:  
<<https://www.ingentaconnect.com/content/tpp/ep/2005/00000001/00000001/art00006>> Acesso em 10 Jun. 2019.

SHLAPENTOKH, Dmitry V. Eurasianism: Past and Present. **Pergamon. Communist and Post-Communist Studies**. Vol. 30. No. 2. DD. 129-15 I. 1991. Disponível em:  
<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0967067X97000020>> Acesso em 02 Abr. 2019.

SHPUY, Oxana. O sistema político russo: da transição a ma democracia dirigida? [Dissertação de Mestrado] Universidade Fernando Pessoa. Departamento de ciência política e do comportamento. 2013. Disponível em:  
<<https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3663/1/Oxana%20Shpuy%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado.pdf>> Acesso em 29 set. 2018.

SILVIUS, Ray. The Russian State, Eurasianism, and Civilisations in the Contemporary Global Political Economy. **Journal of Global Faultlines**, Volume 2, Issue 1, April 2014, pp. 44-69, 2014. Disponível em:

<<https://www.keele.ac.uk/media/keeleuniversity/fachumsocsci/spire/docs/globalfaultlines/volume2/The%20Russian%20State%20Eurasianism%20and%20Civilisations%20in%20the%20%20Contemporary%20Global%20Economy.pdf>> Acesso em 02 Abr. 2019

SIMÕES, João Nuno das neves. A Estratégia Eurasianista da Rússia no século XXI; [Dissertação de Mestrado] Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (SCSP). Universidade de Lisboa. Lisboa, 2017. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/15338/1/Disserta%C3%A7%C3%A3oFev2018.pdf>> Acesso em 02 Abr. 2019.

SMITH, G. “Teoria política e geografia humana”, in GREGORY, MARTIN e SMITH. **Geografia Humana**, RH, Jorge Zahar, 1996, pp.65-89.

TANNO, Grace. A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. **Contexto int.**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 1, p. 47-80, June 2003 . Available from<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292003000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292003000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 Oct. 2018.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. Postura Estratégica dos Estados Unidos e uso da Força. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: **Análise Estratégica**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 5-17, ago. 2018. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEExAE/article/view/1636>>. Acesso em 22 out. 2018.

THE WHITE HOUSE. National Strategy for Counterterrorism of the United States of America. OCTOBER, 2018. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2018/10/NSCT.pdf>> Acesso em 04 Jun. 2019.

THE WORLD BANK. Armed Forces Personnel, total. Disponível em:<<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.TOTL.P1?end=2016&locations=RU-CN-US&start=1980>> Acesso em 27 Abr. 2019

THE WORLD BANK. Employers, total (% of total employment) (modeled ILO estimate). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SL.EMP.MPYR.ZS>> Acesso em 27 Abr. 2019.

THE WORLD BANK. *GDP*. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2016&locations=RU-CN-US&start=1980>> Acesso em 27 Abr. 2019.

THE WORLD BANK. *GDP (current US\$)*. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2017&locations=RU&start=1990>> Acesso em 27 Abr. 2019.

THE WORLD BANK. IMF charges (INT, current US\$). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/DT.INT.DIMF.CD?end=2018&locations=RU&start=1990>> Acesso em 27 Abr. 2019.

THE WORLD BANK. Life expectancy at birth, total (years). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?end=2016&locations=RU&start=1990>> Acesso em 27 Abr. 2019.

THE WORLD BANK. Military Expenditure (current USD)Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD?end=2016&locations=RU-CN-US&start=2006>>Acesso em 27 Abr. 2019

THE WORLD BANK. Military Expenditure. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?end=2016&locations=RU-CN-US&start=1980>> Acesso em 27 Abr. 2019

THE WORLD BANK. Poverty headcount ratio at national poverty lines (% of population). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.NAHC?locations=RU>> Acesso em 27 Abr. 2019.

THE WORLD BANK. School enrollment, primary (% gross). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SE.PRM.ENRR?end=2016&locations=RU-1W&start=1991>> Acesso em 27 Abr. 2019.

THE WORLD BANK. TOTAL POLULATION INDIA AND CHINA. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2017&locations=IN-CN&start=2015>> Acesso em 04 Jun. 2019.

TRUBETSKOY. Letter to Savitskii, 25 February. TSGAOR (GARF), Fond 5783, opis' 1, ed. khr. 359, 1925.

TRUBETSKOY. Letter to Savitskii, 6 March. TSGAOR (GARF), Fond 5783, opis' 1, ed. khr. 390, 1929, 1929.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). Analysis of drug markets: Opiates, cocaine, cannabis, synthetic drugs, 2018. Disponível em: <[https://www.unodc.org/wdr2018/prelaunch/WDR18\\_Booklet\\_3\\_DRUG\\_MARKETS.pdf](https://www.unodc.org/wdr2018/prelaunch/WDR18_Booklet_3_DRUG_MARKETS.pdf)> Acesso em 04 Jun. 2019.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). Global overview of drug demand and supply: Latest trends, cross-cutting issues. Disponível em: <[https://www.unodc.org/wdr2018/prelaunch/WDR18\\_Booklet\\_2\\_GLOBAL.pdf](https://www.unodc.org/wdr2018/prelaunch/WDR18_Booklet_2_GLOBAL.pdf)> Acesso em 04 Jun. 2019

VALENTINA, Schensnovich. Afghan crisis and threats to security of Central-Asian region. **Russia and the moslem world**, n. 1 (303), 2019. Disponível em: <<https://cyberleninka.ru/article/n/afghan-crisis-and-threats-to-security-of-central-asian-region>>Acessoem 04 Jun. 2019.

VENESSON, Paul. Case studies and process tracing: theories and practices. In: DELLA PORTA, Donatella. KEATING: Michael. Approaches and Methodologies in Social Sciences: a pluralist perspective. New York: **Cambridge University Press**, 2008.

VESENTINI, José William. Novas Geopolíticas. 5<sup>a</sup> edição. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, Dec. 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 04 Fev. 2019

VISION OF HUMANITY. Global Terrorism Index (GTI): Measuring the impact of terrorismo, 2017. Disponível em: <<http://visionofhumanity.org/app/uploads/2017/11/Global-Terrorism-Index-2017.pdf>> Acesso em 24 Jul. 2019.

VISION OF HUMANITY. Global Terrorism Index (GTI): Measuring the impact of terrorismo, 2018. Disponível em: <<http://visionofhumanity.org/app/uploads/2018/12/Global-Terrorism-Index-2018-1.pdf>> Acesso em 24 Jul. 2019.

WALTZ, Kenneth. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva, 2002.

WORLD FACTBOOK. *In Central Intelligence Agency (CIA)*. Disponível:  
<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook>> Acesso em 29 Out. 2018.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). International Trade and Market Access Data: Total Fuels and mining products. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/res\\_e/statis\\_e/statis\\_bis\\_e.htm?solution=WTO&path=/Dashboards/MAPS&file=Map.wcdf&bookmarkState=%22impl%22%22client%22,%22params%22%22langParam%22%22en%22](https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_bis_e.htm?solution=WTO&path=/Dashboards/MAPS&file=Map.wcdf&bookmarkState=%22impl%22%22client%22,%22params%22%22langParam%22%22en%22)> Acesso em 28 de set. 2018.

YAN, Henry. The China-Australia Free Trade Agreement and the Choice of Intellectual Property Interest Balance in the Two Countries. In: **Free Trade Agreements**. Springer, Singapore.. p. 119-137, 2019. Disponível em: <[https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-981-13-3038-4\\_7](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-981-13-3038-4_7)> Acesso em 10 Jun. 2019.

YÁNEZ, Kimberly. Building the Path to a New World Order: China's Ambitions during Putin's Era. Globalization and World Order, Aarhus University, 2018. Disponível em: <[https://www.academia.edu/39529641/Building\\_the\\_Path\\_to\\_a\\_New\\_World\\_Order\\_Chinas\\_Ambitions\\_during\\_Putins\\_Era?email\\_work\\_card=title](https://www.academia.edu/39529641/Building_the_Path_to_a_New_World_Order_Chinas_Ambitions_during_Putins_Era?email_work_card=title)> Acesso em 10 Jun. 2019.

YAPICI, Utku. From Positive Neutrality to Silk Road Activism? The Continuities and Changes in Turkmenistan's Foreign Policy. **Journal of Balkan and Near Eastern Studies**, v. 20, n. 3, p. 293-310, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19448953.2018.1385273>> Acesso em 04 Jun. 2019.

YINGYI, Wu. MIKHAILOVNA, Mikheeva Natalia. Perspectivas da cooperação sino-russa no âmbito do trabalho da Organização de Cooperação de Xangai, **Skif**. 2018. № 6 (22). Disponível em: <<https://cyberleninka.ru/article/n/perspektivy-kitaysko-rossiyskogo-vzaimodeystviya-v-ramkah-raboty-shanhayskoy-organizatsii-sotrudnichestva>> Acesso em 04 Jun 2019.

YUSSUPZHANOVICH, RuslanIzimov; TULKUNOVNA, ZamiraMuratalieva. Role of SCO in the Eurasian Continent. **India Quarterly**, v. 75, n. 1, p. 43-55, 2019. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0974928418821487>> Acesso em 04 Jun 2019.

ZAPATER Espí, L. El nacionalismo ruso: la respuesta euroasiática a la globalización. Valencia: Universitat Politècnica de València, 2005.

ZHEBIT, Alexander. A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar?. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 46, n. 1, p. 153-181, June 2003.  
. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 04 Oct. 2018.